

Lig

revista de psicanálise

18

Nº1 · 2021

ISSN 2238-9083

VERSÃO IMPRESSA

ISSN 2316-6010

VERSÃO ONLINE

Fig revista de psicanálise

ANO 10, Nº 1, JAN-JUN/2021 - PUBLICAÇÃO SEMESTRAL

SIG REVISTA DE PSICANÁLISE

REVISTA SEMESTRAL DA SIGMUND FREUD ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA

ANO 10, NÚMERO 1, JAN-JUN/2021

ISSN 2238-9083 VERSÃO IMPRESSA

ISSN 2316-6010 VERSÃO ONLINE

SIG Revista de Psicanálise é uma publicação semestral da Sigmund Freud Associação Psicanalítica e tem como objetivo publicar artigos teóricos e teórico-clínicos, resenhas e entrevistas no campo psicanalítico.

Os direitos autorais de todos os trabalhos publicados pertencem a SIG Revista de Psicanálise.

A reprodução total dos artigos desta revista em outras publicações, ou para qualquer outra utilidade, por quaisquer meios, requer autorização por escrito do editor. Reproduções parciais de artigos (resumo, abstract, mais de 500 palavras do texto, tabelas, figuras e outras ilustrações) deverão ter permissão por escrito do editor e dos autores.

As normas para a publicação e instruções para submissão de artigos estão disponíveis em:

<http://sig.org.br/revista-sig>

VERSÃO ONLINE DA REVISTA EM: <http://sig.org.br/revista-sig>

TIRAGEM: 140 EXEMPLARES | IMPRESSÃO: MAIO DE 2021

S574 Sig: revista de psicanálise / Sigmund Freud Associação
Psicanalítica. - Vol. 10, n. 18 (jan./jun.2021). - Porto Alegre:
Sigmund Freud Associação Psicanalítica, 2012-

Semestral
ISSN 2238-9083

1. Psicanálise - Periódicos. I. Sigmund Freud Associação
Psicanalítica.

CDU 159.964.2(05)

Bibliotecária responsável: Clarice da Luz Rodrigues, CRB 10/1333.

Sig revista de psicanálise

REVISTA DE PSICANÁLISE

PUBLICADA POR SIGMUND FREUD ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA

PORTO ALEGRE, RS - BRASIL

2021

SIGMUND FREUD ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA

GESTÃO 2020/2022

Presidente: Sissi Vigil Castiel

Diretora Administrativa: Martina Dall'Igna de Oliveira

Diretora de Ensino: Elenara Vaz Faviero

Diretora Científica: Débora Marcondes Farinati

Diretora da Clínica Psicanalítica: Luciana Rechden da Rocha

Diretora de Comunicação: Renata Aspar Lima

Secretária do Conselho Deliberativo e Fiscal: Fernanda Dornelles Hoff

SIG REVISTA DE PSICANÁLISE

Editora Responsável: Eneida Cardoso Braga

CORPO EDITORIAL:

Adela Stoppel de Gueller	Edson Luiz André de Souza	Miriam Chnaiderman
Almerindo Boff	Eneida Cardoso Braga	Mônica Medeiros K. Macedo
Ana Lúcia W. dos Santos	Ernani Pinheiro Chaves	Nelson da Silva Júnior
Bárbara de Souza Conte	Eurema Gallo de Moraes	Patrícia Alkolombre
Bianca Savietto	Gabriela Xavier de Araújo	Patrícia Porchat P. S. Knudsen
Carolina N. de Barros Falcão	Julio Bernardes	Paulo Cesar de Carvalho Ribeiro
Charles Elias Lang	Karin Wondracek	Paulo Endo
Cláudia Perrone	Luciana Maccari Lara	Rafael Marucco
Clarice Moreira da Silva	Luís Claudio Figueiredo	Roberta Araujo Monteiro
Cristina L. Saint Martin	Magda Mello	Sérgio de Gouveia Franco
Christian Ingo Lenz Dunker	Maria Cristina Poli	Sidnei Goldberg
Daniel Kupermann	Marília Etienne Arreguy	Simone Perelson
Débora Farinati	Marina Lucia Tambelli Bangel	Sissi Vigil Castiel
Denise Costa Hausen	Marta Rezende Cardoso	Vera Blondina Zimmermann

COMISSÃO EXECUTIVA:

Camila Reck Ortigara

Carolina de Barros Falcão

Ísis Gonzalez Fossati

Juliana Martins Costa
Rancich

PROJETO GRÁFICO:

Débora Dutra

*Capa: arte sobre fragmento da obra de Henri Matisse (reprodução), Litografia para a Verve, 1937.

DIAGRAMAÇÃO:

Marconbrasil
Comunicação Direta

*Os textos aqui publicados são de inteira responsabilidade de seus autores.

SUMÁRIO

SUMMARY

EDITORIAL/CONTENTS.....7

ARTIGOS/ARTICLES

UMA LEITURA DA PRÁXIS DE NISE DA SILVEIRA NO ACOLHIMENTO ÀS PSICOSES A PARTIR DE FREUD E LACAN9

A reading of Nise da Silveira's praxis regarding the accommodation to psychosis from Freud and Lacan

- *Mariana Rodrigues Festucci Grecco*

- *Ivan Ramos Estevão*

A FORMAÇÃO DA MENTE DO PSICANALISTA: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DE FERENCZI E BION25

The Formation of the Psychoanalyst's Mind: Considerations from Ferenczi and Bion

- *Luís Cláudio Figueiredo*

SOBRE AS REFLEXÕES DE CHRISTOPHER BOLLAS A RESPEITO DO FASCISMO E DO GENOCÍDIO.....31

Christopher Bollas' thoughts on the theme of fascism and genocide

- *Lucas Krüger*

DE QUE NÃO(S) NOS FALA A RESISTÊNCIA?41

Which no(s) does resistance tell us?

- *Daniela Rodrigues Izolan*

- *Natália Gambogi Rodrigues*

ALTERIDADES, MODALIDADES DO OUTRO E PRÁTICAS CLÍNICAS: ALGUMAS LEITURAS EM LACAN.....49

Alterities, modalities of the other, and clinical practices: some readings in Lacan

- *Fernanda Albrecht*

- *Mériti de Souza*

UM SEDUTOR NA CRIPTA: ARTICULAÇÕES ENTRE LAPLANCHE E TOROK.....65

Seducer in the crypt: articulations between Laplanche and Torok

- *Bruna Luzia Garcia de Oliveira*

- *Emanuelly Jackeliny Psissinati Martins*

- *Gustavo Adolfo Ramos Mello Neto*

- *Gustavo Angeli*

- *Larissa da Cruz Lima*

- *Monia Karine Azevedo*

A CLÍNICA DO SENSÍVEL, O SENSÍVEL NA CLÍNICA: O TRABALHO ESTÉTICO DA ESCUTA.77

The sensitive clinic, the sensitive in the clinic: the aesthetic work of listening

- *Liza Sanvito Andreazza Corso*

EM PAUTA/ON THE AGENDA

PSICANÁLISE ON-LINE, UM ANO E MEIO DEPOIS 87

On line psychoanalysis, one year later

- *Luciano Mattuella*

DESAFIOS CLÍNICOS EM TEMPOS DIFÍCEIS 91

Clinical issues in difficult times

- *Sissi Vigil Castiel*

CONVIDADO/GUEST

POLÍTICAS DA VERDADE E SUAS TRANSFORMAÇÕES NO NEOLIBERALISMO: O SUJEITO SUPOSTO SABER EM TEMPOS ALGORÍTMICOS 99

The politics of truth and its transformations in neoliberalism: the subject supposed to know in algorithmic times

- *Nelson da Silva Junior*

ENTREVISTA/INTERVIEW

ENTREVISTA COM A PSICANALISTA VERA BLONDINA ZIMMERMANN..... 109

Interview with the psychoanalyst Vera Blondina Zimmermann

RESENHAS/REVIEW

RESENHA DO LIVRO *O TRAUMA NA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS: SUAS DIMENSÕES POLÍTICAS, SOCIAIS, ECONÔMICAS, ECOLÓGICAS, CULTURAIS, ÉTICAS E CIENTÍFICAS*, DE JOEL BIRMAN 117

Review of the book *Trauma in the coronavirus pandemic: political, social, economic, ecological, cultural, ethical and scientific dimensions*, by Joel Birman

- *Daniela Trois Feijó*

A EXPERIÊNCIA DO SONHO E OUTROS MOVIMENTOS DO PENSAMENTO PSICANALÍTICO 119

The experience of dreaming and other movements of psychoanalytical thought

- *Joana Horst Rescigno Baldo*

Caros leitores,

Vivemos ainda tempos que nos trazem muitas incertezas decorrentes da pandemia de Sars-CoV-2, desafios que atingem a todos em todas as formas de relacionamento. A *SIG Revista de Psicanálise*, nesta 18ª edição, procurou trazer para os leitores alguns temas que possam nos estimular a pensar e discutir sobre esses desafios. Para nós psicanalistas, o atendimento on-line, por exemplo, tem sido um tema importante, que nos convoca a compartilhar nossas experiências e muito refletir. Nesta edição, a seção **Em Pauta** nos traz, a partir das considerações dos psicanalistas Luciano Mattuella e Sissi Vigil Castiel, pertinentes interrogações, ancoradas em consistentes pressupostos teóricos.

Ainda sob o prisma dos desafios contemporâneos, Nelson da Silva Junior, na seção **Artigo Convidado**, nos brinda com o texto “Políticas da verdade e suas transformações no neoliberalismo – o sujeito suposto saber em tempos algorítmicos”, explorando o pensamento de Michel Foucault sobre as modalidades de poder e sublinhando as novas tecnologias de informação como forma atual de produção de verdades. Uma leitura instigante e essencial.

Na seção **Entrevista**, Vera Blondina Zimmermann nos concede um precioso relato sobre sua trajetória na clínica psicanalítica de crianças, narrando seus desafios, conquistas e interrogações a respeito da atualidade e perspectivas futuras. As psicanalistas Fernanda Dornelles Hoff e Marina Bangel elaboraram as questões, que se desenrolam num consistente e afetivo diálogo.

A seção **Artigos** inicia com o texto dos psicanalistas Mariana

Rodrigues Festucci Grecco e Ivan Ramos Estevão, “Uma leitura da práxis de Nise da Silveira no acolhimento às psicoses a partir de Freud e Lacan”. O texto nos oportuniza uma reflexão sobre a importância da livre-expressão nas oficinas terapêuticas dos serviços de saúde mental como forma de estabilização das psicoses.

O psicanalista Luis Cláudio Figueiredo, com o artigo de fundamental relevância “A formação da mente do psicanalista: considerações a partir de Ferenczi e Bion”, articula os dois autores a partir da ideia de work-ego do analista, conceito proposto por Robert Fliess em um artigo de 1942 sobre a metapsicologia do analista. O texto sublinha um desafio fundamental para analistas e instituições de formação, nos convidando a refletir sobre esse tema.

Em “Sobre as reflexões de Christopher Bollas a respeito do fascismo e do genocídio”, Lucas Krüger nos brinda com uma reflexão a partir de um texto pouco conhecido do psicanalista, no qual nos fala de sua preocupação com um “genocídio intelectual” entre psicanalistas e seus grupos, salientando a importância da valorização das diferenças como impulsos na direção de caminhos criativos.

Daniela Rodrigues Izolan e Natália Gambogi Rodrigues, no artigo “De que não(s) nos fala a resistência?”, abordam desdobramentos semânticos do conceito de resistência na neurose, na clínica do traumático, no âmbito social e na sustentação da ética do fazer psicanalítico. Um tema relevante para que se possibilite a escuta da alteridade no encontro com o inconsciente do sujeito.

Em “Alteridades, modalidades do outro e práticas clínicas: algumas

leituras em Lacan”, Fernanda Albrecht e Mériti de Souza, num consistente percurso teórico, relacionam alteridade com o descentramento e com o que se direciona à escuta do que escapa na linguagem. Através de Lacan e outros autores contemporâneos, as autoras nos convidam a esse mergulho no campo da ética e da alteridade.

Bruna Luiza Garcia de Oliveira, Emanuely Jackeliny Psissinati Martins, Gustavo Adolfo Ramos Mello Neto, Gustavo Angeli, Larissa da Cruz Lima e Monia Karine Azevedo são os autores do artigo seguinte: “Um sedutor na cripta – articulações entre Laplanche e Torok”. A teoria da sedução generalizada e as influências do traumático no psíquico são aproximadas e trabalhadas em suas semelhanças e diferenças em relação ao destino desses excessos psíquicos.

Liza Corso, em “A clínica do sensível, o sensível na clínica: o trabalho estético da escuta”, nos oferece um precioso trabalho que interroga sobre o sensório e o estético na teoria e na escuta analítica. Um delicado percurso que se movimenta entre o olhar sensível de Sebastião Salgado e a sustentação da teoria psicanalítica.

A seção **Resenha** conta com dois textos que nos convidam a instigantes leituras: “A experiência do sonho e outros movimentos do pensamento psicanalítico” é o texto de Joana Horst Rescigno Baldo, que se refere ao livro *Entre o sonho e a dor*, de Jean-Bertrand Pontalis. Já Daniela Trois Feijó nos apresenta suas impressões sobre *O trauma na pandemia do coronavírus: suas dimensões políticas, sociais, econômicas, ecológicas, culturais, éticas e científicas*, de Joel Birman.

Enfim, muitas mãos que se propuseram a trabalhar, diante dos desafios desses tempos difíceis, para nos oferecer do melhor que podemos usufruir: pulsões de vida.

Uma ótima leitura!

Eneida Cardoso Braga

Editora Responsável

SIG Revista de Psicanálise

UMA LEITURA DA PRÁXIS DE NISE DA SILVEIRA NO ACOLHIMENTO ÀS PSICOSES A PARTIR DE FREUD E LACAN

A READING OF NISE DA SILVEIRA'S PRÁXIS REGARDING THE ACCOMODATION TO PSYCHOSIS FROM FREUD AND LACAN

Mariana Rodrigues Festucci Grecco¹

Ivan Ramos Estevão²

Resumo: Este trabalho se propõe a realizar uma leitura psicanalítica do acolhimento às psicoses praticado por Nise da Silveira em suas oficinas expressivas a partir das teorizações de Freud e Lacan quanto às possibilidades de estabilização frente à Verwerfung (mecanismo de defesa que estrutura a psicose). Quando a livre-expressão não é permitida nas oficinas terapêuticas dos serviços de saúde mental, a estabilização da psicose pode ser dificultada. Daí é que defendemos que Nise da Silveira, embora não fosse psicanalista, atuava em conformidade à ética psicanalítica ao assegurar ao psicótico a livre expressão em suas oficinas, o que favorecia a estabilização.

Palavras-chave: Estabilização das psicoses. Livre-expressão. Oficinas terapêutica. Nise da Silveira.

Abstract: This work proposes to carry out a psychoanalytic reading of the reception to psychoses practiced by Nise da Silveira in her expressive workshops based on the theories of Freud and Lacan regarding the possibilities of stabilization against Verwerfung (defense mechanism that structures psychosis). When free expression is not allowed in the therapeutic workshops of mental health services, stabilization of psychosis can be difficult. That is why we defend that Nise da Silveira, although she was not a psychoanalyst, acted in accordance with psychoanalytic ethics by ensuring free expression in her workshops for the psychotic, which favored stabilization.

Keywords: Stabilization of psychoses. Free expression. Therapeutic workshops. Nise da Silveira.

¹ Psicanalista e professora universitária. Doutoranda em Psicologia clínica pelo IP-USP; Mestre em Psicologia social e especialista em Psicanálise e linguagem pela PUC-SP. E-mail: marianafestucci@usp.br

² Psicanalista e professor universitário. Doutor e mestre em Psicologia clínica pelo IP-USP. E-mail: ivanre@yahoo.com

“Na condição psicótica fragmenta-se o ego [...]. A psique subterrânea se revela, deixando descoberta sua estrutura básica e permitindo que se tornem apreensíveis seus processos arcaicos de funcionamento” – Nise da Silveira, 1992.

“O psicótico é um mártir do inconsciente, dando ao termo mártir seu sentido, que é o de testemunhar. Trata-se de um testemunho aberto” – Jacques Lacan, 1955-1956.

DO DESENCADEAMENTO DA PSICOSE

Em *O homem dos lobos*, Freud (2010a) pontua que o aparelho psíquico pode reagir de diferentes maneiras à angústia sentida diante da possibilidade da castração: a rejeição (*Verwelfung*) seria um mecanismo de ação distinto do recalque (*Verdrangung*) ou da denegação (*Verleugnung*). A adoção de um desses mecanismos pelo aparelho psíquico poderia engendrar diferentes tipos clínicos: psicose, neurose ou perversão.

Ao retomar o relato de Freud sobre *O homem dos lobos*, Lacan (1988) destaca o mecanismo da rejeição (*Verwelfung*) como um *não querer saber da castração* que engendraria a psicose. Mas à diferença de Freud e influenciado pelos teóricos estruturalistas com os quais dialogava em sua época, Lacan situará a psicose como *estrutura* e não como *tipo clínico*. Em síntese, a estrutura tem a ver tanto com uma forma de se posicionar perante a castração e, por conseguinte, o desejo e a alteridade do outro, como também a uma maneira de tomar lugar nos diferentes discursos que aparelham os laços sociais. Isso implica o entendimento da psicose não em termos de normal ou patológico, sinônimo de loucura ou ainda crise psíquica, mas em um modo de o psiquismo se estruturar e se posicionar no mundo. Trocando em miúdos, uma pessoa com estrutura psicótica segundo a teorização lacaniana pode passar pela vida sem experienciar a crise psíquica advinda de um desencadeamento.

O desencadeamento da psicose, conforme sintetiza Guerra (2010), apoiada em elementos extraídos de *O seminário*, livro III de Lacan (1988), envolve, além da *causa primordial* – a denegação (*Verwelfung*) perante a possibilidade de castração (mecanismo que Lacan entende como *foraclusão* do Nome-do-Pai – do terceiro que se interpõe entre o sujeito e o desejo da mãe na trama edípica) que engendra a psicose como estrutura, uma *causa complementar*, seja ela a ruptura de uma identificação imaginária que conferia estabilidade ao aparelho psíquico do psicótico, seja a convocação do Nome-do-Pai foracluído para interpor-se na condição de terceiro (simbólico) na relação diádica do psicótico (a apresentação de uma situação na realidade socialmente compartilhada onde o desejo aparece como interdito, ou seja, o psicótico é convocado para responder simbolicamente e não conta com o mecanismo de metaforização do desejo advindo do atravessamento do complexo de Édipo). Essas possibilidades podem se apresentar de maneira isolada ou concomitante ao psiquismo, e podemos nomeá-las, por empréstimo ao modo como Freud (2010b) se refere a Schreber, enquanto “causas ocasionais” – ocasionais do desencadeamento.

Entretanto, conforme expressa Guerra (2010, p.39): “Desencadeada a psicose, o sujeito começa a trabalhar na reconstrução de seu mundo. É quando suas soluções fazem barulho e exigem resposta”. Tal reconstrução, conforme indicou Freud (1911b), é possível de ser feita por meio do delírio que atuará na recomposição do mundo para o psicótico, de onde Lacan partirá mais tarde para falar da metaforização do Nome-do-Pai foracluído:

E o paranoico o reconstrói [o mundo], não mais esplêndido, é certo, mas ao menos de forma a nele poder viver. Ele o constrói mediante o trabalho de seu delírio. O que consideramos produto da doença, a formação delirante, é na realidade tentativa de cura, reconstrução (Freud, 1911b, p.94).

Quando uma oficina terapêutica tem um funcionamento pragmático, impede que o psicótico tenha livre expressão, seja porque o fazer dele é direcionado para objetos utilitários ou artísticos, seja porque o acesso dele é impedido

em função de se encontrar em crise psíquica. Tal funcionamento pode gerar consequências para o estado clínico do psicótico: o retardamento e/ou inviabilização da estabilização, que pode ser possibilitada por ele mesmo pela reconstrução de seu mundo, conforme nos indicou Freud (1911b) ao se referir ao delírio.

DA ESTABILIZAÇÃO NAS PSICOSES

A estabilização, entendida segundo uma perspectiva lacaniana enquanto uma maneira que o psiquismo encontra de atingir estabilidade após a crise psíquica, pode se dar de três formas: pela passagem ao ato, pela metáfora paterna ou pelo *sinthoma*.

Soler nos lembra que para melhor compreender a estabilização, é preciso “poder dizer, em primeiro lugar, o que foi que desestabilizou, e em segundo, correlativamente, o que é que volta a se estabilizar” (2007, p.193).

Podemos sintetizar que o diagnóstico diferencial da psicose é estabelecido pela *Verwerfung* que impede a metaforização do desejo no nível do outro. Assim é que a estabilização será aquilo que atuar em substituição a esta impossibilidade de metaforização; portanto, ela não tem o caráter de cura tal como quando é empregada pelas ciências da saúde ou pelo senso comum, que pode tender a pensar a psicose em termos de prejuízo de funções a serem corrigidas; a estabilização aqui é vista como uma saída encontrada pelo psiquismo para o sujeito se reposicionar perante a realidade socialmente compartilhada. Ao longo da teorização de Lacan podemos encontrar três formas possíveis de estabilização: pela via da passagem ao ato, da construção de uma metáfora delirante ou da elaboração de um *sinthoma*.

Em *A psicose paranoica em suas relações com a personalidade*, podemos acompanhar a estabilização da psicose pela via do ato. Lacan (1987) relata o atendimento de Aimée, uma mulher que se encontrava no hospital psiquiátrico após atacar com uma faca a atriz Huguette Duflos por pensar que ela a estava perseguindo e ansiava assassinar o seu filho. Quando tenta esfaquear a atriz e se torna culpada diante da lei, Aimée atinge a si mesma rasgando o delírio que a sufocava. Assim é que o ato provoca a queda do delírio: “Aimée atinge a si mesma, e, quando ela o compreende, sente então a satisfação do desejo realizado: o delírio, tornado inútil, se desvanece” (Lacan, 1987, p.254). Essa via de estabilização – a do ato –, entretanto, que pode ser lida enquanto tentativa de libertação do Outro em substituição à metáfora paterna que não se inscrevera, por implicar violência desferida a outrem ou autoinfligida (muito embora a culpabilização advinda do ato possa ser lida enquanto um apelo à incidência da lei), não promove a incursão do psicótico no laço social.

Outro momento em que Lacan trata sobre a estabilização das psicoses será quando retoma a leitura freudiana a respeito do delírio psicótico em Schreber para explorar a respeito da metáfora delirante. Aqui a estabilização será tomada enquanto a formulação de uma metáfora delirante que atue como substituto do Nome-do-Pai foracluído – o terceiro que se interpôs entre o sujeito e o desejo da mãe.

Guerra nos exemplifica que a metáfora delirante cumpre o papel de dar conta da “rejeição das representações inconscientes de lembranças aflitivas” (2010, p.56), uma vez que Schreber não pôde contar com o recurso do recalque. Mas de acordo com o que ela resgata da obra do psicanalista *Jean-Claude Maleval*, nem sempre será viável que um delírio cumpra a função de metáfora

delirante. Ele só desempenhará este papel quando aliar a operação de redução significante à conciliação ao gozo do Outro por ele identificada. Para melhor compreender o alcance de tal afirmação, cumpre antes destacar que do delírio se extrai ao menos quatro lógicas: “deslocalização de gozo e da perplexidade angustiante [...]; significação de gozo deslocalizado [...]; identificação do gozo do Outro [...]; consentimento ao gozo do Outro” (Guerra, 2010, pp.56-58).

- a) Deslocalização do gozo e da perplexidade angustiante, de acordo com Maleval (1998), trata-se do momento em que o psicótico está à beira do simbólico sem que lhe seja possível, no entanto, alcançá-lo. Teria Ulisses dado cabo de sua Odisseia se Homero não lhe tivesse concedido a astúcia de defender-se do canto das sereias? Uma vez que falta ao psicótico o significante mestre, “se abre uma falta insuportable, que cativa toda su atención y no le concede reposo”³ (Maleval, 1998, p.133). A partir daí ele tentará recompor o que lhe falta. Não é incomum, entretanto, que essa tentativa de recomposição se desdobre em dois momentos: o de uma perplexidade sem objeto e o de um advento de um enigma, posto que o psicótico não sente que é o sujeito dos seus enunciados. É aqui que se apresenta o automatismo mental. Maleval (1998) destaca que “cuando la forclusión del Nombre del Padre se actualiza, se revela la falta de um limite estructural, de manera que el significante se desencadena, lo imaginário se desloca y el goce se deslocaliza”⁴ (1998, p. 155).

- b) Significação do gozo deslocalizado: Guerra, em sua leitura da obra de Maleval, sintetizará esse momento enquanto “a busca de uma explicação para os fenômenos que o invadem [ao psicótico]” (2010, p.57) e o ilustrará na acusação que Schreber dirige ao seu médico, Dr. Flechsing, de estar fazendo um complô contra ele, acusação que não apazigua Schreber, que por sua vez a reformulará, acrescentando Deus ao complô e situando a própria alma enquanto alvo. Maleval (1998) pontua que nesse momento é recorrente que o delírio represente um chamamento a um representante supremo, que se supõe que seja capaz de impor barreiras ao gozo (podendo ser ele um papa, um presidente, Deus etc.). Esse chamamento a um “Pai pacificador” que se desenvolve por meio da construção delirante frequentemente não se sustenta e “la lógica del delírio sólo llega a pacificar el goce del sujeto invitándole a um sacrificio de éste”⁵ (Maleval, 1998, p.281).

- c) Identificação do gozo do Outro: é quando é possível ao psicótico nomear o gozo do Outro, como podemos observar quando Schreber se identifica enquanto mulher de Deus. De acordo com Maleval, “a partir de entonces se instaura una certeza que determina sin reservas la existencia del sujeto”⁶ (1998, p.209), nem que seja às custas de sua própria vida. Mas é aí que mora o problema. Maleval toma como exemplo o caso da Sra. Delorme que, durante a Revolução Francesa, alega ser a Condessa Stéphanie de Bourbon-Conti, descendente direta da família real. Essa senhora, mesmo sabendo que tal informação lhe significava risco de morte, escreve tal informação em seu passaporte, vindo a se submeter docilmente à guilhotina. Maleval desenvolve que “en la base de toda psicosis se encuentra un enfrentamiento con el goce del Otro. Para proteger-se de éste, el delirante busca significantizarlo”⁷ (1998, p. 210). O risco é que nesse ponto, o paranoico venha a significantizar em seu delírio um gozo que lhe custe o laço social como no caso da Sra. Delorme, ou ainda que identifique o Outro enquanto portador de um gozo ilegal – passando a caracterizá-lo enquanto perseguidor, o que pode precipitar uma passagem

ao ato, tal como Lacan demonstra no caso de Aimée quando golpeia a atriz Huguette Duflos. Para que isso não aconteça, há de se desenvolver um consentimento quanto a esse gozo.

- d) Consentimento ao gozo do Outro: é quando, a partir da nomeação (identificação) do gozo do Outro, há uma conciliação do psicótico com a realidade forjada a partir do delírio, o que Guerra (2010) destaca no caso de Schreber a partir da sua alegação de que por meio da sua fecundação por Deus irá repovoar o mundo de criaturas superiores. Ora, saber que irá repovoar o mundo faz com que Schreber esteja conciliado com ser a mulher de Deus, ou seja, que consinta no gozo do Outro, o que lhe permite conquistar uma estabilização por um tempo.

É possível sintetizar a partir dessas quatro lógicas apresentadas por Maleval (1998) e resgatadas por Guerra (2010) que o delírio cumprirá o papel de metáfora delirante quando aliar a operação de redução significativa à conciliação ao gozo do Outro por ele identificada. Tal ponto de elaboração delirante, que já é complexo por si só de alcançar, fica ainda mais dificultado tendo em vista a prática medicalizante quando exercida de maneira indiscriminada para atuar enquanto camisa de força química que tende a aprisionar e silenciar ao invés de fomentar a criação, conforme nos indica Maleval: “La administración de dichas drogas en la actualidad no habria permitido que Schreber usara de todos los recursos de su mente para llegar hasta la última elaboración de su delírio”⁸ (1998, p. 219).

Lacan discute sobre o papel da criação na psicose a partir da escrita de James Joyce em *O Seminário*, livro XXIII, *O sinthoma*, proferido entre os anos de 1975 e 1976. Nesse seminário ele comenta, logo de início, que Joyce “escreveu em inglês de uma tal maneira que a língua inglesa não existe mais” (Lacan, 2007), ou seja, sua escrita remete mais a um trabalho que o sujeito realiza a partir do seu psiquismo sobre os materiais que a realidade psíquica desvela do que uma resposta a um elemento que se apresentou na realidade socialmente compartilhada. Com essa escrita Joyce teria inventado uma alternativa à ausência da possibilidade de metaforizar a falta – a ausência da metáfora paterna:

A boa maneira é aquela que, por ter reconhecido a natureza do *sinthoma*, não se priva de usar isso logicamente, isto é, de usar isso até atingir seu real, até se fartar. Joyce fez isso, mas, é claro, no olhómetro [...] ele tinha o pau um pouco mole, se assim posso dizer, foi sua arte que supriu sua firmeza fálica. E é sempre assim. O falo é a conjunção do que chamei de esse parasita, ou seja, o pedacinho de pau em questão, com a função da fala. E é nisso que sua arte é o verdadeiro fiador de seu falo (Lacan, 1975-76/2007, p.16).

Ao particularizar em sua escrita um inglês que instigava a decifração, Joyce pôde endereçar sua invenção a um público, os universitários. Estes podiam a partir de então usufruir da linguagem joyceana. “Mas foi Joyce quem deliberadamente quis que essa corja se ocupasse dele. O incrível é que ele conseguiu, e de um modo fora de série. Isso dura, e ainda vai durar” – afirma Lacan (2007, p.17) para sinalizar que Joyce pôde, a partir de sua escrita, fazer uma incursão no laço social, vindo a concretizar a vontade de que os universitários se ocupassem dele por pelo menos trezentos anos.

A invenção de Joyce é nomeada por Lacan de *sinthoma*. O *sinthoma* é grafado com “th” para distinguir-se de *sinthoma* – solução de compromisso limi-

tadora das possibilidades de existência, já que o primeiro, ao contrário de uma conotação patológica, oferece ao sujeito a “possibilidade de viver ou até mesmo se proteger da loucura durante sua ex-sistência” (Souza, 2002, p.13). Harari (2002) sintetiza que enquanto o sintoma realiza uma obstrução das possibilidades de liberdade, depreciando o élan próprio de cada *fallasser*, o *sinthoma* age na contramão do sintoma.

O *sinthoma* permite ao sujeito a invenção de algo para lidar com aquilo que da realidade socialmente compartilhada é processado enquanto não sentido pelo psiquismo, se apresentando como uma alternativa, por exemplo, à reinvenção do mundo via construção delirante. Além disso, o *sinthoma* realiza uma perversão do Nome-do-Pai organizadora do psiquismo.

Em *O seminário*, livro XXIII, *O sinthoma* (edição brasileira), existe uma nota de rodapé para esclarecer que no idioma francês a palavra “perversão” suporta homofonias: “*pére* (‘pai’), *vers* (‘em direção a’) e *version* (‘versão’)” (Laia, 2007, p.21), justamente para ratificar esse suplemento que age de maneira equivalente ao Nome-do-Pai. O *sinthoma*, ao ser atravessado pelos atributos polifônicos das palavras que concentram várias línguas (Joyce condensou várias línguas na sua escrita do inglês), viabiliza jogos homofônicos que são próprios da estrutura discursiva. Joyce forjou o nome-próprio prescindindo do Nome-do-Pai, e assim apresentou um “paradigma de uma modalidade de solução na psicose: a obra, pelo viés da escrita” (Guerra, 2010, p. 73).

Tal escrita ofereceu a Joyce um alicerce para o pensamento, um suporte para o sentido livre das amarras do inconsciente, uma maneira de se haver com o real e de extrair o gozo que deu consistência à sua existência. Arthur Bispo do Rosário dizia que precisava das palavras que escrevia com a linha que ele obtinha ao descosturar os trajes do hospital psiquiátrico (Hidalgo, 2011). Joyce, por sua vez, alinhavou por um ponto de alta costura o nome-próprio com o qual vestiu o seu corpo. Ambos precisavam, cada qual a um modo, das letras que costuravam.

A letra desempenha, portanto, um papel fundamental na estabilização do psicótico pela via da obra, posto que toca no irreduzível e na impotência da linguagem em tudo significar, além de instigar pelo enigma que comporta a adoção de uma estratégia *sinthomática*. “O que faz cifra opera sobre o gozo e indica uma direção para o tratamento das psicoses” (Guerra, 2010, p.78) que possibilite que o Um emergja enquanto consolidação da hiância com o Outro. Um aqui é entendido não enquanto número ou todo, mas enquanto distinção condicionada à intransitividade. Harari (2002) destaca que Lacan toma Joyce enquanto paradigma desse Um – autossuficiência a partir do questionamento de porque este publicou os seus escritos, posto que ainda que fosse dependente e sensível à crítica daqueles que o cercavam, o escritor parecia não priorizar a difusão de sua obra, mas antes a conexão com a própria invenção que lhe fazia consistir. Para sustentar tal argumento Harari (2002) ressalta que Joyce leva dezesete anos na escritura de *Finnegans Wake* (entre 1922 e 1939).

A função da obra enquanto estabilizadora da psicose e, conseqüentemente, o apego de Joyce aos seus escritos nos propiciaram novas possibilidades de leitura acerca do modo de trabalho nas oficinas terapêuticas em funcionamento atualmente nos serviços de saúde mental no Brasil.

SOBRE AS OFICINAS TERAPÊUTICAS E A REFORMA PSIQUIÁTRICA NO BRASIL: UMA LEITURA PSICANALÍTICA

Conforme nos aponta Galetti (2001, p.7), compreendemos que as oficinas terapêuticas não podem ser definidas “por um modelo homogêneo de intervenção e nem tampouco pela existência de um único regime de produção, ao contrário, é um composto de naturezas diversas, numa multiplicidade de formas, processos, linguagens”.

Entretanto, é possível sintetizar que, ao estarem previstas enquanto “uma das principais formas de tratamento” (Ministério da Saúde, 2004, p.20) oferecidas nos CAPSs, elas visam, ao aliar os interesses dos usuários e as possibilidades dos profissionais de saúde em serviço, a serem instrumentos de potência, ou seja, a proporcionarem espaços em que se engendrem e se experimentem novas formas de relacionamento e existência nos laços sociais.

Ocorre que, ao realizar uma leitura reducionista do movimento de desinstitucionalização da loucura promovido pela Luta Antimanicomial em nível mundial – tendo como um de seus principais representantes Franco Basaglia (1924-1980), que reivindicava a reinserção em sociedade da pessoa com transtorno mental pelo exercício da cidadania –, a Política de Saúde Mental implantada no Brasil a partir da década de 1990 acabou por abarcar em seus objetivos “a realização de atividades produtivas” (Ministério da Saúde, 2004, p. 20) por parte dos frequentadores dos serviços de saúde mental. Visava-se por meio da realização de atividades produtivas a promover a conquista da cidadania assentada na independência financeira.

Uma das consequências da incorporação de tal objetivo na Política de Saúde Mental brasileira foi que, embora as diretrizes de funcionamento dos CAPSs (lei n.º 10.216/2001) previssem a realização tanto de oficinas terapêuticas do tipo expressivo (plástica, verbal, musical, teatral, etc.) quanto de oficinas terapêuticas geradoras de renda (culinária, costura, artesanato, etc.), as oficinas geradoras de renda foram priorizadas e as oficinas expressivas acabaram sendo descaracterizadas em oficinas de renda.

Cedraz e Dimenstein, ao realizarem uma pesquisa para explorar o modo de funcionamento das oficinas terapêuticas e se elas estariam promovendo uma mudança de paradigma da lógica manicomial, a partir de visitas a um CAPS II em Natal, no estado do Rio Grande do Norte, constataram que “as oficinas muitas vezes se reduzem a meras estratégias de ocupação do tempo e servem de veículo de transmissão de valores socialmente legitimados como certos” (2005, p.301), e destacaram que além de interpelar a oficina pelo viés de uma obrigatoriedade, tanto os usuários quanto os profissionais participantes se relacionam de maneira hierarquizada, o que não favorece o estabelecimento de vínculos sociais. Ao analisarem suas observações pela perspectiva da análise institucional e do movimento da desinstitucionalização, que segundo Cedraz e Dimenstein (2005) buscam promover uma ruptura com o tratamento violento do homem enquanto objeto de uma razão superior, se depararam com uma quantidade insuficiente tanto de profissionais de saúde para conduzir as atividades quanto no protagonismo exercido por estes escassos profissionais no planejamento e efetivação das atividades:

Está presente no serviço a ideia de que deve partir dos técnicos a iniciativa de realização de qualquer que seja a atividade, enquanto os usuários ocupam o lugar de expectadores ou consumidores das propostas. Não foi observado nenhum movimento de questionamento dessa lógica (Cedraz & Dimenstein, p. 315).

Além das situações já citadas, Cedraz e Dimenstein (2005) também constataram uma disciplina e conotação moral perpassando pelas atividades (dentre elas, uma ênfase na heterossexualidade, casamento e organização), bem como certa cristalização na maneira como os usuários se apresentavam (sempre começando pelo nome, tempo de frequência ao serviço e uso de medicações, e menos por suas queixas e desejos) e uma deslegitimação das queixas deles, quando estas se apresentavam, ainda que fossem pertinentes em contextualizar situações graves do ponto de vista psíquico e social.

Cedraz e Dimenstein (2005, p.318) arrematam: “Observou-se que, no período de investigação, os profissionais do serviço privilegiavam as oficinas expressivas; no entanto, embora a arte seja aclamada como o espaço da criação, há muito pouco de criação nas oficinas”.

Dias (2018), que buscou enfatizar em seu trabalho o papel das oficinas terapêuticas na reinserção psicossocial em um centro de convivência em Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, segundo operadores de leitura psicanalíticos, observou que nas oficinas a loucura ainda é concebida enquanto sinônimo de periculosidade, o que pode dificultar o acesso dos psicóticos ao serviço.

Esses relatos vão de encontro ao que constata o *Caderno Humaniza SUS – Saúde Mental*, lançado pelo Ministério da Saúde (2015, pp. 58-59):

A tendência em utilizar os espaços das oficinas terapêuticas como locais automatizados e serializados, os quais parecem funcionar para se exercitar e se resgatar um dado tipo de participação social engajada com a lógica capitalista. Desse modo, as oficinas passam a funcionar como espaços para “ocupar a mente” e, de forma “pragmática”, recuperar uma dada cidadania, mediante mera adaptação ao “mundo em que vivemos” (RAUTER, 2000). Ao contrário, o que se quer [...] é a disponibilização de atividades terapêuticas cujo atrativo advenha [...] da capacidade de ampliar um território subjetivo [...]. A ausência de reflexão sobre o porquê e para quê oficinas e grupos terapêuticos contribuem “para que, com frequência, sob o rótulo oficina, se exerça a velha psiquiatria”(RAUTER, 2000, p. 274) [...] fazendo-os funcionar em prol da adaptação à sociedade, com rotinas serializantes e racionalizadoras. A clínica distancia-se, assim, do propósito de desinstitucionalização.

Já Pereira e Palma (2018), que exploraram os sentidos que os usuários de um CAPS no município de Unaí, no estado de Minas Gerais, poderiam produzir a partir da frequência a uma oficina terapêutica ocupacional segundo a perspectiva fenomenológica, concluíram que as oficinas são espaços importantes para usuários na medida em que podem deixar o pensamento vaguear, além de escaparem da rotina cotidiana. Desse modo, as oficinas só cumprem um papel socializante para os frequentadores quando os deixam livres para expressar o que querem, o que, de acordo com o relato das pesquisadoras, parecia estar sendo proporcionado pelo CAPS visitado.

ARTIGO

De acordo com Silva e Alencar (2009) que buscaram investigar, segundo um referencial psicanalítico, o papel da criação por pacientes psicóticos e seu potencial para propiciar a estes incursão no laço social por meio de visitas a um CAPS no município do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, existem entraves na execução das oficinas decorrentes da escassez de materiais, limitação de espaço e quantidade de funcionários. No entanto:

Podemos afirmar, concluindo, que embora estejamos muito longe de formular de que modo as práticas criativas podem, de fato, servir ao trabalho de estabilização na psicose na experiência de uma oficina terapêutica, há um aspecto apaziguador para alguns. E, se isso tem como principal operador o próprio trabalho do sujeito, certamente se deve, também, à presença do oficineiro como destinatário de um endereçamento (Silva e Alencar, 2009, s/p).

Cumprido destacar, em primeiro lugar, que a realização das oficinas terapêuticas segundo estratégias serializantes e automatizadoras está na contramão de uma abordagem psicanalítica que aposta em uma relação possível com os serviços de saúde mental. Aposta que, de acordo com Alberti e Figueiredo (2006) levam em conta a causa freudiana do desejo enquanto fênix capaz de sobreviver a todo tipo de intempéries – seja naquelas proporcionadas por fatores econômicos, seja pela escassez de recursos, por políticas públicas, pela resistência dos profissionais de saúde ou dos usuários dos serviços, ou mesmo pela cientificização dos discursos que instituem entraves para o trabalho em equipe tendo em vista, entre outras coisas, a sobreposição de um saber sobre o outro.

Na atualidade o saber médico e, por conseguinte, a psiquiatria de base organicista tentam estabelecer a hegemonia do saber na saúde mental. A psiquiatria de base organista, entretanto, não é a única abordagem possível no campo da saúde mental. E mesmo o estabelecimento de uma aliança entre uma abordagem psiquiátrica que leve em conta a subjetividade e a abordagem psicanalítica não é impossível.

Em uma conferência sobre psicanálise e psiquiatria, Freud (1917/2014, p. 325) assinalou: “Não quero despertar convicções – quero fornecer estímulos e abalar preconceitos”. Sinalizando, por meio de vinhetas de casos clínicos, que enquanto a psiquiatria enfatizava prioritariamente a busca da causa do sintoma e a sua eliminação no contexto de um mal-estar, a psicanálise realizava a observação do sintoma e a busca do seu sentido na história do sujeito, Freud não via necessariamente uma contradição entre as duas abordagens, mas a possibilidade de uma complementação entre ambas. Foi o que Soler (2007) indicou, por exemplo, com a prescrição de medicação psicotrópica em quantidades controladas quando em casos de crise psíquica de modo a torná-lo mais acessível a uma intervenção psicanalítica quando os delírios e alucinações atingem um ponto crítico.

Na passagem do século XIX para o século XX houve uma crescente ênfase no modelo asilar e de intervenções por meio de eletrochoques, coma insulínico induzido, lobotomia e camisa-de-força química para o tratamento da loucura por parte da psiquiatria, em detrimento do estudo de suas expressões clínicas que tanto influenciaram a formação de Freud e de Lacan (psiquiatra de formação), por exemplo.

Influenciado pelos movimentos internacionais, o processo de reforma psiquiátrica no Brasil emergente na década de 1970 e que continha uma forte dimensão política atacou fortemente a dimensão excludente do modelo asilar,

além da violência à subjetividade cometida pelo modelo interventivo que havia ganhado o reforço do advento dos psicotrópicos que eram prescritos em excesso.

Constatou-se que a organização dos hospícios favorecia a cronificação das identidades, e que seria necessária a ênfase na cidadania e autonomia promotoras da subjetividade – estas últimas tendo sido abraçadas enquanto propósitos clínicos em contraposição à segregação asilar (Lancetti, 2006).

Com vistas a alcançar tais propósitos, o movimento da Reforma Psiquiátrica no Brasil defendeu que fosse realizada de maneira progressiva a extinção do modelo manicomial e a sua substituição por serviços alternativos de promoção à saúde mental –fossem eles hospitais-dia, residências terapêuticas, centros de convivência ou serviços ambulatoriais. Tal proposta, associada a outros dispositivos, tais como apoio matricial, clínica ampliada e supervisão clínico-institucional, pode representar uma legítima aliada na promoção da incursão do doente mental nos laços sociais.

No desenvolvimento do movimento da Reforma através dos anos, o que se viu foi uma ênfase política que por vezes não se atentou para aspectos clínicos. Mesmo uma estratégia forjada na tentativa de corrigir tal discrepância, tal como a clínica ampliada, serviu envolta em contradições, posto que existem pessoas para as quais a clínica implica a “negativização da experiência da loucura” (Tenório, 2001, p.72), portanto práticas ditas socializantes necessitariam se situar fora da clínica e de seus parâmetros, enquanto outras pessoas acreditam que o vocábulo ampliada associado à clínica constitui uma redundância, visto que a boa prática clínica já envolve cuidados guiados pela singularidade de cada sujeito em seu contexto sociocultural.

Nesse estado de coisas, se por um lado o movimento da Reforma Psiquiátrica visou romper com o paradigma instituído pela psiquiatria clássica que ratificava a dicotomia entre psíquico e orgânico e singular e coletivo, vindo a atacar o modelo excludente asilar e tentando promover as integrações sociofamiliares daquele que padece de um sofrimento mental, por outro, em uma tentativa de humanização das expressões da loucura, flertou com o risco de negativá-la enquanto experiência. Mesmo que critique formas de normatização da subjetividade, tal movimento recaiu no erro de ignorar aquilo que é da ordem da singularidade sob o rótulo de que uma saúde psíquica é possível de ser alcançada do mesmo modo por todos – um ideal de cura. Parker (2013) assinala que a psicanálise lacaniana está na contramão dessa tendência:

A noção de comunidade terapêutica [um dos dispositivos engendrados pela Reforma Psiquiátrica] exemplifica a dupla intervenção visada pelos profissionais psi progressistas, pois ela combina os aspectos do tratamento e da Reforma, atenuando a angústia pessoal e trazendo melhorias à administração do social. É justamente neste ponto que a psicanálise lacaniana se opõe (Parker, 2013, p. 297).

Seja por uma leitura mais estrutural da clínica (maneira como cada sujeito vai se situar perante a castração, seja pela negação, seja pela denegação ou forclusão), seja por uma leitura borromeana (maneira como cada qual enodará as dimensões simbólica, imaginária e real, prescindindo ou não do Nome-do-Pai), a clínica psicanalítica lacaniana enfatiza a forma singular como cada su-

jeito se haverá com o seu gozo, ênfase a partir da qual o alcance de um ideal padronizado está fora de questão.

Mesmo assim, conforme destacam Guerra e Souza (2006):

Num movimento de torção, entretanto, ambas [Reforma Psiquiátrica e psicanálise] colocam em xeque, cada qual à sua maneira, qualquer instrumento clínico, saber ou prática, que opere como agenciador de controle e normatização social, ou que traga como consequência a dessubjetivação e a alienação (s/p).

As práticas serializantes e automatizadoras no contexto das oficinas terapêuticas podem ser situadas segundo uma vertente equivocada da Reforma Psiquiátrica que recai no ideal de cura enquanto normatizador, e se vê atravessada pela lógica capitalista. Cabe ressaltar também que muitos dispositivos clínicos (sejam CAPSs, hospitais-dia, centros de convivência etc.) têm cumprido com sucesso o papel de atenção à saúde, não sendo difícil encontrar com fatura relatos de sucesso nesse sentido nas mais diversas publicações científicas. Cumpre atentar, entretanto, para alternativas metodológicas quando esses dispositivos não conseguem acolher a singularidade da subjetividade psicótica.

UMA INTERLOCUÇÃO ENTRE A PSICANÁLISE FREUDO-LACANIANA E NISE DA SILVEIRA SOBRE OFICINAS TERAPÊUTICAS COM VISTAS À ESTABILIZAÇÃO NAS PSICOSES

Nise da Silveira, ao propor a terapêutica ocupacional – que mais tarde renomeou de emoção de lidar⁹ o fez com a intenção de ter acesso aos conteúdos psíquicos de seus clientes por outra via que não fosse a do código da linguagem falada ou escrita, uma vez que está ou não operava para o cliente (estado de catatonia, por exemplo), ou era insuficiente em retratar todas as nuances do seu funcionamento psíquico (o cliente poderia especificar em anamnese que dia ou horas eram, ou em que lugar estava, e mesmo assim estar com a vivência do tempo e do espaço prejudicada).

Se em um primeiro momento tal terapêutica foi empregada enquanto via de acesso alternativa ao psiquismo de seus clientes, em um segundo momento Nise da Silveira observou que, na medida em que se expressavam, seus clientes tomavam certa distância do que os avassalava e isso permitia que eles se reorganizassem psiquicamente, para então fazerem incursões na realidade socialmente compartilhada. É importante pontuar que Nise fazia questão de tratar todos enquanto “clientes” e não “pacientes”, advertindo que pacientes deveriam ser os funcionários na escuta do que os clientes tinham a lhes desvelar, e não o contrário (Mello, 2015).

A particularidade da metodologia adotada por Nise desde os seus primórdios envolvia a liberdade de participação do cliente e o não direcionamento da expressão. O cliente seria auxiliado pelos monitores na medida em que desejasse, e não era imperativo que um objeto utilitário ou artístico fosse produzido. Afirmava Silveira (2016):

Nosso objetivo principal é entrar no mundo interno do doente, é conhecer este mundo e que ele entre em contato conosco. Não é desejo de que o doente se expresse de forma artística, o que nós queremos é que ele se expresse em imagem, como linguagem. O simples fato de desenhar ou modelar é terapêutico. Ele fica mais leve, diminuem o medo e as tensões (s/p).

Ao buscar na metodologia desenvolvida por Nise da Silveira novas perspectivas para o funcionamento de certas oficinas terapêuticas que funcionam nos serviços de saúde mental segundo perspectivas serializantes e automatizadas, nos damos conta da possibilidade de a psiquiatra, para além da antecipação da lógica da Reforma Psiquiátrica, estar sustentando em sua práxis uma ética psicanalítica no acolhimento às psicoses.

Nise da Silveira, por meio do princípio da livre expressão adotado em suas oficinas, possibilitou aos frequentadores se expressarem por formas alternativas que não a da linguagem formal, pela criação de uma ambiência não inibidora das possibilidades de estabilização psicótica. A sua práxis, portanto, é afim a uma ética psicanalítica orientada para a clínica do real – mesmo que ela não soubesse disso. Mas nem por isso a sua práxis deixava de estar guiada por norteadores teóricos, que eram convocados e reformulados a partir dos embates cotidianos.

De acordo com Melo (2001) biblioteca de Nise da Silveira se estendia por dois quartos e pela sala do apartamento situado acima daquele em que morava – ela mantinha um apartamento-biblioteca, com vasta quantidade de obras de literatura (com as quais dizia aprender muito acerca do psiquismo), artes plásticas, psicologia analítica e psicanálise. Eu tive a oportunidade de visitar parte dessa biblioteca que foi designada em testamento para o Museu de Imagens do Inconsciente, e qual foi a minha surpresa ao vislumbrar lá as obras completas de Freud – coleção com marcações em todos os volumes, com a letra de Nise em várias das bordas.

Ao contrário do que se possa argumentar na atualidade – que Nise teve sua formação profissional sustentada exclusivamente na psicologia analítica –, Nise não se iniciou nos estudos do psiquismo por Jung e sim por Freud, uma vez que à época que ingressou na medicina nem sequer havia livros traduzidos de Jung circulando no Brasil. As primeiras referências de Nise foram de origem freudiana (Melo, 2001).

Melo (2001), psicólogo que atuou na Casa das Palmeiras e participou do grupo de estudos sobre Jung quando conduzido pela própria Nise da Silveira, tendo se dedicado depois disso ao estudo da psiquiatra, adverte:

Ao encerrarmos Nise da Silveira sob a denominação junguiana, estamos negligenciando grande parte de seu pensamento livre e libertário. Nise admirava, além de Jung e von Franz, inúmeros autores: estudou com afinco as obras de Merleau-Ponty e Minkowski, era apaixonada por seus “namorados” Ronald Laing e Gaston Bachelard, era uma aprendiz de Antonin Artaud, estudava psicologia nas obras de Machado de Assis, Franz Kafka, Marcel Proust, Robert Louis Stevenson, Anatole France e Fiodor Dostoievski, tinha sempre à mão um livro sobre Leonardo da Vinci, aprendeu com Paul Klee a enxergar o invisível a partir do visível, admirava a poesia de Charles Baudelaire, muito aprendeu sobre o comportamento humano com Teilhard de Chardin e [...] escreveu cartas a Spinoza (Melo, 2001, p. 30).

Lucchesi, poeta que trocou correspondência com Nise da Silveira, destaca que ela “não merece a etiqueta junguiana [...] ou qualquer forma que não ajude a perceber a marca diferencial de seu trabalho, [...] descobrir inúmeras facetas de sua obra, inúmeras verdades de seu método” (2001, p. 51).

Ainda que tenha se dedicado ao estudo e à adoção da psicologia analítica enquanto referencial teórico na maturidade, Nise conduziu sua práxis de maneira homóloga a uma ética psicanalítica, o que a situa para além de antecipadora da Reforma Psiquiátrica. Ela não se preocupava em atender a ideais de cura nem permitiu que nos espaços ocupados por ela se produzisse um silenciamento ou negatização da experiência da loucura. A sua práxis favorecia seja a elaboração da metáfora delirante, seja a invenção *sinthomática* estabilizadora da psicose.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Bauman (2011) assinalou que existe no idioma alemão uma palavra para designar afinidade – *Wahlverwandschaft* – que comporta enquanto significação um parentesco escolhido: “não se escolhe o parente, mas a afinidade, por definição, é seletiva [...]. As afinidades não podem ser medidas pelo número de referências. As mais importantes não exigem nota de rodapé” (Bauman, 2011, p.35). Ele articulou que as referências teóricas mais significativas da vida do sujeito podem, de tão incorporadas, deixar de ser citadas, vindo a se presentificarem na pesquisa e práxis de cada um. Nise, além de conduzir a sua práxis de maneira homóloga à ética psicanalítica, nunca deixou de estudar Freud ou de citá-lo em todas as suas obras publicadas.

Se entre o movimento da Reforma Psiquiátrica, que é animado por saberes de diversas áreas na defesa da prática de cuidados psicossociais, e a psicanálise, enquanto teoria e prática clínica, existem convergências e divergências, cabe destacar que na perspectiva lançada pela ética psicanalítica tanto a cidadania quanto a inclusão social são transmutados de metas com valor reabilitador em movimento de implicação e responsabilização, no um a um, por suas vicissitudes, o que não permite o enquadramento ou adaptação da loucura ao status quo. “Por nossa posição de sujeitos somos sempre responsáveis” advertia Lacan (1998, p. 873).

Assentada no desejo, a postura do analista que sabe que não sabe converge para a possibilidade de cada sujeito, seja qual for a estrutura, de produzir o próprio saber. “O que quer dizer esta pintura que eu fiz?” “E eu lá vou saber? Me diga você” respondia Nise da Silveira aos clientes de suas oficinas (Mello, 2015).

As oficinas expressivas tal como conduzidas por Nise da Silveira (com livre acesso, sem direcionamento da expressão do psicótico) apontam, portanto, uma alternativa para o modo de funcionamento de oficinas terapêuticas em serviços de saúde mental que respondem a um imperativo produtivista e que podem dificultar o encontro de uma via de estabilização da psicose.

NOTAS

3. “Se abre uma falta insuportável, que cativa toda a sua atenção e não lhe concede repouso” [tradução livre].
4. “quando a forclusão do Nome-do-Pai se atualiza, se revela a falta de um limite estrutural, de maneira que o significante se desencadeia, o imaginário se desloca e o gozo se deslocaliza” [tradução livre].
5. “A lógica do delírio só chega a pacificar o gozo incitando-o a oferecer-se em sacrifício” [tradução livre].

6. “A partir de então se instaura uma certeza que determina sem reservas a existência do sujeito” [tradução livre].
7. “Na base de todas as psicoses se encontra uma confrontação com o gozo do Outro. Para proteger-se dele o delirante busca significantizá-lo” [tradução livre].
8. “A administração das ditas drogas na atualidade não haveria permitido que Schreber usasse de todos os recursos de sua mente para chegar até a última elaboração de seu delírio” [tradução livre].
9. Nise dizia que havia renomeado o método porque acreditava que terapêutica ocupacional soava pesado como paralelepípedo; a psiquiatra não desejava que o método da livre expressão fosse confundido com as propostas ocupacionais e/ou de oficinas de trabalho praticadas nos serviços de saúde mental públicos no Brasil de sua época; *emoção de lidar* fora a fala proferida por um cliente ao experimentar o prazer de percorrer com as mãos um pedaço de tecido aveludado durante uma oficina (Mello, 2015).

REFERÊNCIAS

- Alberti, S. (2000). **O discurso do capitalista e o mal-estar na cultura**. Rio de Janeiro: Bergnasse 19. Recuperado de <http://www.berggasse19.psc.br/site/wpcontent/uploads/2012/07/19133239-Sonia-Alberti-O-Discurso-Do-Capitalist-A-e-oMal-Estar-Na-Cultura-1.pdf>
- Alberti, S., & Figueiredo, A.C. (2006). **Psicanálise e saúde mental: uma aposta**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Bauman, Z. (2011). **Bauman sobre Bauman**. Rio de Janeiro: Zahar.
- Cedraz, A., & Dimenstein, M. (2005). Oficinas terapêuticas no cenário da Reforma Psiquiátrica: modalidades desinstitucionalizantes ou não? **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, 5(2),300-327. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/malestar/v5n2/06.pdf>
- Dias, J. D. S. (2018). Oficinas terapêuticas como estratégia para reinserção psicossocial e produção de vínculo. **Pretextos – Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**,3(5),129-145. Recuperado de <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/15933/13006>
- Freud, S. (2010a). História de uma neurose infantil – o homem dos lobos. In Freud, S. **Obras completas** (Vol. 14). São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S.(2010b). Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia – o caso Schreber. In. Freud, S. **Obras completas** (Vol. 10). São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. (2014). Psicanálise e psiquiatria. In. Freud, S. **Obras completas** (Vol. 13). São Paulo: Companhia das Letras.
- Galetti, M. C. (2001). **Oficinas em saúde mental: instrumento terapêutico ou intercessor clínico?** (Dissertação de Mestrado).São Paulo: PUCSP.
- Guerra, A. **As psicoses**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- Guerra, A. M. C., & Souza, P. V. (2006). Reforma psiquiátrica e psicanálise: diálogos possíveis no campo da inserção social. **Revista Eletrônica Internacional de La Unión Latinoamericana de Entidades de Psicología**. Recuperado de <https://psicolatina.org/Cinco/reforma.html>
- Harari, R. (2002). **Como se chama James Joyce? A partir do seminário Le sinthome de Jacques Lacan**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Hidalgo, L. (2011). **Arthur Bispo do Rosário: o senhor do labirinto**. Rio de Janeiro:Rocco.

ARTIGO

- Lacan, J. (1987). **Da psicose paranoica em suas relações com a personalidade**. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Lacan, J. (1988). **O seminário: Livro III: As psicoses**. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1998). Ciência e verdade. In. Lacan, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (2007). **O seminário: Livro XXIII: O sinthoma**. Rio de Janeiro: Zahar.
- Laia, S. (1975-76/2007). Nota de tradução. In. Lacan, J. **O Seminário, livro XXIII: O sinthoma**. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lancetti, A. (2006). **Clínica peripatética**. São Paulo: Hucitec.
- Lucchesi, M. (2001). Cartas a Spinoza. In Chang, F. et al. Quaternio. **Homenagem a Nise da Silveira, 8**, p. 50-51.
- Maleval, J. C. (1998). **Logica del delírio**. Barcelona: Ediciones del Serbal.
- Mello, L. C. (2015). **Nise da Silveira: caminhos de uma psiquiatra rebelde**. Rio de Janeiro: Automática e Hólos Consultores Associados.
- Melo, W. (2001). **Nise da Silveira**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Ministério da Saúde (2004). **Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial**. Brasília: Ministério da Saúde.
- Ministério da Saúde (2015). **Cadernos Humaniza SUS: saúde mental (Vol.5)**. Brasília: Ministério da Saúde.
- Parker, I. (2013). **Psicanálise lacaniana: revoluções em subjetividade**. São Paulo: Annablume.
- Pereira, O. P., & Palma, A. C. D. (2018). Sentidos das oficinas terapêuticas ocupacionais do CAPS no cotidiano dos usuários: uma descrição fenomenológica. **Revista da Abordagem Gestáltica, 24**(1). Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672018000100003
- Silva, T. J. F; Alencar, M. L. O. A. (2009). Invenção e endereçamento na oficina terapêutica em um centro de atenção diária. São Paulo: **Revista Latinoamericana de Psicopatologia fundamental**, v.13, n. 3, p. 524-538. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v12n3/v12n3a08.pdf>.
- Silveira, N. (1992). **O mundo das imagens**. São Paulo: Ática.
- Silveira, N. (2016). **Casa das Palmeiras e frases de Nise da Silveira**. 2016. Recuperado de <http://casadaspalmeiras.blogspot.com.br/2016/01/casa-das-palmeiras-e-frases-de-nise-da.html>
- Soler, C. (2007). Estabilização da psicose. In. Soler, C. **O inconsciente a céu aberto da psicose**. Rio de Janeiro: Zahar.
- Souza, A. (2002). Prefácio. In. Harari, R. **Como se chama James Joyce? A partir do seminário Le sinthome de Jacques Lacan**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Tenório, F. (2001). **A psicanálise e a clínica da reforma psiquiátrica**. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos.

A FORMAÇÃO DA MENTE DO PSICANALISTA: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DE FERENCZI E BION¹

THE FORMATION OF THE PSYCHOANALYST'S MIND: CONSIDERATIONS FROM FERENCZI AND BION

Luís Cláudio Figueiredo²

Resumo: O problema da formação em psicanálise é focalizado a partir das ideias de Sándor Ferenczi sobre a clínica psicanalítica e o que nela se exige da mente do analista em termos de oscilações, e de uma ideia de Wilfred Bion sobre a “função psicanalítica da personalidade”. O texto articula os dois autores a partir do conceito de *work-ego* do analista proposto por Robert Fliess em um artigo de 1942 sobre a metapsicologia do analista.

Palavras-chave: Ferenczi. Bion. Formação em psicanálise. Oscilação. Função psicanalítica da personalidade.

Abstract: The problem of training in psychoanalysis is focused from the ideas of Sándor Ferenczi about psychoanalytic clinic and what is required of the analyst's mind in terms of oscillations, and Wilfred Bion's idea about the 'psychoanalytic function of personality'. The text articulates the two authors from the concept of analyst 'work-ego' proposed by Robert Fliess in a 1942 paper on the metapsychology of the analyst.

Keywords: Ferenczi. Bion. Training in psychoanalysis. Oscillation. Psychoanalytic function of personality.

¹ Ideias apresentadas em palestra na Sigmund Freud Associação Psicanalítica (Porto Alegre, RS) e reapresentadas em uma mesa redonda do Grupo Brasileiro de Estudos Sándor Ferenczi no dia 19 de junho de 2021 (com a participação de Teresa Pinheiro e Renato Mezan).

² Psicanalista, membro do CPRJ e professor da Pós-Graduação em Psicologia Clínica da PUC-SP. Agradeço a Nelson Coelho Junior e Octavio Souza pela leitura de uma versão preliminar deste texto e por inúmeros apontamentos que me ajudaram a aperfeiçoá-lo.

A PALESTRA DE FERENCZI EM MADRI EM 1928

Em 1928, em Madri, Sándor Ferenczi ministrou uma palestra sobre a formação do analista (Ferenczi, 1992 c). Publicada postumamente, consta do quarto volume de suas obras completas. Há ali, evidentemente, inúmeras ideias interessantes sobre o tema que iremos examinar.

Por exemplo, lemos já no início:

Nos ramos científicos, puramente lógicos e matemáticos, basta adotar certos dados fundamentais e incontestáveis, sobre os quais é possível edificar um saber solidamente alicerçado; nas ciências naturais, soma-se a isso uma prática: a observação e a experimentação. Em contrapartida, a experiência psicanalítica mostra que, para praticar o ofício de psicólogo, não basta uma relação lógica entre *o conhecimento e os dados experimentais*; é indispensável, além disso, efetuar um estudo profundo de nossa própria personalidade e uma observação rigorosa das nossas moções psíquicas e afetivas...a formação teórica e prática só pode vir em seguida (Ferenczi, 1992 c, p. 210, grifo do autor).

Essas ideias já nos ajudam a pensar no processo fora do âmbito estritamente cognitivo e intelectual: há questões pessoais e emocionais envolvidas e, na verdade, são elas as mais importantes.

No entanto, vou me ater a uma ideia dessa palestra que nem chegou a ser formulada de forma explícita: todos podemos cultivar o que, mais tarde, veio a ser chamado de “função psicanalítica da personalidade”. Assim, não só os profissionais que se interessam pelos assuntos humanos e que com eles lidam em seu cotidiano, mas todos os humanos, independentemente do ofício que exerçam e dos estudos que façam, poderiam se beneficiar de uma formação em psicanálise.

Já ao final de sua fala em Madri, Ferenczi nos diz:

Acabam de me informar que um grupo analítico foi formado por um etnólogo analista e por um jurista. Poderiam manifestar alguma surpresa e indagar: mas a análise não pertence à ciência médica? Responderei pela negativa; a análise é uma nova psicologia que deve ser ensinada em todos os domínios que têm a ver com a psique humana (Ferenczi, 1992 c, p. 214).

E prossegue:

Todo sociólogo, pedagogo ou criminologista encontrará o caminho aberto...mesmo que não possua formação biológica profunda. Irei ainda mais longe: num futuro mais distante estarei pronto para exigir que todo pai ou mãe de família adquira uma formação analítica (Ferenczi, 1992 c, p. 214).

Se todos poderiam ter uma formação analítica, devemos pressupor que todos temos algo mencionado, de passagem, por Wilfred Bion (1962): uma “função psicanalítica da personalidade”, a ser despertada e cultivada (cf. Ogden, 2008; Ribeiro, 2019).

A ideia que gostaria de destacar neste artigo é a de cultivo da “função psicanalítica da personalidade” no lugar do que poderia ser entendido como “formação do analista”.

A FUNÇÃO PSICANALÍTICA DA PERSONALIDADE

A função psicanalítica da personalidade, em sua universalidade, no que consiste?

Em primeiro lugar, consiste na capacidade de transformar experiências emocionais brutas e cruas em sentido – ou seja, na capacidade de *mentalizá-las* – pela via do sonhar no sentido amplo que Bion dá ao termo (cf. Ogden, 2008). Diz Thomas Ogden: “há na personalidade uma função especificamente psicanalítica, e sonhar é o processo principal através do qual essa função se manifesta” (Ogden, 2008, p. 76). E acrescenta: “o inconsciente é a base da função psicanalítica da personalidade” (Ogden, 2008, p.77).

Mas pensemos em uma resposta que seja compatível com o que lemos em Ferenczi e em suas diversas alusões ao funcionamento da mente do analista. Trata-se de vê-lo na função de *exercer e compartilhar* a função psicanalítica da personalidade na situação analítica, ou seja, de propiciar o *encontro entre inconscientes*, tão valorizado por Freud, e mais ainda por Ferenczi, e de tornar

ARTIGO

esse encontro a oportunidade para um profundo trabalho de elaboração das experiências emocionais aí ocorridas.

Realçaremos de saída a questão da elasticidade e da liberdade “experimental”. É preciso ser livre, espontâneo e elástico na escuta e no contato com a vida emocional do analisando. São necessárias disponibilidade, sensibilidade e tato – ou seja, empatia. É também necessária muita paciência (em uma palestra nos EUA em dezembro de 1926, Ferenczi disse que o analista precisa ter mais paciência que seu paciente) (Ferenczi, 1994, p. 38); igualmente necessárias são modéstia, sinceridade e capacidade de adaptação às necessidades e possibilidades do analisando. Tudo isso é o que contribui para (e condiciona) a capacidade de sonho, de jogo e de pesquisa no encontro clínico – vale dizer, são elementos que participam do cultivo da função psicanalítica da personalidade do analista. A ideia de *espontaneidade* atravessa todos esses atributos. A capacidade de transformação, simbolização e integração das experiências emocionais do analisando e do analista – pois estas também estão em questão, mesmo que não se exercite uma “análise mútua” – depende essencialmente dessa complexa disposição de mente que, de certa forma, se condensa na ideia de uma “elasticidade espontânea”.

A elasticidade espontânea, por exemplo, é a condição básica para as “oscilações” a que Ferenczi se refere em diversas oportunidades. Por exemplo, em 1918, no texto *A técnica psicanalítica*, encontramos:

A terapêutica analítica cria, portanto, para o médico, exigências que parecem contradizer-se radicalmente. Pede-lhe que dê livre curso às suas associações e às suas fantasias, que deixe falar o *seu próprio inconsciente*; Freud nos ensinou, com efeito, ser essa a única maneira de apreendermos intuitivamente as manifestações do *inconsciente*... Por outro lado, o médico deve submeter a um exame metódico o material fornecido tanto pelo paciente quanto por ele próprio, e só esse trabalho intelectual deve guiá-lo em seguida em suas falas e ações (Ferenczi, 1992 a, p. 367, grifos do autor).

Já em 1928, no texto *A elasticidade da técnica psicanalítica* (Ferenczi, 1992 b), podemos ler:

Pouco a pouco, vai-se percebendo até que ponto o trabalho psíquico desenvolvido pelo analista é complicado. Deixam-se agir sobre si as associações livres do paciente e, ao mesmo tempo, deixa-se a sua própria imaginação brincar com esse material associativo...

De fato, quase poderíamos falar em uma *oscilação perpétua* entre sentir-com e auto-observação e atividade de julgamento (Ferenczi, 1992 b, p. 32, grifo nosso).

E ainda: “Seus investimentos *oscilam* entre identificação (amor objetal analítico), por um lado, e autocontrole ou atividade intelectual, por outro” (Ferenczi, 1992 b, p.35, grifos nossos).

E o tema das oscilações exigidas ao analista retorna com força ao longo de todo o texto de 1930 sobre relaxamento e neocatarse (Ferenczi, 1992 d).

AS OSCILAÇÕES NO PENSAMENTO DE ROBERT FLIESS

Essa problemática das oscilações ocupou um lugar central no trabalho de Robert Fliess *The metapsychology of the analyst* (2007). Fliess, aliás, acrescenta à oscilação entre, de um lado, identificação empática e, de outro, diferenciação e distância, sugerida por Ferenczi, a oscilação entre um ensaio de identificação (*trial-identification*) com o objeto da transferência e um ensaio de identificação com o sujeito da transferência. (anos mais tarde essa ideia foi retomada por H. Racker (1968), que falou em contratransferência complementar e contratransferência concordante ou homóloga).

Mas o artigo de Fliess vai aonde, segundo ele, Ferenczi não chegara, apesar de apontar na direção certa. Em uma nota de rodapé nos diz: “Podemos supor que foi a falta de uma orientação metapsicológica que fez com que Ferenczi no artigo que acabei de citar não tenha ido além de exigir do analista a mera habilidade de realizar tal oscilação” (Racker, 1968, p. 689).

A orientação metapsicológica, que faltara a Ferenczi, Fliess a vai buscar na ideia de que o analista em seu trabalho opera com um *work-ego* que mantém uma relação especial com o seu supereu.

A relação entre eu e supereu no *work-ego* do analista em sessão efetivamente muda. Trata-se, como assinala Fliess, de uma alteração provisória e não patológica, assim como Freud já apontava em 1927 (Freud, 1981) nas relações do eu com o supereu na situação de humor. Isso não quer dizer, naturalmente, que o analista em análise esteja fazendo graça, embora tal coisa também possa acontecer. Na verdade, acho que essa alteração é a que também ocorre durante uma brincadeira, especialmente quando a brincadeira já requer algumas regras: o supereu mantém-se firme e, de certo modo, nada permissivo, mas ao mesmo tempo autoriza o eu para, com imensa liberdade, brincar, experimentar e agir com grande espontaneidade dentro das regras bem estabelecidas. O que não pode acontecer, porque senão o jogo termina, é certo tipo de interferência superegoica no próprio campo lúdico.

Mesmo que um técnico de futebol, por exemplo, dê instruções e ensaie algumas jogadas, os jogadores jogariam mal se deixassem a voz do treinador guiar suas jogadas. As regras ensinadas pelo técnico são, aproximadamente, do tipo que o filósofo John Searle (1969) denominou de “regras regulatórias”. Mas, jogando bem ou mal, seguindo as instruções do técnico ou improvisando, os jogadores devem seguir as regras constitutivas do futebol. O juiz e os bandeirinhas são os responsáveis por elas serem obedecidas de forma a garantir que todos joguem mesmo futebol.

Uma distinção semelhante à que pode ser feita entre “regras regulatórias” e “regras constitutivas” deve se operar nas funções superegoicas para que o supereu do analista ajude o seu *work-ego* a manter-se na posição analítica, observando e “pensando”, brincando e sonhando.

Um analista perderia sua capacidade de escuta e pensamento, de brincadeira e de sonho, se deixasse que as vozes de teorias e supervisores ressoassem em sua mente durante a sessão como regras regulatórias, tal como os jogadores ficariam inibidos e embaraçados com o excesso de presença do técnico em campo durante a partida.

O *work-ego* do analista deve gozar da mesma autoridade diante do supereu para que uma sessão de análise aconteça com a espontaneidade e a criatividade preconizadas por Sándor Ferenczi. Assim sendo, seu *work-ego* talvez

ARTIGO

funcione como uma espécie de dobradiça entre os dois polos que balizam as oscilações propostas por Ferenczi: a entrega aos jogos do inconsciente e o auto-controle. Na falta desse *work-ego*, em sua relação peculiar com o supereu, talvez viesse a ser perdida a dissimetria da relação analítica. Sem ela, as relações ‘analista-analisando’, nos dois polos da oscilação, poderiam resvalar para uma relação simétrica.³

Como instaurar uma mente de analista que opere com um *work-ego* tal como sugerido por Robert Fliess, e com um supereu cuja função de observação garantidora e autorizante prevaleça sobre a função de julgamento e reprimenda? Essa talvez seja a principal questão colocada à atividade formativa em psicanálise.

Certamente a tarefa pode ser mais bem compreendida e conduzida se substituirmos a ideia da *formação* – que muito se aproxima de “modelagem” e mesmo de “formatação” – pela de *cultivo*, cultivo de um potencial para que ele cresça e floresça.

Estarão as instituições psicanalíticas à altura dessa tarefa, ou permanecem comprometidas com a modelagem e formatação de réplicas? Réplicas que estariam em absoluto contraste com tudo o que podemos aprender e pensar a partir das ideias de Ferenczi sobre a clínica psicanalítica.

Nada menos ferencziano, por exemplo, que fazer do chamado “processo formativo” uma ocasião de doutrinação – isto é, formatação doutrinária –, mesmo que esta fosse uma doutrinação pretensamente ferencziana. Da mesma forma, uniformizar os “formandos” fazendo-os vestir uma mesma camisa – ainda que essas camisas trouxessem impresso o nome FERENCZI em letras maiúsculas – seria um completo desserviço à psicanálise, especialmente a uma psicanálise praticada sob sua inspiração.

O que se sugere, assim, é a tarefa de instalar um *work-ego* de analista em que a função psicanalítica da personalidade possa ser exercida em sua máxima potência e, portanto, com o mínimo de constrangimentos.

Mas, evidentemente, a proposta de cultivo da função psicanalítica da personalidade não é fácil de ser praticada ou mesmo de ser concebida. Por enquanto, o que nos parece possível e necessário é repensar a análise pessoal, a prática supervisionada e o estudo teórico à luz dessa ideia de modo a não deixar esse famoso tripé a serviço de uma noção vulgar e ortopédica de formação.

NOTA

3. Talvez tenha faltado a Ferenczi uma noção de *work-ego* para além do plano teórico, como dizia Fliess, incluindo também a prática clínica. Sua proposta de “análise mútua” pode ter advindo dessa lacuna.

REFERÊNCIAS

Bion, W. R. (1962). **Learning from experience**. London: Aronson.

Ferenczi, S. (1992 a). **A técnica psicanalítica** (Obras Completas, Vol. II). São Paulo: Martins Fontes.

Ferenczi, S. (1992 b). **A elasticidade da técnica psicanalítica** (Obras Completas, Vol. IV). São Paulo: Martins Fontes.

Ferenczi, S. (1992 c). **O processo de formação psicanalítica** (Obras Completas, Vol. IV). São Paulo: Martins Fontes.

Ferenczi, S. (1992 d). **Princípio de relaxamento e neocatarse** (Obras Completas, Vol. IV). São Paulo: Martins Fontes.

Ferenczi, S. (1994). Present-day problems in psycho-analysis. In Ferenczi, S. **Final contributions of Sándor Ferenczi**. London: Karnac.

Fliess, R. (2007). The metapsychology of the analyst. **Psychoanalytic Quarterly**, 76(3).

Freud, S. (1981). **Humour** (J.Strachey,Org., London, Standard Edition).

Ogden, T. H. (2008). Os quatro princípios fundamentais do funcionamento mental a partir de Bion. In Candi, T. et al. (Orgs.). **Diálogos psicanalíticos contemporâneos do afeto ao pensamento – Bion & Laplanche**. São Paulo: Escuta.

Racker, H. (1968). The meanings and uses of countertransference. In Racker, H. **Transference and countertransference**. London: Karnac.

Ribeiro, M. F. R. (2019). Alguns apontamentos acerca da função psicanalítica da personalidade no campo analítico. A narrativa do analista e do escritor. **Cadernos de Psicanálise**, 41, 169-187.

Searle, J. R. (1969). **Speech acts. An essay in the philosophy of language**. Cambridge: Cambridge University Press.

SOBRE AS REFLEXÕES DE CHRISTOPHER BOLLAS A RESPEITO DO FASCISMO E DO GENOCÍDIO

CHRISTOPHER BOLLAS' THOUGHTS ON THE
THEME OF FASCISM AND GENOCIDE

Lucas Krüger¹

Resumo: Este escrito se propõe a ser uma apresentação introdutória do pensamento de Christopher Bollas acerca do tema do fascismo e do genocídio, visto que este pensamento se faz presente apenas em colocações esparsas, mas principalmente através do capítulo "O estado de mente fascista" do livro *Being a character: psychoanalysis & self experience*, com tiragem esgotada e fora de catálogo no Brasil há tempos. Dessa maneira, a pretensão do escrito é tornar acessível o que estava inacessível, mas também reunir e comentar uma produção que propicia novos ângulos sobre o tema.

Palavras-chave: Psicanálise e fascismo. Fascismo intelectual. Genocídio intelectual.

Abstract: This writing proposes to be an introductory presentation of Christopher Bollas' thoughts on the theme of fascism and genocide, since these thoughts are present only in sparse statements, but mainly through the chapter "The fascist state of mind" of the book Being a character: psychoanalysis & self experience, which has been sold out and has been out of print in Brazil for some time. In this way, the intention of the writing is to make accessible what was inaccessible, but also to gather and comment on a production that provides new angles on the subject.

Keywords: Psychoanalysis and fascism. Intellectual fascism. Intellectual genocide.

Uma reflexão mais explícita sobre o fascismo não ocupa um lugar central na obra de Bollas, visto que este possui mais de quinze livros publicados, e a palavra "fascismo" se manifesta pouco dentro deste contexto. Mas podemos reconhecer a temática no pensamento do autor sempre que este se refere à alteridade, à diferença e à singularidade. Como a obra do autor é vasta, não caberia rastreamos cada conceito seu que poderia ligar-se ao que ele pensa sobre o fascismo, sob o risco de ter que escrever um novo – e grande – livro apenas sobre isso. Ocupemo-nos do que o autor explicitamente nomeia como algo da ordem do fascismo.

Este escrito pretende oferecer ao leitor brasileiro o acesso ao pensamento de Christopher Bollas acerca do tema, visto que tal material se encontra em um livro de 1992 com tiragem já esgotada há tempos ou em trechos de entrevis-

¹ Escritor, editor da Artes & Ecos (editora especializada na publicação de livros de poesia e ensaios de psicanálise) e psicanalista membro efetivo da Sigmund Freud Associação Psicanalítica.
E-mail: lucas_kruger@hotmail.com

tas, de forma dispersa. O fato de o pensamento de Bollas não ser amplamente conhecido no Brasil e de a grande maioria de seus livros que foram traduzidos estar esgotada, além de seu estilo experimental de escrita (de deixar lacunas expostas em algumas ideias que apresenta), faz com que este trabalho introdutório sobre o tema do fascismo e do genocídio possa vir a ser uma forma de tomar contato com essa temática dentro da vasta obra do autor.

Portanto, este escrito é uma espécie de compilado que tem como objetivo ser um documento que acompanha a embrionária reflexão do autor sobre o tema. Mas, para além da apresentação dessa temática na obra do autor, este texto possui a função de oferecer novos ângulos para pensar o fascismo, tomando como partida o mundo interno, sem deixar de refletir sobre o funcionamento das instituições psicanalíticas, os movimentos de massa e a contemporaneidade.

“O estado de mente fascista”, capítulo presente no livro *Being a character: psychoanalysis & self experience* (Bollas, 1998), é o único texto em que Bollas dedica-se exclusivamente ao tema. Portanto, iremos acompanhar o pensamento do autor a partir desse escrito, eventualmente trazendo algum acréscimo sem sair demasiadamente do rumo pensado por este. À medida que vamos avançando, chegaremos às contribuições mais esparsas de Bollas sobre o que este convencionou chamar de “fascismo intelectual” nos grupos, instituições e escolas psicanalíticas, bem como a importância de, enquanto psicanalistas, refletirmos sobre.

I. O ESTADO FASCISTA E GENOCIDA DE MENTE

Antes de continuarmos é imprescindível lembrar que Bollas pensa as teorias psicanalíticas como o que poderíamos chamar de “objetos teóricos de uso” auxiliares à nossa escuta e intervenção clínica. Ou seja, os textos (as teorias) servem como ferramentas que podem ou não ser usadas. São pensamentos compartilhados entre colegas e que possuem *potencial* para serem utilizados, jamais como uma fórmula ou verdade única. A “boa convivência” (e bom uso) de diversos objetos teóricos dentro do analista seria uma das formas de combater o que Christopher Bollas convencionou chamar de *estado de mente fascista*.

No texto sobre o estado de mente fascista, Bollas cita inúmeros autores, mesmo que de forma breve, a fim de compor uma espécie de mosaico sobre o que estaria a lhe chamar a atenção em nível teórico-clínico. Ao mesmo tempo que cita pontualmente muitos psicanalistas e pensadores, como Freud, Fairbairn, Winnicott, Khan, Stoller, O’Sullivan, Chasseguet-Smirgel, Hampshire, Nietzsche, Arendt, dentre muitos outros, segue seu próprio pensamento como uma composição de notas a partir destes.

De início, Bollas sinaliza que Freud não se dedicou como poderia ao tema do terror e do genocídio, pontuando a existência histórica de genocídios pré-Holocausto (e também pós-Holocausto). O principal exemplo utilizado por ele é de 1915, quando o governo otomano decretou que os armênios perderiam os direitos de cidadão comum, o que deu partida a um genocídio de pelo menos 800 mil pessoas. Ao reconhecer e afirmar a existência de um “massacre que não se inscreveu na ordem simbólica do pensamento ocidental” (Bollas, 1998, p. 156), Bollas estaria a fazer um papel deveras ferencziano (ainda que este não seja citado pelo autor) (Ferenczi, 1992) de reconhecimento do vivido traumático como possibilidade de luta contra uma cisão que rejeita o que foi esta vivência. De fato, o genocídio armênio não possui até hoje o devido reconhecimento, seja através do governo turco, seja pelo mundo ocidental como um

ARTIGO

todo. Podemos notar também que o escrito de Bollas faz um esforço para não se ater ao Holocausto, mas abrir-se a genocídios “menos trabalhados”, se assim podemos dizer. Há uma função estética de sua escrita e, ainda que ele não nomeie no texto – como de costume –, é nítida aqui a presença de seu conceito *unthought known*², que pode ser traduzido por “conhecido não pensado” ou “impensado conhecido”³, a depender do acento que o intérprete pretende. O conceito de *unthought known* é bastante amplo e complexo, e vincula-se à ordem estética e procedural-transformacional das relações objetais, mas também levaria em conta o que poderia ser da ordem do que se convencionou chamar de traumático e do irrepresentável. Exemplificando: se pensarmos o *unthought known* no contexto do genocídio e a partir do ponto de vista clínico psicanalítico, estaríamos a dizer que Bollas menciona em seu texto o genocídio armênio em um esforço intelectual de tornar pensável para a humanidade o que está com um status de impensado/não pensado. Ou, ainda, mostrar que há muitos outros casos para além do Holocausto que se movimentam dentro da lógica do genocídio e do fascismo. Teríamos inúmeros exemplos do tipo na África contemporânea, e aqui mesmo no Brasil...

Bollas está a tentar descrever o que vai ainda além da questão do reconhecimento e do pensável, da tolerância das diferenças e da alteridade. Sua proposta é refletir sobre o destruir/matar tudo o que não é reconhecido como “si mesmo” ou parte de si. “No genocídio uma pessoa é morta pelo que ela é, não pelo que ela faz” (Bollas, 1998, p. 157). Ao pegar emprestada a factualidade da existência dos Estados fascistas, Bollas elabora uma reflexão sobre a existência de um estado fascista da mente. Para ele, habita um estado mental fascista em cada um de nós, seres humanos, partindo da premissa de que o sujeito é composto de várias partes do *self*.

Estas partes correspondem ao funcionamento corrente da mente (estudos da mente de acordo com Freud, Klein, Fairbairn e Winnicott) e aos diversos *selves* e objetos representados no mundo interno. É quase como uma organização parlamentar, na qual os instintos, lembranças, necessidades, ansiedades e respostas aos objetos buscam representação na *psyché* para seu processamento mental (Bollas, 1998, p. 158).

Bollas indica que poderiam ocorrer situações em que o mundo interno perderia sua função parlamentar e “evoluiria” para uma ordem interna menos representativa. Haveria *assassinatos* intrapsíquicos de partes do *self* e que seriam, como pensa Rosenfeld⁴, seguidos de identificações com as partes narcísicas destrutivas. Ou talvez *duplicações*, conforme pensou Lifton⁵ – divisões do *self* em duas metades atuantes “independentes”, onde um *self* parcial atuaria como um completo.

Bollas não se atém a diferenciar os mecanismos que podem estar em jogo, preferindo pensar que cada autor psicanalítico pode trazer algum acento teórico interessante e que vale mais escutar a todos do que propor uma verdade totalitária de como funcionariam tais mecanismos. Sua ideia é reconhecer a pluralidade teórica.⁶ Para Bollas, independentemente dos mecanismos psíquicos envolvidos, o estado de espírito fascista se estabelece com o objetivo de eliminar toda e qualquer oposição. Há algo que o movimenta em busca de uma “explicação total”, que elimina a relação e o aprendizado com o diferente, buscando eliminar a diferença e a coexistência – um estado mental que quer dominar todo o restante. Estaríamos falando de uma mente não complexa que busca uma simplificação através de uma repetição aliada a signos ideológicos

que pulsam tal qual um slogan. As dúvidas, as incertezas e os auto questionamentos são eliminados, interpretados internamente como fraqueza. O fascismo e o genocídio seriam paradoxalmente fruto e criação de um vazio moral, algo presente nos perversos.

Esse mesmo funcionamento, que operaria no sujeito e suas partes, operaria também no mundo externo:

O vazio moral gerado pela violência simplificadora de uma ideologia que não tolera uma verdadeira oposição é também uma consequência essencial deste estágio na evolução do estado de mente fascista. Pois, embora a ligação de signos e o poder da certeza possa embotar a visão do sujeito com a condescendência, o vazio moral criado pela destruição da oposição começa a fazer sentida a sua presença. Neste ponto o sujeito precisa encontrar uma vítima para conter este vazio, e então o estado de mente se torna um ato de violência. Na margem do seu próprio vácuo moral a mente faz uma ex-cisão em seu *self* nuclear morto e o projeta na vítima, daí para a frente identificada com o vazio moral. Para cumprir esta transferência, a mente fascista transforma o outro humano numa não-entidade disponível, uma bizarra transferência especular do que já ocorreu na própria experiência de *self* fascista (Bollas, 1998, p.162).

Bollas se inspira nas oposições de forças e senhorios das instâncias psíquicas freudianas de id, ego e superego para falar de uma radical violência entre partes do *self* que funcionariam de modo fascista. Nesse caso, podemos dizer que Bollas faz a transposição de um modelo psíquico freudiano para a radicalidade que é a violência interna entre partes de si mesmo, apontando para circuitos de destruição interna. Passa-se a negar o que foi destruído em si e no outro, e a parte sobrevivente do *self* mantém-se idealizada sob um delírio de grandiosidade, com medo de ser contaminada pela parte rejeitada e doravante projetada em um ente/receptáculo do mundo externo. Logo, um círculo vicioso de delírio de grandiosidade aliado a um delírio persecutório se estabelece. “Neste ponto, se idealiza o processo de aniquilação a fim de suprir a mente fascista das condições essenciais para o narcisismo delirante” (Bollas, 1998, p. 162).

Nessa proposição acerca do fascismo, vemos que há uma parte dentro de si que quer matar outra. Bollas não se atém a descrever situações que levariam a tamanha violência interna, preferindo deixar que elucubremos. Para ele é importante acentuar que há algo que morre em si. E esse morto dentro de si, sentido como um intruso ou como um vazio, é projetado e atacado no externo. O outro humano passa a ser não um humano, mas um depositário tanto do que está morto em si quanto do que se quer matar em si.

Assim é construído e idealizado um narcisismo delirantemente grandioso que nega as qualidades do outro e do diferente. É ao extinguir e aniquilar as outras partes do *self* ou o outro externo que esse narcisismo delirante retroalimenta-se. As partes não identificadas com o narcisismo delirante são expurgadas, deixando um espaço vazio sem contato, sem passado, e com um futuro inteiramente fruto desse delírio. Sua proposição é de que uma parcela fascista da mente ocupa uma parte territorial desapropriada de outros territórios-estados da mente. E deixando-os vazios passa a dominá-los e comandá-los. Seu pensamento parte de uma ideia de estados internos que, mais do que subjugar outros, aniquilam.

Tal estado de mente exalta a virtude de ser puro, descontaminado, porque quando nada é absorvido pelo self a psyché vive com o sentimento de uma consumação asséptica mantendo a pureza por direito próprio, alcançado pela contínua eliminação oral do nocivo. Nós podemos encontrar este fenômeno, entretanto, na vida normal, seja ele pronunciado pelos que ousam reivindicar a posição de cristianismo puro, objetividade pura, ciência pura, ou, ousando dizer, análise pura! (Bollas, 1998, p. 163).

O estado de guerra (não um conflito neurótico), no mundo interno ou externo, segue esse caminho, de extinguir o que há no outro espaço, esvaziá-lo, eliminá-lo. Quanto maior é a extinção da oposição, mais delirante é a mente fascista.

GENOCÍDIO INTELECTUAL: GENOCÍDIOS POR COMISSÃO⁷ E GENOCÍDIOS POR OMISSÃO

“Genocídio” é uma palavra criada pelo jurista Raphael Lemkin em 1944, derivado do grego *genos* (raça tribal) e do latim *cide* (matança). Lemkin descobriu uma palavra que era ligada com “tiranocida” e “homicida” e assim inscrevia-se numa ordem simbólica, permitindo que nós finalmente meditássemos sobre este crime (Bollas, 1998, p. 165).

Bollas segue discutindo a questão do fascismo e do genocídio essencialmente do ponto de vista psíquico a partir de uma tradição inglesa e norte-americana de distinguir tipos diferentes de apresentação do fenômeno de forma resumida. Ele faz uma diferenciação entre dois tipos de genocídio: em um deles há uma participação mais ativa e direta e, em outra, uma espécie de apagamento.

O *genocídio por comissão* comportaria situações tais quais realizar uma *distorção* da visão de mundo do outro, agir de forma caluniosa ou fazer o outro sentir-se menos inteligente/importante ou diminuí-lo; realizar uma *descontextualização*, ao retirar a discussão de contexto ou remover o ser de seu lar, sua tribo, etc.; *depreciar* o que advém deste outro; *assassinar o caráter*, desacreditar a pertinência e idoneidade da fala do outro; além de realizar o que o autor chamou de *mudança de nome*, que seria quando se elimina o nome autêntico do que está em questão e é colocado um apelido pejorativo; e o ato de *classificar a partir de agregação*, quando se “mata” o singular do outro e passa-se a identificá-lo dentro de uma massa.⁸ A questão diferencial seria a forma, não o objetivo essencialmente fascista.

Já o *genocídio por omissão* seria o ato de omitir de forma intencional a referência a um grupo, um pensamento, um indivíduo ou alguma contribuição cultural desse indivíduo e/ou seu grupo. Desconsiderar, apagar. O genocídio por omissão e todos os tipos de genocídio por comissão, porém, apresentam-se concomitantemente, fazendo parte de um *círculo vicioso* entre os fascismos internos e os coletivos.

Assim, a humanidade (partes boas do *self*) de alguém ou de uma atitude é usada para desculpar o lado destrutivo do *self*, perpetuando um *círculo vicioso*. “Quando desculpamos o comportamento destrutivo de alguém ao mencionarmos sua humanidade, cometemos um crime contra a condição humana”, afirma Bollas (1998, p. 169).

“A testemunha que não compactua com a mudança de personalidade que ocorre quando a pessoa atravessa da sanidade para a insanidade do *self* fica

inicialmente chocada com esta mudança” (Bollas, 1998, p. 169), e tal choque pode ocasionar uma dissociação que acaba por criar um processo fascista interno. Ao comentar as vivências de B. Bettelheim nos campos de concentração, Bollas defende que as pessoas que sofreram com o fascismo precisam passar por um processo de recuperação do vivido, não apenas para objetivar os crimes cometidos contra o *self*, mas também para recuperar-se da autodestruição das partes humanizadas do *self* que foram esvaziadas para sobreviver ao momento traumático. Recuperar o que foi esvaziado é essencial para a recuperação das mazelas fascistas em nível individual, de um grupo, de uma instituição ou de um país. É necessária uma *re-humanização* reparadora dos acontecimentos. Do contrário, a repetição do círculo vicioso imperará.

II. O FASCISMO E O GENOCÍDIO TEÓRICO-INSTITUCIONAL PSICANALÍTICO

A ideia de que cada psicanalista (e ser humano) deve desenvolver seu idioma, próprio e singular, permeia toda a obra de Bollas. Ele é um crítico dos movimentos massificados onde os *sel/ves* psicanalíticos se dissolvem em uma linguagem padronizada e estereotipada, e defende que todo analista deve ter como projeto desenvolver seu próprio idioma teórico-clínico a fim de continuar a desenvolver a psicanálise de forma plural e oferecer cada vez mais reflexões auxiliares aos colegas.⁹ Ou seja, defende a criação do maior número possível de caminhos de entendimento das situações culturais e clínicas, ao invés de defender a hegemonia de algumas poucas.

Bollas, que fez sua formação psicanalítica em Londres, é um crítico feroz das escolas psicanalíticas, bem como dos idolatrismos e hegemonias de pensamento que as rodeiam:

Se você pertence à British Society, e nesse caso não importa quem você seja, clássico ou independente, o grupo para o qual você é obrigado a prestar contas é sempre o grupo kleiniano. Achei que isso ia destruir a minha criatividade. Eu não queria falar para os dogmáticos. Para mim, essa conversa nunca é criativa. Portanto, escolhi não ter uma participação profunda na British Society para não ferir minhas aquisições. Escolhi manifestar-me contra os movimentos oficiais dentro da psicanálise. Sou contra qualquer forma de kleinianismo, lacanismo, winnicottianismo, com exceção do freudismo. Sou contra o desmantelamento do corpo e do espírito da teoria de Freud e a criação dessas igrejas com seus bispos e papas; penso que esse fenômeno é destrutivo (Bollas, 1988, p. 138).

No trecho acima, Bollas comenta a questão referindo-se a uma proteção de seu *self*, sua angústia em borrar as diferenças individuais. E, no trecho abaixo, se refere mais diretamente ao fascismo tal qual contextualizamos na parte I:

Essa guerra entre escolas destrói a psicanálise assim como a nossa crença no efeito de uma psicanálise pessoal, porque se você faz parte de um movimento – que eu temo que seja um movimento fascista, no final das contas –, se você participa dele em nome de Melanie Klein, Lacan, Winnicott, etc., como poderia justificar sua análise, já que tal conduta significa um verdadeiro repúdio do caminho que você escolheu para sua vida, enquanto analisando e analisista? Algumas pessoas decidiram dizer que na política não há função para a psicanálise e, portanto, permitem-se distorcer, atacar, difamar a escola e o pensamento do outro com a intenção de eliminá-lo (Bollas, 1988, p. 10).

ARTIGO

Nesses trechos da entrevista concedida à revista *Percurso*, em 1998, Bollas demonstra preocupação com uma esterilidade e deturpação da psicanálise, se encarada a partir de ataques ao pensamento dos colegas que possuem ideias distintas. Lembra ele que na arte, na literatura e em correntes diversas de pensamentos ocorreram tentativas de eliminação do diferente. Preocupa-se muito que haja nos grupos psicanalíticos não apenas angústias e conflitos que movimentam o trabalho intelectual, mas, sim, um “esforço consciente de destruir a integridade pensante do outro. Existe no movimento psicanalítico atual uma tentativa deliberada de desacreditar, distorcer, diminuir e anular as diferenças. Isso é um fascismo, um genocídio intelectual” (Bollas, 1988, p. 10).

Apesar de essa entrevista ter sido concedida em 1998, há outra, presente no livro *Momento freudiano* – publicado originalmente em 2007 e editado no Brasil apenas em 2013 (edição já esgotada) –, que reforça a preocupação de Bollas com a existência de um fascismo intelectual da qual a psicanálise não estaria mais vacinada do que os demais vértices da cultura e do conhecimento. Ele segue a reafirmar o que foi dito no capítulo de 1992 e na entrevista de 1988, fazendo uso do termo *genocídio intelectual*, mas acrescentando: “Com demasiada frequência, somos silenciosos a respeito de corrupções e comportamentos destrutivos entre analistas e grupos psicanalíticos” (Bollas, 1988, p. 3).

Na sequência desse raciocínio, Bollas pontua que os “movimentos psicanalíticos atuam no sentido oposto da evolução criativa da psicanálise” e estes são característicos da pulsão de morte, pois “movimentos se fecham e não investem nas ideias de outros grupos psicanalíticos ou de escritores de psicanálise que não pertençam a seus grupos” (Bollas, 1988, p. 4). Ou seja, a crítica de Bollas em relação aos grupos psicanalíticos, além de não ser amenizada pela passagem do tempo, torna-se ainda mais contundente. O autor defende que teorias são visões, objetos-teóricos a serem utilizados como ferramentas, e que cada teoria enxerga melhor algo que escapa a outra, citando as duas tópicas freudianas como exemplo princeps, de que cada uma delas auxilia na visão de determinado ângulo.

É nessa defesa de diferentes terrenos, diferentes linguagens e diferentes *idiomas* que Bollas sustenta sua ética a partir da alteridade, apostando na convivência das diferenças como propulsora de caminhos criativos, seja no âmbito particular, seja no coletivo. Suas propostas clínicas reforçam bastante essa posição ao privilegiar o desenvolvimento do *idioma próprio* do analisando como um fator fundamental para uma boa análise.

Para além da reflexão de Bollas acerca do fascismo contextualizada na primeira parte, creio que esta segunda contribua para que nós, enquanto psicanalistas, possamos olhar para dentro da comunidade psicanalítica, e não apenas para fora, ao refletirmos acerca do tema. Bollas atenta-nos de que é mais fácil ver o fascismo nas outras pessoas, nos outros grupos... Mas que também é necessário olhar para si enquanto psicanalista, olhar para nossas próprias instituições. Refletirmos o quanto estamos de fato contribuindo para o desenvolvimento da psicanálise ou o quanto podemos deslizar de nossas diretrizes de escuta do outro se não estivermos disponíveis para escutar as próprias diferenças entre colegas. Os psicanalistas não são exceção e também não estão vacinados contra o fascismo, ao menos não em sua versão intelectual.

III

Encerremos reafirmando a posição de Bollas quanto a oferecer novos caminhos de pensamento que não excluem outros. Seu estilo de apresentar o máximo possível de temas e colocar em texto todas as reflexões que a clínica lhe propicia, mesmo que por vezes abreviadas e inacabadas, servem – segundo seu pensamento – mais para serem objetos teórico-clínicos úteis para a escuta e a intervenção do que para serem seguidos de modo dogmático ou literal. Em pleno 2021, após incontáveis ocorrências em nível nacional e internacional que, infelizmente, podem ser interpretadas sob a ótica do fascismo e do genocídio, torna-se atualíssimo recolocarmos em debate o que Christopher Bollas escreveu sobre o tema.

NOTAS

2. Bollas tem o costume de ir trabalhando os temas e mudando os termos à medida que sua obra avança. Não seria impossível traçar paralelos com diversos termos utilizados ao longo de sua obra. O que parece imprescindível aqui neste trabalho é enfatizarmos o que ele trabalhou sob as nomenclaturas de fascismo e de genocídio.
3. Em livro, a tradução do termo é por “conhecido não pensado”, enquanto André Martini prefere “o impensado conhecido”, ao afirmar que esta terminologia funcionaria melhor dentro da proposta estético-procedural da experiência que Bollas pretende demonstrar (Bollas, 2015; Martini, 2012).
4. As citações a Rosenfeld referem-se ao livro: Rosenfeld, H. (1987). *Impasse and interpretation*. London: Tavistock.
5. Bollas se refere aqui ao livro: Lifton, R. J. (1986). *The Nazi doctors*. New York: Basic. O autor do livro pensa que no médico operaria, de forma cindida, um *self* “comum” e um *self* de Auschwitz, este segundo sendo o culpado pelas atrocidades cometidas.
6. Sua ideia do reconhecimento das diferentes teorias psicanalíticas como objetos teórico-clínicos úteis ao analista está suficientemente clara no livro *Momento freudiano*.
7. No inglês, “committive”. O termo em português aqui utilizado é o que consta na edição brasileira.
8. Dentre os exemplos, Bollas utiliza: “Ah! Mas é claro que ela é freudiana”.
9. Ideia presente, por exemplo, nos livros *Forças do destino: psicanálise e idioma humano* e *Momento freudiano* e que desenvolvo com mais profundidade em meu texto “O idioma singular e a sua relação com os objetos em Christopher Bollas”, presente na edição 3 da “Revista Pensamento Contemporâneo: Psicanálise e Transdisciplinaridade” (no prelo).

REFERÊNCIAS

- Bollas, C. (1988). Entrevista: Christopher Bollas – Pulsional impiedoso e receptividade materna. **Percorso**, 20, 136-145. Recuperado de http://revistapercorso.uol.com.br/pdfs/p20_entrevista.pdf
- Bollas, C. (1992). **Forças do destino: psicanálise e idioma humano** (R. M. Bergallo, Trad.). Rio de Janeiro: Imago.

ARTIGO

Bollas, C. (1998). **Sendo um personagem** (S.M. A. Carvalho, Trad.). Revinter: Rio de Janeiro.

Bollas, C. (2013) **Momento freudiano** (R.Zeni, Trad.). São Paulo: Roca.

Bollas, C. (2015). **A sombra do objeto: psicanálise do conhecido não pensado** (F. Marques, Trad.). São Paulo: Escuta.

Ferenczi, S. (1992). Confusão de língua entre os adultos e a criança (A. Cabral, Trad.). In Ferenczi, S. **Psicanálise IV** (pp. 97-106). São Paulo: Martins Fontes.

Krüger, L. (2021). O idioma singular e a sua relação com os objetos em Christopher Bollas. **Revista Pensamento Contemporâneo: Psicanálise e Transdisciplinaridade**. Vol. 3, n.1. No prelo.

Martini, A. (2012). Uma antropologia do outro em mim. O impensado conhecido de Christopher Bollas. **Impulso: Revista de Ciências Sociais e Humanas**, 22, 77-89.

DE QUE NÃO(S) NOS FALA A RESISTÊNCIA? WHICH NO(S) DOES RESISTANCE TELL US?

Daniela Rodrigues Izolan¹

Natália Gambogi Rodrigues²

Resumo: O artigo discute o conceito de resistência e alguns dos seus desdobramentos semânticos. Parte-se de um percorrido no que concerne às concepções do termo na teoria psicanalítica e amplia-se para a esfera sociopolítica contemporânea, propondo uma aproximação dos sentidos da resistência nos campos em questão. Essa proposição abarca os “nãos” que são enunciados pelo conceito trabalhado nos diferentes aspectos: na neurose, na clínica do traumático, no âmbito social e, por fim, na sustentação da ética do fazer psicanalítico.

Palavras-chave: Resistência. Psicanálise. Contemporaneidade. Ética.

Abstract: This article discusses the concept of resistance and some of its semantic developments. It starts presenting an outlook regarding the conceptions of the term ‘resistance’ in psychoanalytic theory and then broadens the analysis to the contemporary sociopolitical field, suggesting that the senses of resistance are closely related between these areas of knowledge. This proposition considers the ‘nos’ that are enunciated by the concept of resistance in four different aspects: in neurosis, in the traumatic clinic, in the social scope, and finally, in the support of the ethic of psychoanalytic practice.

Keywords: Resistance. Psychoanalysis. Contemporaneity. Ethics.

DE QUE NÃO(S) NOS FALA A RESISTÊNCIA?

Na parede de um botequim de Madri, um cartaz avisa: ‘Proibido cantar’. Na parede do aeroporto do Rio de Janeiro, um aviso informa: ‘É proibido brincar com os carrinhos porta-bagagem’. Ou seja: Ainda existe gente que canta, ainda existe gente que brinca.

Eduardo Galeano, O livro dos abraços

O ensaio em questão versa sobre o tema da resistência, conceito fundamental da psicanálise e expressão de manifesto social tão presente nos tempos atuais. A palavra em si é dotada de múltiplos sentidos, e o propósito deste trabalho é discutir se é possível tangenciar o que nos fala a resistência do campo da teoria da técnica psicanalítica com aquela expressada no espaço social contemporâneo.

¹ Psicóloga; psicoterapeuta de orientação psicanalítica (ESIPP); membro do Percurso em Psicanálise (APPOA)
E-mail: daniela.izolan@gmail.com

² Psicóloga; psicoterapeuta de orientação psicanalítica (ESIPP); membro do Percurso em Psicanálise (APPOA)
E-mail: nataliagambogi@gmail.com

Quando pensamos em resistência em psicanálise, o que nos ocorre? Nós a associamos à resistência mais habitual, proveniente do paciente, considerando as diferentes estruturas psíquicas? Na resistência que aponta para o conflito, terreno da neurose? Ou àquela a serviço da preservação da vida, que nos aproxima da clínica do desamparo? Ou ainda, a uma resistência na escuta do analista? Independentemente do caminho escolhido, é comum relacionarmos a resistência a um fenômeno que nos intriga, desacomoda, gera perguntas. Movimentos e indagações que permitem que a psicanálise se mantenha viva e pulsante.

Conceitualmente descrita como “tudo aquilo que impede o trabalho do tratamento, que entrava o acesso do sujeito à sua determinação inconsciente” pelo *Dicionário de Psicanálise Larousse* (Chemama, 1995, p. 199), encontramos na raiz da palavra resistência também os vocábulos: desistência, insistência, persistência e existência (Saraiva, 1993). Assim, resistir pode tanto nos conduzir a pensar em impedimentos e desistência quanto em persistência em existir. Mas o que é que insiste em existir quando falamos da presença da resistência na clínica e no social?

O NÃO AO DESEJO

O conceito em questão aparece em grande parte dos escritos freudianos, atravessando muitas outras formulações técnicas. Em *Estudos sobre a histeria*, Freud (1996a) questionava o uso da hipnose e, posteriormente, da sugestão, entendendo-as como formas ineficazes de acessar o inconsciente. A resistência, ali, era tomada como a força que impedia a rememoração das lembranças infantis. A partir do estatuto da associação livre, a resistência passou a ser entendida como defesa, impedindo que as vivências traumáticas reprimidas viessem à mente. Aparece, então, como uma força contrária ao rompimento de um isolamento construído pelo recalque. Quanto mais o trabalho analítico se aproximasse da representação recalçada, mais a resistência teria força para barrar esse processo. A transferência seria, portanto, a própria resistência, pois, na medida em que a liberação da libido avançasse, mais intensamente se apresentariam as defesas da repressão, instaurando um conflito. Ainda nesse momento da obra, Freud entendia a transferência como o pior obstáculo da análise, reforçando que a tarefa do analista é de superar esses impedimentos à associação livre.

Com a virada da segunda tópica, em *Inibição, sintoma e angústia* (1996b), Freud repensa o conceito, ampliando as suas modalidades: no nível do ego estariam assentadas as resistências ao recalque, à transferência, e o ganho secundário da doença; a resistência do id remeteria à compulsão à repetição; e a do superego, à culpa e ao masoquismo.

A partir dessa ampliação teórica, o trabalho com esses pacientes passa a ser o de apontar para o *como* ele diz, fazendo um desvio na atenção que, nos primórdios das formulações freudianas, voltava-se para o *que* ele diz – ou seja, passa a ser prioritário analisar e interpretar as resistências, de modo que as defesas revelassem sua função e perdessem sua razão de ser (Kehl, 2002).

Nasio (1999), ao nos falar sobre a resistência de transferência – expressa, por exemplo, através do silêncio do paciente –, traz que ao resistir a experimentar o desprazer da ideia recalçada vindo à tona, o Eu estaria nascendo como sujeito do inconsciente.

Podemos pensar, portanto, que é onde a resistência se faz mais forte que o desejo do sujeito está colocado. Resistência impedindo o acesso, ao mesmo tempo que dando pistas sobre o desejo, sobre a subjetividade humana. E tornan-

do-se assim aspecto essencial para o trabalho clínico que passa por acompanhar o paciente em sua busca pelo que a resistência esconde, ao mesmo tempo que revela.

O NÃO À INVASÃO

E como se apresenta a resistência quando não é o desejo que está em questão?

Ferenczi foi o primeiro psicanalista a se debruçar sobre quadros de sofrimento de pacientes chamados “difíceis”, vindo na esteira dele as formulações de Winnicott sobre sua experiência com pacientes bastante regredidos. Caracterizados por não atenderem à regra fundamental da associação livre e não se adaptarem ao enquadre clínico tradicional, tais pacientes revelariam uma pobreza nos processos de fantasiar e simbolizar. A formulação do trauma, para esses autores, constituía-se “não como um fenômeno inerente à estruturação do psiquismo, mas como um efeito devastador de uma não adaptação do ambiente aos delicados processos envolvidos na constituição subjetiva da criança” (Kupermann, 2008, p. 149).

Nessa clínica, encontramos um transbordamento do aparelho psíquico, onde as vivências de horror são colocadas em cena: “Não existe proteção possível em relação ao horror, pois aquilo que aterroriza não se circunscreve no tempo e no espaço, mas se apodera da subjetividade como uma presa, algo que lhe invade” (Birman, 1999, p. 148).

A resistência na clínica do traumático se apresenta, portanto, como proteção a esse desamparo, e uma das formas de sua manifestação é através da transferência negativa e seus componentes agressivos, resquícios de um tempo em que reagir era efetivamente impossível. Robert e Kupperman propõem um olhar para o movimento paradoxal desse tipo de transferência: “se de um lado a transferência negativa pode operar como resistência para manter a unidade narcísica e proteger do desamparo, de outro, pode configurar uma tentativa de demolição do supereu hostil por meio das vicissitudes pulsionais proporcionadas pelo campo transferencial” (2012, p. 46). Assim, a transferência negativa é encarada não como limite do analisável ou um obstáculo que deve ser combatido, mas como resistência à submissão e efetividade da análise. Isso irá ao encontro do que Freud (1996d) conceitua a respeito da concepção de agressividade, entendida como a ligação da pulsão de vida com a pulsão de morte que se move para o exterior, sendo essencial para a afirmação da vida.

Nesse panorama, o manejo da transferência negativa sai do campo da interpretação e visa a um espaço que sustente os afetos hostis; esse tipo de transferência não poderia, então, ser compreendida como marca de resistência ao encontro afetivo, vista como um impedimento na relação entre paciente e analista. Diferentemente destas, as resistências *no* encontro analítico seriam necessárias e entendidas como potência para que o paciente, junto ao analista, promova o trabalho de recriação de si. Assim, é essencial que o analista mantenha um suporte sensível diante da expressão da agressividade do paciente, auxiliando na criação de espaços de elaboração da dor e do desamparo (Kupermann, 2009).

Birman (2006) aponta para a resistência como marca da constituição do sujeito na modernidade. A partir das ideias da segunda tópica freudiana, compreende as instâncias como “o outro do outro”, um jogo de forças constante em que estão presentes desejos, contradesejos e desejos-contra. Para o autor, a resistência está no campo da oposição de forças e também delimita e sustenta

espaços de pertencimento, onde se opõem o interior e o exterior. Propõe a ideia de desejo de resistência que legitimaria o *não* do paciente, o *não* definitivo, este visto como uma forma de o paciente impor sua resistência em face da intrusão violenta do analista, ou do não reconhecimento das resistências manifestadas no processo até então. Para o autor, por essa perspectiva a RTN, manifestação comumente compreendida por seu aspecto de desistência do processo analítico – pulsão de morte somente destrutiva –, passa a ser encarada como uma possibilidade de resgate desse sujeito que se vê oprimido diante do traumatismo reeditado na relação terapêutica.

O NÃO AO SILENCIAMENTO DO SUJEITO

Nos últimos anos, em nosso país e no mundo, na política e nas relações do cotidiano, vivemos o crescimento da intolerância e das polarizações. Ressurgem ondas discriminatórias e ganha força a exclusão do diferente. Enquanto grupos minoritários buscam se proteger das ameaças à sua existência, outros deslegitimam as lutas que buscam confrontar o cenário estabelecido, disputas que quando extremadas levam a atos de violência, apontando para a impossibilidade de haver aberturas para o pensamento. Diante de uma cultura em que prevalece a falta de acolhimento às demandas que vêm do outro, a consequência é o sujeito fazer uso de defesas mais arcaicas para lidar com esse desamparo, tornando o pensamento binário – que desconsidera infinitas variedades –, algo dominante na sociedade.

A relação interdependente entre cultura e indivíduo é operador fundamental para o pensamento freudiano sobre a construção de modelos a respeito da subjetividade humana. Em *O mal-estar na civilização*, Freud (1996c) discorre a respeito da intensidade das pulsões e da necessária renúncia da plenitude da satisfação destas para que possamos viver coletivamente. Ao fazer uma associação entre a agressividade e o narcisismo, traz a ideia do narcisismo das pequenas diferenças: os membros de uma mesma comunidade podem esconder, de forma inconsciente, seus próprios conflitos, projetando sua agressividade no outro. O que sai do campo da semelhança é tratado como intolerável. Assim, a diferença transforma-se em ameaça. Ama-se os iguais, repudia-se os diferentes.

Birman discorre a respeito da cultura do narcisismo, sendo esta marcada por uma impossibilidade de admirar o outro em sua diferença: o outro está para o sujeito apenas como uma via para ser usado a seu modo, para seu usufruto, o que gera um mundo com ideias totalizantes. O autor vai nos lembrar que nessa cultura se construiu “um modelo de subjetividade em que se silenciam as possibilidades de reinvenção do sujeito e do mundo. Por isso mesmo, os valores da tradição são louvados na sociedade pós-moderna” (Birman, 2007, p. 92). Há um impedimento de reconhecer e conviver com a alteridade, um horror ao que é da experiência da diferença. Diante disso, indivíduos que não se adaptam ao que essa cultura exige são impelidos a resistir na busca por espaços em que possam viver sua subjetividade de uma forma livre.

No ano de 2018, foi recorrente o manifesto “se fere a minha – ou qualquer – existência, serei resistência”, não sendo apenas um enunciado que rima, mas a enunciação de quem se sente ceifado em sua subjetividade. Resistência aqui, portanto, como força opositora ao silenciamento dos sujeitos. Para Birman, “a existência da resistência nos obriga a reconhecer que o sujeito ainda se encontra presente, não obstante a fragmentação, ampla, geral e irrestrita promovida pela contemporaneidade ... a resistência indica a efetividade do desejo que cir-

ARTIGO

cula entre os corpos” (2006, p. 10). Trata-se de resistir para manter a integridade do seu território.

Diante desse recorte do social, propomos que a resistência expressa na cultura atual, compreendida como potência para a preservação do sujeito, se aproximaria da resistência da clínica do desamparo. Quem resiste busca um lugar de existência, poder existir em sua subjetividade, confrontando forças antagônicas que agiriam para o seu silenciamento enquanto sujeito.

É nesse sentido que Szpacenkopf propõe pensar a resistência como “prova da relação de forças de poder, necessárias e indispensáveis, atuando dentro do indivíduo, e também como sinal de alguma liberdade nos dois polos conflitantes, o que realimenta esperanças no tratamento analítico” (2003, p. 2). A presença da resistência irá nos falar de uma relação de forças na qual é esperado um espaço de criação. A autora entende a resistência como um enriquecimento da transferência, pois se a primeira aparece, é sinal de que se promoveram movimentos dentro de um equilíbrio – seja de dentro do psiquismo, seja da relação transferencial. Seja na relação entre forças no campo social, acrescentamos aqui.

O URGENTE NÃO AO CONFORMISMO

Ao pensarmos nas diferentes concepções atribuídas ao conceito central de nosso trabalho, nos deparamos com o caráter de resistência – no sentido de sobrevivência e renovação – da própria psicanálise. A clínica atual precisa lidar com desafios de diversas ordens, principalmente pela importância de se reinventar o dispositivo clínico freudiano, que se baseava nas questões do mal-estar de sua própria época.

Novos tempos exigem uma nova clínica. Por isso, pensando na resistência como força que impede a submissão, tanto no trabalho psicanalítico quanto na cultura, abrimos espaço para questionar a rigidez da escuta que muitas vezes permeia os nossos espaços de trabalho, passando pelas idolatrias teóricas até as suas consequências na relação transferencial.

É próprio da psicanálise o espírito de subversão e questionamento ao que é imposto, desde sua criação, quando estremeceu paradigmas de uma cultura repressora e patriarcal. Se concordamos com essa premissa, é preciso que nos confrontemos com a questão de o quanto estamos conseguindo fazer do inconformismo que caracteriza a psicanálise algo presente na nossa clínica.

Ferenczi (1992) afirma que enquanto o paciente está diante de nós, há esperança. Põe-se a pensar contra a ideia de que as resistências são insuperáveis, ou que a estrutura do paciente não permite que se possa aprofundar mais a análise. Em determinado momento, faz a indagação: “a causa do fracasso será sempre a resistência do paciente? Não será antes o nosso próprio conforto que desdenha adaptar-se às particularidades da pessoa, no plano do método?” (Ferenczi, 1992, p. 71). Anos depois, Nasio (1999) nos lembra da importância de nos voltarmos para o que é próprio do analista e de sua resistência, que pode estar a serviço de petrificar e manter estagnado o processo de análise.

Os riscos são inerentes ao trabalho clínico, mas a um deles é importante que estejamos ainda mais alerta, que é o risco de reproduzirmos no nosso trabalho aquilo que observamos na cultura atual, onde se presentifica certo congelamento do que é do simbólico, com limitado espaço para se pensar o diferente, o imprevisível, o não convencional. É somente ao olharmos para os

nossos impedimentos internos que poderemos nos autorizar a escutar o outro, sua estranheira e suas singulares demandas, este outro que irá colocar luz sobre o desejo inconsciente em nós. É esse estranhamento que poderá nos estimular à invenção de uma prática e de um discurso coerentes que nos possibilitem conviver melhor conosco e com o diferente. Para isso, é fundamental pensarmos na escuta psicanalítica também como uma escuta da cultura, em que nos perguntemos qual o nosso lugar, a nossa posição como sujeitos no tempo em que vivemos, em como as questões do nosso tempo nos atravessam. Disso também depende a nossa ética, compromisso que firmamos e renovamos constantemente e que nos exige o desprendimento de trocarmos nossas convicções por indagações, e de termos sempre presente a noção de que a psicanálise é pautada em uma possibilidade de invenção e nunca de regulamentação.

Para que algo se crie numa dupla que se dispõe a caminhar junto é essencial a implicação do analista na experiência do tratamento psicanalítico, no sentido de estar aberto, disponível para encontrar, dentro da repetição, novas possibilidades. A compulsão à repetição pode ser entendida, assim, como uma via de surgimento de algo novo; sem desvendar sentidos, trabalhando-se em um movimento de vir a ser da subjetividade do indivíduo (Birman, 2006). A repetição estará sempre presente, o destino que será dado a ela vai depender da maneira como a escutamos, podendo ser uma via para abertura de espaços de criação e manutenção de novas subjetividades, novas formas de se pensar o que já é pensado.

Por fim, que estejamos sempre atentos para as resistências – acomodações, desistências – da nossa escuta, para que estas não impeçam que façamos o que é o fundamento do nosso trabalho, escutar a alteridade. Que possamos seguir resistindo – insistindo, persistindo – no encontro com o sujeito do inconsciente.

REFERÊNCIAS

- Birman, J. (2006). Genealogia da resistência (pp. 319-336). In: Birman, J. **Arquivos do mal-estar e da resistência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Birman, J. (2007). **Mal-estar na atualidade: A psicanálise e as novas formas de subjetivação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Birman, J. (1999). Nada do que é humano me é estranho (pp. 17-58). Por uma erótica do desamparo. In: Birman, J. **Cartografias do feminino**. São Paulo: Editora 34.
- Chemama, R. (1995). **Dicionário de Psicanálise Larrouse**. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Ferenczi, S. (1992). Análise de crianças com adultos. In: Ferenczi, S. **Obras completas: Psicanálise** (Vol. IV). São Paulo: Martins Fontes.
- Freud, S. (1996a). **Estudos sobre a histeria** (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, Vol. II). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1996b). **Inibição, sintoma e angústia** (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, Vol. XVII). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1996c). **O mal-estar na civilização** (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, Vol. XVIII). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1996d). **O problema econômico do masoquismo** (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, Vol. XIX). Rio de Janeiro: Imago.
- Galeano, E. (2009). **O livro dos abraços** (E. Nepomuceno, Trad.). Porto Alegre: L&PM.
- Kehl, M. R. (2002). **Sobre ética e psicanálise**. São Paulo: Companhia das Letras.

ARTIGO

Kupermann, D. (2008). **Presença sensível: Cuidado e criação na clínica psicanalítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Kupermann, D. (2009). Princípios para uma ética do cuidado (pp. 44-51). In: Pinto, G. C. (Org.). **Memória da psicanálise 3. Sándor Ferenczi e a ética do cuidado**. São Paulo: Duetto.

Nasio, J. D. (1999). **Como trabalha um psicanalista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Robert, P., & Kupermann, D. (2012). Dor e resistência na clínica psicanalítica. O manejo das transferências negativas em Freud. **Cad. psicanal.**, 34(26).

Saraiva, F. R. (1993). **Novíssimo dicionário latino português** (10a ed.). Rio de Janeiro: Livraria Garnier.

Szpacenkopf, M. I. (2003). Resistência e dominação na relação psicanalítica. **Estados Gerais da Psicanálise: Segundo Encontro Mundial**, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, 2.

ALTERIDADES, MODALIDADES DO OUTRO E PRÁTICAS CLÍNICAS: ALGUMAS LEITURAS EM LACAN

ALTERITIES, MODALITIES OF THE OTHER, AND CLINICAL PRACTICES: SOME READINGS IN LACAN

Fernanda Albrecht¹

Mériti de Souza²

Resumo: A alteridade envolve a relação constitutiva do sujeito com e a partir do Outro, decorrendo que o trabalho clínico com a alteridade demanda o reconhecimento da diferença. Recorremos à escuta de psicanalistas e analisamos os discursos produzidos a partir de referências da psicanálise. Este artigo configura um recorte da pesquisa original e apresenta extratos dos discursos que operam como suporte à explicitação do atravessamento da alteridade na clínica. Utilizamos como referência teórica leituras de Lacan e de autores contemporâneos que relacionam alteridade com o descentramento e com o empuxo direcionado à escuta do que escapa na linguagem.

Palavras-chave: Alteridade. Psicanálise. Prática clínica.

Abstract: Alterity involves the constitutive relationship of the subject with and from the Other, and the clinical work with alterity demands the recognition of difference. We resorted to listening to psychoanalysts and analyzed the available speeches using psychoanalysis references. This article is an excerpt from the original research and presents extracts from the speeches that operate as a support for the explanation of the crossing of alterity in the clinic. We used as a theoretical reference readings by Lacan and contemporary authors that relate alterity to decentralization and to a drive directed at listening to what escapes from language.

Keywords: Alterity. Psychoanalysis. Clinical practice.

¹ Psicóloga. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia na UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: fealbrecht@gmail.com

² Doutora em psicologia clínica – PUC-SP. Pós-doutorado no CES – Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra. Professora e orientadora de tese no Programa de Pós-Graduação em Psicologia na UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: meritisouza@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Forasteiro traz consigo o rastro de uma presença que já se faz outra. Lacan (1992c) versa em *O seminário – livro 20: Mais, ainda*, capítulo “A função do escrito”, acerca do aperfeiçoamento da linguagem quando se trata de jogar com a escrita. Pede aos que estão no seminário que leiam Joyce como exemplo. James Joyce escreveu uma importante obra literária, ao longo de dezessete anos, publicada em forma de romance em 1939, intitulada *Finnegans Wake*, e que é considerada um grande marco da literatura experimental por ser escrita em uma linguagem composta pela fusão de outras palavras, tanto em inglês como em

outras línguas, como francês e alemão, buscando uma multiplicidade de leituras. Isso faz com que sua tradução para qualquer língua seja muito complexa, se pensarmos na ideia de uma tradução que remetesse ao original, minimamente. É um exemplo de texto que não pede nossa compreensão, na busca de um sentido único e verdadeiro, mas que joguemos com ele, que vivenciemos o descentramento, que permitamos deixar o indeterminado e a diferença nos atravessarem.

A obra de Joyce, *Finnegans Wake*, faz tremer a leitura nisso que Lacan fala em *A função do escrito*:

O significante vem recheiar o significado. É pelo fato de os significantes se embutirem, se comporem, se engavetarem, que se produz algo que, como significado, pode parecer enigmático, mas que é mesmo o que há de mais próximo daquilo que nós analistas, graças ao discurso analítico, temos de ler – o lapso (Lacan, 1992c, p. 51).

Infinitas leituras podem ser feitas, as quais uma certamente vai se diferenciar da outra. É por isso que podem ser feitas péssimas leituras ou, ainda, deixar de ler por não reconhecer o que ali está posto. A leitura de Lacan é a de que: em relação ao que é enunciado como significante, os analistas fazem sempre uma leitura outra que não é o que ele significa. Ao tomar a obra de Joyce como um significante, todas as traduções já feitas, inclusive para o português, devem dar sempre uma leitura outra sobre o que ela significa. É por isso que se pode dizer que se fazem péssimas leituras. Outrossim, a condição da escrita sustenta-se por um *discurso que a tudo escapa*; dito de outro modo, ainda que sejam péssimas leituras, que sejam feitas leituras! As leituras são supostamente possíveis de acordo com o que se apreende.

Nessa perspectiva, um *discurso que a tudo escapa* demanda o reconhecimento sobre o descentramento do sujeito, sobre a alteridade necessariamente imbricada na constituição subjetiva. A alteridade envolve a relação constitutiva do sujeito com e a partir do Outro, entendendo que trabalhar com essa perspectiva diz respeito ao reconhecimento e ao trabalho com a diferença. O entendimento de que o ofício do psicanalista encontra-se diretamente associado com o *tudo que escapa no discurso* mobilizou e sustentou a realização de uma pesquisa no PPGP – Programa de Pós-Graduação em Psicologia – da UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina –, que tinha por objetivo investigar as concepções de alteridade para psicanalistas que atuam no estado de Santa Catarina, relacionando essas concepções com sua prática clínica (Albrecht, 2020). Para tanto, recorreu-se via entrevistas à escuta de seis psicanalistas e analisamos os discursos produzidos a partir de referências da psicanálise. Assim, este artigo é um recorte dessa pesquisa e apresenta extratos dos discursos desses profissionais que operam como suporte à explicitação do atravessamento da alteridade na clínica. Não se apresentam informações sobre esses profissionais com o intuito de não identificação, pontuando que esses psicanalistas exercem sua prática entre cinco anos e trinta anos, e que se reconhecem como praticantes desse ofício.

O aporte metodológico da escuta dos psicanalistas acompanhou as pontuações de Debieux Rosa (2004) e Debieux Rosa e Domingues (2010) quando as autoras sugerem trabalhar via entrevistas com a transferência e com a livre associação, tanto no trabalho de escuta quanto no trabalho de análise dos discursos produzidos. Salientamos, ainda, que no trabalho de apresentação dos ex-

ARTIGO

certos dos discursos produzidos no decorrer das entrevistas seguimos as orientações da construção do caso como ficção, pois entendemos que esses excertos se vinculam à hipótese teórica dos pesquisadores atravessando os discursos produzidos nas diversas entrevistas (Sousa, 2000; Queiroz, 2014). Como afirma André de Sousa (2000, p. 18), “O caso em psicanálise é um novo gênero literário, e é por isso que os casos de Freud continuam a ser lidos como romances”, pois não dizem respeito a uma história narrada e nem a uma verdade factual e original de um sujeito exclusivamente universal. A validade se situa na construção do caso como ficção, mas uma ficção alicerçada na transferência e na livre associação produzidas no transcorrer do encontro singular com os psicanalistas que participaram da pesquisa. Também pontuamos que utilizamos como referência teórica e analítica leituras de Lacan e de autores contemporâneos que relacionam a constituição do sujeito com o descentramento e com o empuxo direcionado à escuta do que escapa na linguagem.

O trabalho de psicanalistas que lidam com o sofrimento humano e com o que se mostra diferente e fugidio é difícil e necessário. Entendendo que só é possível existir alteridade na relação do sujeito com o Outro que o constitui, também entendemos que a escuta de analistas sobre seu trabalho oferece mostras do processo, por vezes doloroso, de lidar com o que não se sabe, com a percepção possivelmente ilusória que se tem de um eu substantivado no aqui e agora, linear e causal.

ALTERIDADES E MODALIDADES DO OUTRO: ALGUMAS LEITURAS EM LACAN

A alteridade para Lacan insere-se na tradição de pensamento segundo a qual a subjetividade pode ser entendida como constituída na relação com o outro e envolve, necessariamente, esse outro como elemento constitutivo. Para o autor, podemos encontrar a discussão sobre alteridade nas modalidades do Outro, as quais vamos apresentar: pequeno outro, grande Outro, o objeto *a*, o Outro do laço social articulado por meio da produção dos quatro discursos e o Outro gozo, ou sob o nome *Heteros*, o gozo feminino (Quinet, 2012).

Nas modalidades do Outro, desenvolvidas por Lacan, o pequeno outro é visto pelo sujeito como semelhante e adversário; aquele que numa instância paranoica faria o sujeito perder o lugar conquistado, por acreditar que seu rival roubaria o lugar que foi conquistado no seu desejo. São sentimentos que mesclam admiração e desejo de ver o outro eliminado. Nesse momento, o pequeno outro ainda é visto como igual, por isso passível de ser conhecido, ele tem contornos precisos, e eu posso nomeá-lo e predizê-lo. Essa instância do pequeno outro é o que vai oferecer ao sujeito sua base constitutiva, havendo no início um processo de alienação que é matriz da existência psíquica. Essa matriz se dá, em Lacan, a partir do processo do estágio do espelho: um processo construído com as identificações do sujeito e com imagens ideais que são projetadas num pequeno outro, que é tido como semelhante.

No *complexo de Édipo*, o sujeito passa por um processo de ter que se relacionar com as perdas, as gratificações, e com o Outro; é esse trajeto que possibilita a entrada do sujeito no social. O trajeto do sujeito, que vai considerar o reconhecimento da diferença no dito semelhante ao passo que tem seu desejo interrogado pelo Outro, são intensas experiências de perdas que marcam no corpo a noção de escapar uma substância totalizante. Assim, ao vivenciar esse processo, o sujeito se verá inserido numa dolorosa iniciação: a passagem de um desejo, até então selvagem, para um desejo socialmente aceito; mas de caráter

doloroso, pois seus desejos não encontrarão terreno estável a fim de se satisfazerem por completo. Essa abertura possibilitará, em paralelo, que o movimento do desejo circule; que o terreno do grande Outro e o discurso do inconsciente, enquanto facetas simbólicas, organizem, posicionem um lugar singular desse sujeito.

Em *O seminário – livro 20: Mais, ainda*, Lacan pontua que “o sujeito não é jamais senão pontual e evanescente, pois ele só é sujeito por um significante, e para outro significante”. A verdade do sujeito está habitada pelos significantes que o constituem (Lacan, 1992c, p. 195).

O *significante* é um conceito que foi introduzido pela linguística de Ferdinand de Saussure, para designar uma parte do signo linguístico que relaciona representação do som a um significado que remete ao conceito. Lacan apropriou-se desse termo para produzir outro conceito, no qual o significante é barrado de seu significado. Para um sujeito, os significantes vão guiá-lo pelos variados lugares que ocupará ao longo da vida e que vão representá-lo por meio do desejo de um outro, inserido num campo simbólico. Para Lacan, o inconsciente e o campo do Outro são o tesouro dos significantes, porque já estavam aí antes de seu nascimento. Para um sujeito, seus códigos pessoais vão o representar como se fossem a sua própria língua. Porém, é importante reiterar, a teoria lacaniana não trabalha com um único significante que vai representar o sujeito em sua totalidade, pois a estrutura do sujeito pede uma falta que não vai ser substituída por esse elemento.

como já me ocorreu, com um paciente, que tinha uma questão com o uso de bebida alcoólica, em que ele chega na sessão num lugar de muito desespero e ele começa a andar dentro do consultório, e ele berrava, **ele dizia que tava horrível, que eu não ia dar conta da dor dele, essas são situações difíceis de efervescência**, né, que eu não ia dar conta da dor dele, que... na-nah-nah-na-nã-nã e eu fui dizendo: mas o que aconteceu? E eu ia sair de férias, né, e era uma semana antes das minhas férias, né, que eu era muito POUCO pra dar conta da dor dele, que ele precisava de um médico, que ele precisava de medicação, que ele ia morrer e aí no outro dia ele não ia tá mais vivo, quase como um anúncio de suicídio, né, bom, aí eu digo pra ele que alguma coisa tava acontecendo, que era preciso que a gente pudesse pensar, né, ofereço uma outra sessão num outro dia e aquela semana ele vem. Ele já fazia uma frequência de três vezes por semana, mas naquela semana nós trabalhamos cinco vezes, todos os dias da semana, né, e até que num determinado momento... ele vai, vai, vai, vai se acalmando um pouco e ele traz um sonho, **ele diz que ele sonha com uma cadela, que ele transava com uma cadela. E aí eu uso esse significante: cadela e digo: cadê ela? E aí se abre toda uma questão que era o desespero dele diante da minha saída, da dor que ele tava sentindo**. Então, entende, assim? É apostar de que a gente vai poder decifrar o que que é aquela dor, porque naquela primeira sessão era só dor né, a partir das sessões que eu vou dizendo: mas o que que é, né, eu digo olha tem as minhas férias, ‘não, eu não tô nem aí, papapi, né’ tem todo um berreiro.

Na lógica lacaniana, o *significante* tem primazia em relação ao significado, portanto, se o primeiro estiver no campo do Outro, o campo simbólico ou o campo do inconsciente, terá primazia em relação ao segundo, que se refere à posição desejante do sujeito. O que outrora operou na lógica dos significados

ARTIGO

passa a operar na lógica da metonímia e da metáfora. Dito de outro modo, os significantes operam dentro da lógica simbólica e são habitados pelas inscrições dos desejos advindos no campo simbólico; os significantes também são mediados pelas relações que o sujeito vivencia, porém somente as relações que dizem respeito ou que fazem sentido para aquele sujeito, pois são seus códigos pessoais. O trecho de entrevista recém citado faz operar a lógica da metonímia utilizando um termo, entendido pela analista como código pessoal de seu analisando, portanto como um significante. Esse termo fê-lo deslizar na cadeia significante e se aproximar de um algo que fale mais desse sujeito, que não estava atrelado ao significado ou à representação, mas mobilizando-o em sua própria língua. Desse modo, o termo recuperou uma articulação significante que estava interrompida com o recalçamento (quem sabe?) do vazio sentido pela iminência próxima das férias da analista.

No texto “O estádio do espelho como formador da função do eu tal como nos é revelada na experiência psicanalítica”, Lacan aborda a experiência do *estádio do espelho*. Esse estádio vai dar forma para uma instância e permanência mental do eu, ou seja, dará a ilusão de uma totalidade do eu pautada, sobretudo, nas identificações do sujeito com esse pequeno outro tido como semelhante e adversário. Há uma marca no *estádio do espelho* que faz o eu-outro ser indissociável e que, para Lacan, corresponde ao narcisismo e à constituição do eu por meio da imagem do outro. Assim, o sujeito se vê despedaçado, sem uma unidade imagética, e para fazer suplência a essa falta, escamoteia-a, produzindo uma imagem totalizante do eu.

o estádio do espelho é um drama cujo impulso interno precipita-se da insuficiência para a antecipação – e que fabrica para o sujeito, apanhado no engodo da identificação espacial, as fantasias que se sucedem desde uma imagem despedaçada do corpo até uma forma de sua totalidade que chamaremos de ortopédica – e para a armadura enfim assumida de uma identidade alienante, que marcará com sua estrutura rígida todo o seu desenvolvimento mental (Lacan, 1998, p. 100).

Numa instância de engano, a imagem desse eu totalizante vê, no outro, o reflexo de si mesmo, experimentando se ver como um intruso, e assim o invade e luta com ele por esse lugar imaginário que supostamente teria conquistado no desejo de um outro. O outro é esse que está tão próximo do sujeito que é visto como semelhante. Nós sentimos paixões de amor/ódio que vemos surgir nas relações sociais nas quais se busca uma imagem totalizante do eu a partir do outro e com o outro. *O outro, este que está tão próximo de mim, o vejo como o meu duplo, sinto paixões, sinto surgir nas minhas relações. Ao caminhar pela cidade, busco uma imagem totalizante de mim a partir do outro e com o outro.*

O sujeito reconhece a falta originária e sua busca se dá no encontro de um outro que amenize essas brechas. Uma imagem dessa relação dual, em que há identificação com o outro que abre para um movimento de reconhecimento da diferença, pode ser lida numa situação que ocorreu com o próprio Lacan, conforme ele nos conta em *O seminário: livro 17 – O avesso da psicanálise* (1992b, p. 10):

Um dia, uma pessoa [...] abordou-me na rua bem no momento em que eu entrava num táxi. Deteve sua pequena motoneta e me disse:

- *O senhor não é o doutor Lacan?*
- *Sou, respondi, por quê?*
- *O senhor vai retomar seu seminário?*
- *Claro que sim, e logo.*
- *Onde?*

E aí — sem dúvida tinha para isto minhas razões, ela haverá de acreditar em mim — respondi — *Aguarde e verá.* Depois disso, ela partiu em sua motoneta, arrancando com tal presteza que fiquei desconcertado e cheio de remorsos. [...] é certamente uma ocasião para observar que jamais é pelo excesso do outro que alguém se mostra, pelo menos aparentemente, excedido. É sempre porque esse excesso vem coincidir com um excesso de vocês.

Passando pelas identificações e imagens especulares do outro, reconhecendo sua própria diferença em paralelo com a diferença do outro, acompanhado pelo outro-ideal, o outro registro que vai marcar o sujeito está no campo do grande Outro. A alteridade a que se refere Lacan em sua obra é apresentada também sob a instância do Outro que é manifesto pelo discurso do inconsciente e pode ser atribuído ao Outro do amor, por direcionar demandas e estar vinculado ao desejo. O Outro se assemelha a um lugar que não se identifica com esse semelhante, com esse próximo, com esse pequeno outro. Isso porque o outro não estaria disposto a oferecer nada além do *mesmo*. Esse lugar do Outro vai posicionar o sujeito a partir de determinações simbólicas que já estavam aí, antes mesmo de o sujeito estar no mundo por meio dos significantes que o constituem, indicando a irreduzível diferença.

quando tu diz alteridade eu-eu remeto muito a esse o in-, eu me remeto muito a O Inquietante, que lembra o estrangeiro, assim e, não sei, é a primeira coisa que me vem quando, né, tu falou da alteridade, é a primeira coisa que eu começaria a falar se eu precisasse explicá-lo de alguma forma de falar disso, mas que é **O Inquietante**, né. Eu lembro de um texto do Freud, bem na teoria da sedução que ele diz um corpo estranho, né, pensando aí ainda uma forma muito biológica consciente, né, isso que habita aí as históricas e que nos habita, a gente sente que é nosso mas também diz de algo que a gente não reconhece em nós. **Me vem muito isso com alteridade, assim, com este outro que nos chama a atenção e nos chama a atenção porque de alguma forma diz algo da gente, mas ao mesmo tempo diz de outro lugar**, acho que aí que eu entendo alteridade, né, esse outro que não é autoridade, né, com a ideia de uma imposição. Mas esse outro que surge na relação pela via da transferência de que algo aí se transfere de mim ao outro e que eu dou um lugar pra ele, eu dou um lugar que desconheço, acho que isso que me lembra alteridade. Esse, esse inquietante que às vezes pode ser projetado, transferido ao outro, mas isso que me habita e que me lembra um pouco de algo que eu não sei, mas que tem uma lógica, que opera nas minhas palavras, nos meus atos, acho que isso que me lembra alteridade, né, que não é esse exterior, **parece que não tem exterior nem interior.**

Para Lacan, em *O seminário – livro 20: Mais, ainda* (1992c, p. 194):

Minha hipótese é a de que o indivíduo que é afetado pelo inconsciente é o mesmo que constitui o que chamo de sujeito de um significante. O que anuncio nesta fórmula mínima de que um significante representa um sujeito para um outro significante. O significante, em si mesmo, não é nada de definível senão como uma diferença para com um outro significante. É a **introdução da diferença** enquanto tal, no campo, que permite extrair da língua o que é do significante.

No campo do Outro, a verdade lhe habita em forma de meio-dito, pois inclui o equívoco, o engano, a impossibilidade de apreensão da verdade plena. O texto *Aturdito* parte, conforme o que enuncia Lacan (2003a, p. 136), da distância que há entre o dizer e o dito. “Só podemos tratar do inconsciente a partir do dito, e do dito pelo analisando. Isto é, um dizer. Como dizer? Essa é a questão. Não se pode dizer de qualquer maneira, e este é o problema de quem habita a linguagem, quer dizer, todos nós.” Isso vai dar mostras dos limites da apreensão de um dito, bem como a inclusão de um não saber que tanto habita o campo do Outro como habita a constituição do sujeito. “Que se diga fica esquecido detrás do que se diz no que se ouve” (1992c, p. 26).

justamente é o que a pessoa não sabe então dizer assim: o inconsciente, ah o inconsciente! Como se fôssemos fazer um caminho e esse caminho ela dá... **brechas**, ele não tá pronto! Então por isso que a gente diz que as manifestações são formações do inconsciente, um sintoma, um ato falho, um ato falho, por exemplo: um dia eu escutei uma paciente dizendo: ah, eu ia pro supermercado, ela disse, não, eu ia pro pronto socorro. **É uma brecha maravilhosa! Um pulsar do inconsciente... da onde que saiu ‘pro pronto socorro’?** Na medida que você escuta isso e possibilita que o paciente que disse, porque isso o deixa estatelado, isso TEM uma verdade, mas uma verdade que veio a ser posta e que ele se dá conta, então vamos aí dar uma pista prum começo de uma investigação. Então, o trabalho de escuta ele é fundamental justamente pra, **porque pra alguns isso pode ser que: ah, foi só um engano, ele trocou, mas não, isso é um dito, e um dito importante!**

Podemos olhar a psicanálise pelo discurso em que ela se enuncia, pelo que foi efeito da escuta de um dizer, de algo que se falava, de um sofrimento, de um dito possível mediado pela linguagem. Sabemos que é por meio do engano, ou onde a linguagem tropeça, que se pode enunciar algo que se aproxime de uma verdade para um sujeito, possivelmente dada aos avessos. Lacan (1992b) propõe o título *O avesso da psicanálise* ao seu seminário, sugerindo uma retomada pelo avesso. Que avesso seria esse? Algo da ordem do que talvez tenha sentido, além de remorso, um tom de desconforto na atitude de arrancada em presteza da pessoa que estava na motoneta e que se dirigia a Lacan. Sem necessidade de palavras para que nossos atos e nossa conduta se inscrevam na esfera de certos enunciados primitivos que podem, sem palavras, subsistirem. Nesse seminário, o autor vai abordar e articular a produção dos quatro discursos enquanto modos de operar no laço social.

Lacan, em *O seminário – livro 17: O avesso da psicanálise*, discute sobre a produção dos quatro discursos: “O que prefiro, disse, e até proclamei um dia, é um discurso sem palavras” (1992b, p. 11). Estamos falando de um não dito?

O autor discute, no âmbito das enunciações efetivas, que aí está algo que pode inscrever-se de modo mais amplo, não havendo necessidade das palavras para que nossas ações se inscrevam em certos enunciados primordiais. É um discurso para além do campo da fala. Paralelo a isso, “temos necessidade de sentido” (Lacan, 1992b, p. 13). Ele fala sobre a confusão de extrair uma reflexão e sair dos limites, e assim sair do próprio sistema.

Inserido no campo do Outro, Lacan (2012, p. 117), em *O seminário – livro 19: ...ou pior*, capítulo “O que vem a ser o Outro”, apresenta essa grande figura do Outro: o próprio sexo, a diferença sexual, o outro sexo. Pode-se até imaginar o outro como eu, mas na realidade ele não o é. Mostra-se transitório, fugidio e contingente. Ele é irreduzível, portanto faz função de inconsciente. Perante o homem, a mulher faz função de Outro. A questão diz respeito ao outro sexo fazer função de inconsciente para o sujeito pela estrutura fundamental de não semelhante, de não eu, não mesmo.

A discussão de a diferença sexual fazer função de inconsciente pode ser encontrada num texto específico do autor, em *O seminário – livro 19: ...ou pior*, capítulo “Na base da diferença dos sexos”, no qual o autor desenvolve a noção de que o objeto *a* deve ocupar a posição de semblante e que, nessa posição, ele provoca a angústia. O que dificulta a posição do analista é que a função do objeto *a* é de deslocamento. Nessa posição de semblante, é difícil se manter, porque algo escapole: “a todo instante está em outro lugar” (Lacan, 2012, p. 175).

essa relação de alteridade, do eu com o outro, é, basicamente, prato do dia: essa questão de até onde isso pode ser um negócio meu e até onde é um negócio do mundo real e eu acho que isso impacta também muitos analistas. Por exemplo, se tu fica muito forte nessas questões clínicas tentando falar só: não, mas isso é tu, né, tá, não, mas isso é tu, mas o que que tem de ti nisso? Tã nã nã, **mas existe uma maneira tapada, com um olhar muito focado que também prejudica um pouco ao meu ver o tratamento** porque é justamente ter a escuta sábia sobre as possibilidades, né, e a gente tem que lembrar que **na ética do analista a gente nunca trabalha com certeza**, tipo: não sou eu, o analista, que vai dizer se isso é tu ou se é o outro, é a partir do que é trazido, né, que a gente, por a mais b, pode constatar, às vezes a pessoa traz uma coisa, depois traz outra, traz uma primeira cena que ela conta uma história, depois traz uma segunda cena que ela conta outra história, mas que conflita com a primeira, e que na cabeça dela tá meio que ela esqueceu da primeira, a gente ouvindo de fora consegue resgatar essa e contrastar pra pessoa e é aí que o trabalho ocorre...

A aproximação da função de deslocamento, conforme o excerto da entrevista acima apresentado, dá-se nas proposições de uma ética que considera a incerteza perante um dito, fazendo a dúvida, quando não da ordem paranoica, convidar a abalar certezas muito acomodadas. Nisso, a função do objeto *a*, associado à angústia, envolve uma relação muito próxima com cenas plurais que se desenrolam na clínica e a partir dela. Esse excerto também problematiza os desencontros entre as histórias trazidas pelas pacientes e mostra como essa problematização e o foco em questões unilaterais podem ser prejudiciais ao processo analítico. A posição de semblante mobiliza a psicanalista num esforço de se esquivar, a todo instante, de oferecer um objeto único ou vir a ser uma espécie de panaceia para a analisanda.

O sujeito se reconhece faltoso, furado; percebe e reconhece no outro,

ARTIGO

dito semelhante, uma falta e sente que não há possibilidade de uma exterioridade aplacar esse furo, ainda que suas tentativas sejam intensas, persistentes, constantes. Com o que o sujeito se depara é a impossibilidade de representação e apreensão dessa falta. Havendo impossibilidade de representação e encontrando um modo de avançar a discussão, Lacan trabalha esse furo que habita o sujeito como objeto *a*, motor do seu desejo, havendo uma tentativa no sujeito de apreender o objeto, mas ele está sempre perdido, não é o objeto, não é o, não é.

Em *O seminário – livro 20: Mais, ainda* (1992c), Lacan utilizou uma letra *a* para designar uma perda. Com a expressão objeto *a*, em letra minúscula, o autor situa em sua obra algo que remete à função de objeto perdido. Enquanto substitutos do Outro, esses objetos *a* são reclamados e se fazem causa de desejo, porém são da ordem do imaginário e se baseiam no reflexo do semelhante ao semelhante. Como se o sujeito andasse muito completo de vazios³, a fórmula “objeto *a* causa de desejo” é discutida por Lacan.

O objeto *a* não é nenhum ser. O objeto *a*, sendo irrepresentável e sem imagem, requer o uso de experiências corporais de perda (seio, fezes etc.) para representar psiquicamente a falta. Como o seio e o excremento são separados do corpo, eles podem servir para encarnar a ideia de uma perda e lhe dar consistência. Esses elementos vão ocupar o lugar do objeto *a* e terminar por organizar o campo dos desejos. Um desejo sem outra substância que não a que se garante pelos próprios nós (Lacan, 1992c, pp. 170-171).

DISCURSOS E HETEROS

A produção dos quatro discursos é transmitida de uma geração para outra pelos laços sociais, envolvendo dois sujeitos. Sendo um agente de outro, o primeiro domina e o segundo está dominado. Dessa forma, é preciso que um esteja submetido à dominação para que o outro mantenha a posição de dominador. Para Lacan, essa formação de laços na produção dos quatro discursos promove um esvaziamento de gozo, por onde circula e permite modos de convivência a partir desses laços sociais que, como foi dito, não necessitam de palavras para tomarem forma de discurso.

Muito do que se ocupam as investigações, em torno da psicanálise, levam a faltas, barras, rupturas: a dimensão do objeto *a*, do Outro, do desejo, do significante, do real, ou o *a* do inconsciente. Nisso, as psicanalistas estão sempre dando voltas, articulando uma confusão que trata do esforço de sair dos limites de um sistema. Que sistema é esse e o que ele articula? Talvez uma sede de verdade e de sentido, como se esse sistema necessitasse de algo. Entretanto, não há necessidade do sistema, a necessidade é nossa. “Nós, seres de fragilidade, que como tais voltaremos a nos encontrar em cada curva [...] nós temos necessidade de sentido” (Lacan, 1992b, p. 13).

Na verdade o trabalho é de contraste, se a gente pensar a análise, é contrastar, é quebrar, é trocar, o trabalho de síntese a gente tá a todo momento tentando fazer porque o eu é uma máquina de fazer sentido, então a gente tá sempre tentando fazer sínteses, né, síntese de ah, eu gosto daquela pessoa, eu me identifico com aquela pessoa, eu começo a imitar ela. Identificação, a gente pode parar pra pensar com essa questão da alteridade, eu admiro aquilo e eu me torno aquilo, né, eu tento ser tal e qual aquilo. Tem duas formas... agora lembrando que o Lacan fala: é o ter e o

ser, essa questão, né, de ou tu imita, porque tu quer ser, se tornar, ou tu quer possuir, duas formas da relação do eu com o outro que a gente pode ter com essa relação da alteridade quando tu admira, quem sabe, né, porque também **tem a questão da hostilidade, aquilo que eu não gosto, que é diferente de mim, eu rechaço, né, então esse contraste também aparece aí**, esse **rechaço** daquilo que é diferente, psicologia das massas, mostra um pouco isso também, essas questões políticas também, meu deus, parece que de um lado é santo e o outro é terrível e na verdade se tu parar pra pensar oitenta por cento da população são pessoas normais, banais, de boa intenção, em que acreditam que um lado é santo e o outro é o inimigo e vira um grande FLA-FLU, por exemplo, né, então o quanto de libido numas coisas tá melhor no meu, o amor, por exemplo, coisas abomináveis do meu grupo, por ser do meu grupo eu relevo, e a quantidade que eu relevo do meu grupo na mesma intensidade eu coloco como ruim nas coisas más do outro grupo, né, quase que como uma compensação e aumenta esse dicotomia, hmm, **o que o Lacan vai falar aí da alteridade também o grande A o grande Outro é a clássica de falar da alteridade em Lacan** é que há um grande Outro, né, e meio que a gente nasce nessa condição NUTRIZ, motora, aí que a gente pode considerar como pulsão materna protetora, né, enfim, não só e-e-e-e... essa questão de pulsão de vida e pulsão de morte tem várias... várias implicações complexas, mas o **grande Outro aí que Lacan** vai trabalhar aí tanto esse amor carnal, esse prazer ótimo, da máxima da relação com o outro que é necessária, orgástica, orgânica também, sem o tabu de ah, isso é feio, isso é higiênico, né, quanto também essa noção de a gente tá conversando aqui e tu tá, entre aspas, está entendendo o que eu quero dizer, parece que tem algo aqui no meio que eu tô soltando esses sonsinhos aqui e que tu tá aham, aham, tô entendendo, mas na verdade, assim, oh, **a tua construção da linguagem é igual à minha** no final. Quando a gente fala água, ah tá, tu sabe do que a gente quer dizer, mas o caminho que tu fez pra entender todas essas coisas no teu cérebro, neurônios e o que eu fiz pode ser completamente... diferente! Mas é meio que o nosso ajuste tá na ponta, a gente segue no genérico e ir pro particular, né, todo mundo tem histórias de vida bem similares, e a gente vai refazendo esse particular da pessoa... mas enfim, **eu me perdi...** ah, mas o grande Outro, então o Lacan também trabalha o grande Outro tanto com essa questão do amor a uma pessoa ou o amor à pessoa maior, mais forte, que me protege, né, o que eu admiro, primeiro são os grandes em contraste com a criança pequena, [ruído do interfone] os grandes fortes e poderosos em contraste com a criança pequena... alô, oi, tu pedes pra ela aguardar uns dez minutinhos por favor, 'brigado, viu. Mas em Lacan, **esse grande Outro muitas vezes é trabalhado como isso, como código, né, é o campo do código, que é o campo que a gente** [faz aspas com as mãos] **entende o que o outro quer dizer, mas na verdade tu acha que entende, eu acho que entendo**, a construção veio de mim pro mundo e eu creio sentidos dentre... a gente troca sons, significantes, que tu recodifica da tua forma e tu solta de novo na realidade sons e eu recodifico da minha forma. Tá dentro de mim essas minhas loucuras de interpretar?

No trecho acima, o que aparece são remetimentos, *situações onde algo rompe*. O trecho oferece um exemplo possível da nossa necessidade de locali-

zar sentidos em paralelo com a necessidade de sair dos limites do sistema que acopla esses sentidos.

No texto “Conversa nos degraus do panteão”, Lacan relata que, estando fechada a faculdade de Direito da rua Saint-Jacques, foram trocadas algumas palavras, nos degraus do Panteão, com um número reduzido de participantes. Naquele encontro, Lacan, num momento de fala acerca dos afetos, de ciência e psicanálise, foi interpelado por uma estudante:

— O que o senhor diz está sempre descentrado em relação ao sentido, o senhor escapa do sentido. Lacan responde:

— Vai ver que é nisso justamente que meu discurso é um discurso analítico. A estrutura do discurso analítico é ser assim. [...] a saber, precisamente esse deslocamento que não cessa nunca, é a própria condição do discurso analítico [...] na medida em que o discurso da ciência não deixa para o homem lugar algum (Lacan, 1992b, p. 138). A linguagem, na medida em que se instaura a ordem de um discurso, provoca a produção de uma hiância em que seguiremos senão seus contornos. Há um trecho de música que fala em “desenhar silêncios⁴ em volta de ti”, que pode fazer analogia com o que estamos falando da necessidade e da fragilidade da busca pelo sentido.

Para a circulação desses quatro discursos, nos capítulos que sucedem o “Eixos da subversão analítica”, Lacan (1992b) propõe que o agente vai imprimir certa posição ao outro, para que exista a manutenção dessa ordem de dominação: agente-outro. São os quatro discursos apresentados por Lacan por meio de fórmulas, indicando seus lugares e agentes. Nesses discursos, não há fixidez dos sujeitos, sendo que estes transitam pelos discursos conforme as posições do agente-outro. Essa discussão é amplamente desenvolvida pelo autor em *O seminário – livro 17: O avesso da psicanálise* (1992b) e em *O seminário – livro 20: Mais, ainda* (1992c).

Para Lacan (1992c, p. 28), todo discurso cria um laço social e esse laço se dá em torno de um impossível ou de uma impotência. A barra que separa os lugares vai indicar um impedimento ao acesso do primeiro elemento, que está no campo superior da barra, para o elemento que está no campo inferior, de modo que o agente é barrado ao acesso da verdade e o outro é barrado ao acesso à produção. Para cada um desses elementos há uma incumbência e um movimento.

A referência de um discurso é aquilo que ele confessa querer dominar. Desse modo, Lacan apresenta quatro fórmulas para fazer referência aos discursos: Discurso da Universidade; Discurso da Histérica; Discurso do Mestre; Discurso do Analista.

Em *O seminário – livro 17: O avesso da psicanálise* (1992b), o autor propõe que o Discurso do Mestre é o avesso do Discurso do Analista, remetendo também para o avesso da psicanálise, ou seja, aquilo de que a psicanálise deveria se ocupar é um discurso que vai ocupar uma posição de deslocamento e não de produção de uma verdade dominante.

Em alguns momentos, como podemos apresentar, as entrevistadas dão-nos mostras desses ditos que fazem referência a esse tipo de relação:

mas é estabelecer algo dessa diferença, né, sabe, assim, onde eu-psicanalista também tô regida por uma lei simbólica, né, é quase que, **tem dois**

lugares, o lugar do divã do analis' do paciente no divã e o lugar do analista na poltrona, né, são dois lugares distintos, né, e que a partir desses dois lugares distintos se produz algo diferente e que os dois igual o-o-o paciente vai estar sujeito a uma lei que é a associação livre e que ele vai tá no divã, o analista também tá sujeito a uma outra lei que é a atenção flutuante e que ele vai tá na poltrona. Eu tô te colocando isso, não sei se tu consegue me compreender, tem um simbólico ético por trás disso, né, de reconhecimento de lugares significativos diferentes para que algo se produza, porque se estabelecer o igual... não acontece mais nada. Porque no igual eu já também não escuto, eu também falo, o paciente fala e também me escuta, também vai me dizer coisas, eu vou contar coisas da minha vida, não-não se estabelece mais a-a-a diferença como produtora de algo que precisa acontecer dentro de um processo de análise...

O lugar do divã da analista? Esses tropeços que nos escapam “sem querer, querendo” dão indícios da lógica da produção dos discursos e, como nos parece, se aproximam do chamado Discurso do Mestre. De um lado, o acreditar-se possuidora de todo-saber; do outro lado, acreditar que se está subordinado ao saber da maestria. O Discurso do Mestre é aquele que coloca, no lugar do dominante, o saber; e impõe no outro a posição de subordinado. O dominante-senhor depende do subordinado-escravo e por meio dele é que mantém o lugar de dominação. O senhor acredita possuir todo-saber. “O escravo sabe muitas coisas, mas o que sabe muito mais ainda é o que o senhor quer, mesmo que este não o saiba, o que é o caso mais comum, pois sem isso ele não seria um senhor. O escravo o sabe, e é isso sua função de escravo” (Lacan, 2012, p. 30).

No Discurso da Histórica, os termos mudam de lugar, a barra é colocada no lugar do agente, impondo à posição do outro um desejo pelo saber. Para Lacan (1992b, p. 122), o Discurso da Histórica impõe que o outro seja um mestre e que tudo saiba. “Ela quer um mestre. Ela quer que o outro seja um mestre, que saiba muitas coisas, mas mesmo assim, que não saiba demais, para que não acredite que ela é o prêmio máximo de todo o seu saber. Quer um mestre sobre o qual ela reine. Ela reina e ele não governa.” Assim, o que se produz é uma intensa insatisfação e uma queixa enquanto registro de impotência.

No Discurso da Universidade, o saber está no lugar do dominante e impõe ao outro o lugar de objetificação que, para Lacan (1992, p. 97), mostra onde o discurso da ciência se alicerça e para o qual cria um neologismo para estudante, colocando o *a* de objeto pequeno *a*, lendo assim: *astudada*, assim como toda trabalhadora, a *astudada* tem de produzir alguma coisa. Há um imperativo que convoca esse outro objetificado a não cessar de saber: “Vai, continua. Não para. Continua a saber sempre mais” (Lacan, 1992, p. 98). Nesse discurso, há uma crença tirânica de um saber científico que impõe ao outro um lugar de coisificação.

a gente pode pensar ela em dois níveis, né: tanto o nível que [risos] agora tá me fugindo [risos] é eu tô mais acostumado a conversar e analisar do que a dar entrevista [risos] **olha que engraçado, né, eu me botei num lugar agora de ter que dar uma aula sobre o que é alteridade...**

O Discurso do Analista propõe que também seja a posição da psicanálise, posicionando o dominante como objeto *a*, objeto perdido, causa de desejo; vai impor ao outro que existe um furo no saber, que existe uma falta, um não saber,

mas esse dominante o reconhece como sujeito barrado (\$) e o convida a falar sobre esse saber insabido, esse saber estando vinculado ao saber inconsciente.

Porque na clínica, esse modelo primitivo que a gente coloca de uma criança que chora e **tem um outro sujeito que reconhece que tem ali uma diferença** e que tu vai querer interpretar o que ela tá te dizendo com o choro, na clínica tu também vai fazer esse movimento de escuta, né, onde alguém te procura e ao falar tu vai escutar mas tu vai escutar além! Tu vai oferecer àquele sujeito algo que ela ainda não sabia que é da ordem do inconsciente, então tu tá na clínica, quando tu recebe um paciente é preciso que **tu instale também esse lugar de alteridade** pra que algo dentro da clínica se produza e o lugar de alteridade que tu vai tá oferecendo, é justamente dizer assim: **tem uma assimetria, né, tem uma diferença entre eu-analista-que-vou-escutar e o paciente-que-vai-falar**. Tem uma **assimetria** entre eu-que-estou-num-lugar que sei que tem um outro que me procura e que me põe num lugar de tudo-saber, num lugar de certo poder e sabendo disso eu preciso olhar praquele sujeito num lugar de que eu também não, não goze com esse lugar dele de fragilidade, né, é-é assim, a clínica tá o tempo inteiro regida, né, por esse reconhecimento da alteridade onde vigora esse interdito. Isso que se fala muito dos psicanalistas, né, ah, mas os psicanalistas não neutros. Não. Não é que os psicanalistas são neutros, eles têm que lidar com um lugar de abstinência, né, abstinência é isso, assim, é-é-é **poder ocupar um lugar onde um interdito se estabeleça**, né, não é tu não poder sorrir prum paciente, rir com o paciente, às vezes até te emocionar quando um paciente te diz, **mas é estabelecer algo dessa diferença**, né, sabe, assim, onde eu-psicanalista também tô regida por uma lei simbólica, né, é quase que, tem dois lugares, o lugar do divã do analis' do paciente no divã e o lugar do analista na poltrona, né, são dois lugares distintos, né, e que **a partir desses dois lugares distintos se produz algo diferente...**

Oferecer e instalar uma assimetria, ocupar um lugar onde um interdito se estabeleça, onde leis estejam operando (lei da livre associação, lei da atenção flutuante, a já citada lei da interdição), onde a psicanalista é abstinente perante o que tange o amor transferencial posto no processo analítico; reconhecer lugares não só em divã e poltrona, mas lugares simbólicos e diferentes para que algo se produza, tudo vai ao encontro do que Lacan propõe que seja a posição da psicanálise, impondo ao outro que existe um furo no saber e que o reconhece como sujeito barrado ao saber (\$).

Esse Discurso do Analista, estando vinculado ao saber inconsciente, não produz um saber originário do significante-mestre, mas faz circular a lógica dos significantes determinantes do sujeito (S²).

Na produção dos quatro discursos, um elemento vai governar, determinar e transformar os outros elementos. No Discurso do Mestre, a dominante é a lei; no Discurso da Histórica, a dominante é o sintoma; no Discurso da Universidade, é o saber que vai dominar; e no Discurso do Analista, é a angústia, o mais gozar. Na produção dos quatro discursos, o único que vai considerar o outro como sujeito é o Discurso do Analista, que mobiliza o sujeito para que ele fale de si, que ele produza um saber sobre si.

O sujeito não é aquele que pensa. O sujeito é, propriamente, aquele que engajamos, não, como dizemos a ele para encantá-lo, a dizer tudo – não

se pode dizer tudo – mas a dizer besteiras. É com essas besteiras que vamos fazer análise. [...] É justamente na medida em que ele não quer mesmo mais pensar, o homenzinho, que se saberá talvez um pouco mais dele, que se tirará algumas consequências dos ditos – ditos que não podemos nos desdizer, é a regra do jogo (Lacan, 1992c, p. 33).

Outra modalidade de Outro apresentada por Lacan (1992c, p. 36) é o Outro gozo, *Heteros*. Assim como na fórmula “objeto a causa de desejo”, o autor vai criar outra fórmula que explica a causa do gozo: “significante é a causa do gozo”. Portanto, o *significante* se situa no nível da substância gozante. Esse Outro gozo está em torno de uma modalidade de satisfação. A experiência do Outro gozo paradoxalmente é uma experiência em que o sujeito se defende, apesar de ser uma experiência impossível.

Nas fórmulas de sexuação desenvolvidas por Lacan, *Heteros* se encontra do lado feminino na partilha dos sexos. E se o um do amor não existe, deparando-se com a dimensão do real, isso marca a impossibilidade de representação. Outro gozo abre para uma relação com o outro que insiste em radicalmente mostrar-se diferente, que surpreende e é imprevisível. Ali, onde o sujeito goza, é onde está seu excesso, o inominável, o traumático, o objeto *a*, aquilo a que o sujeito não quer renunciar, aquilo que é fonte da mais fervorosa angústia, e por isso está intimamente ligado à repetição, *thanatos*, pulsão de morte:

A gente o recalca, o tal gozo, porque não convém que ele seja dito, e isto justamente pela razão de que o dizer não pode ser senão isto — como gozo, ele não convém. Já adiantei isto há pouco pelo viés de ele não ser aquele que é preciso, mas o que não é preciso. O recalque só se produz a atestar em todos os dizeres, no menor dos dizeres, o que implica esse dizer, que venho de enunciar, de que o gozo não convém – *non decet* – à relação sexual. Por causa de ele falar, o tal gozo, ela, a relação sexual, não há (Lacan, 1992c, p. 83).

Heteros vai indicar uma ruptura na lógica fálica de complemento, que é radicalmente *suplementar*. Nas formulações da partilha dos sexos, é importante reiterar que Lacan se refere à diferença sexual como *significantes* – portanto, feminino/masculino, mulher/homem são significantes que vão representar o desejo dentro da lógica fálica, em que o sujeito vai buscar com muita potência e insistentemente unir o desejo ao objeto, ao Um. Portanto, *Heteros*, como Outro gozo, admite o caráter impossível de se escrever, pois a linguagem não o apreende (Lacan, 1992c).

A discussão sobre alteridade por meio das modalidades do Outro, as quais apresentamos (pequeno outro, grande Outro, o objeto *a*, o Outro do laço social articulado aos quatro discursos e o Outro gozo, *Heteros*), perpassam pela travessia do sujeito na relação com os outros e pelos outros.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O que acontece quando não se elege uma língua como centro? Lacan, por exemplo, propõe um discurso analítico que deixa à margem o significado, indicando um descentramento. Vêm à lembrança muitos relatos de pacientes que falam na teoria do trauma, no qual existe essa fantasia de que no ponto central, sempre localizável no tempo, no espaço e na narrativa, estariam con-

centradas todas as peripécias dos sofrimentos posteriores ao marco do trauma. A subversão, na produção do que ocorre no discurso analítico, que é tão difícil de sustentar, por provocar justamente seu descentramento, não é apenas mudar o ponto de rotação, mas “[...] ter-se substituído o *isso gira* por um *isso cai*” (Lacan, 1992c, p. 59).

esses lugares quebram muito o tradicional da clínica... e eu sou muito atravessada por esse desejo de apostar em coisas um pouco fora do *setting*... **Fora? Do quê? Do centro? Do que alguém definiu? Aí que tá! Eu não acho que é fora, eu acho que é possível, são construções e são exercícios de alteridade também, por que não?** Por exemplo, quando eu penso num sujeito ético... eu penso que a gente se constrói nesses contatos com o outros... nessas trocas e que isso nos obriga a tomar uma responsabilidade diante do que a gente faz e a gente fala... das escolhas... uma experiência de humanização e de poder ter uma abertura pro outro... se lançar nas experiências [risos].

As três feridas narcísicas, às quais Freud (2010, p. 186) se referiu como dolorosos golpes à humanidade, são: a Terra não é o centro, Deus não é o poderoso criador da mulher e nem essa mulher é a senhora em sua própria casa. Esses golpes, segundo Lacan (1992c), parecem não ter ferido tanto o rosto de mulher que logo buscou substituir, muitíssimo bem, o centro pelo Sol. E o que sabemos sobre o Sol? Sabemos que existem tantas outras milhões de galáxias e que é a isso que chamamos de espaço e a que damos o nome de ser infinito. Mas por que haveria a Via Láctea de ser o centro?

O que resta no centro é essa boa rotina que faz com que o significado guarde, no fim das contas, sempre o mesmo sentido. Este sentido é dado pelo sentimento, que cada um tem, de fazer parte de seu mundo, quer dizer, de sua familiazinha e de tudo que gira ao redor (Lacan, 1992c, p. 59).

O esforço feito de posicionamento de psicanalistas que escutamos explícita o questionar os centros, questionar os sentidos e, dessa maneira, reconhecer o outro que nos atravessa. A alteridade se apresenta como possibilidade de mudança daquilo que estava predefinido, acompanhando o movimento de *isso cai*, e produzindo uma ruptura ao que havia se convencido *centro e sentido*, inventando outra leitura possível.

Reconhecer a alteridade como atravessando o sujeito, a linguagem, bem como procurar trabalhar com essa perspectiva, revela-se desafiador tanto no ofício que se procura construir na prática clínica quanto no ofício que se procura construir na pesquisa. Ainda que não se configurem como campos separados, temos o singular de cada um, o indecível, os efeitos que podem nos oferecer algum caminho, para além dos pressupostos das certezas e dos cálculos estabelecidos a priori. Assim, parece que o campo da ética é o que baliza esses ofícios. O campo necessariamente atravessado pela alteridade.

NOTAS

3. Frase faz referência ao texto de Manoel de Barros, intitulado *O livro das ignoranças* – “Ando muito completo de vazios” (2007, p. 55).
4. Trecho da música sob o título *Transbordar* do grupo Mimo composta por Giana Cervi, Vê Domingos e Bruno Kohl.

REFERÊNCIAS

- Albrecht, F. (2020). **Faz sina tua diferença: alteridade em Lacan e Derrida e ressonâncias na prática clínica** (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.
- Barros, M. (2007). **O livro das ignoranças**. Rio de Janeiro: Record.
- FREUD, Sigmund. (2010) Uma Dificuldade da Psicanálise. Em: **História de uma neurose infantil, O homem dos Lobos e outros textos**. Obras Completas, Vol. 14. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2010, pp. 179-187.
- Grupo Mimo. (2017, novembro 2). **Transbordar**. [Arquivo de vídeo]. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=tMh4I16U0Zg>
- Joyce, J. (2003). **Finnegans Wake / Finnicus Revém** (D. Schüler, Trad.). Cotia: Ateliê Editorial.
- Lacan, J. (1992b). **O seminário – livro 17. O avesso da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Lacan, J. (1992c). **O seminário – livro 20. Mais, ainda**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Lacan, J. (1998). O estágio do espelho como formador da função do Eu (pp. 96-103). In: Lacan, J. **Escritos** (V. Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Lacan, J. (2003a). O aturdido (pp. 448-497). In: Lacan, J. **Outros escritos** (V. Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Lacan, J. (2012). Na base da diferença dos sexos. In: Lacan, J. **O seminário – livro 19. ...ou pior**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Queiroz, E. F. (2014). O singular do caso clínico: uma proposta metodológica em psicanálise. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, 66(3).
- Quinet, A. (2012). **Os outros em Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Rosa, M. D. (2004). A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. **Mal-Estar e Subjetividade**, 4(2), 329-348. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/malestar/v4n2/08.pdf>
- Rosa, M. D., & Domingues, E. (2010). O método na pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos: a utilização da entrevista e da observação. **Psicologia e Sociedade**, 22(1), 180-188.
- Sousa, E. L. A. (2000). (A vida entre parênteses): o caso clínico como ficção. **Psicologia Clínica**, 12(1), 11-19.

UM SEDUTOR NA CRIPTA: ARTICULAÇÕES ENTRE LAPLANCHE E TOROK

SEDUCER IN THE CRYPT: ARTICULATIONS BETWEEN LAPLANCHE AND TOROK

Bruna Luzia Garcia de Oliveira¹

Emanuelly Jackeliny Psissinati Martins²

Gustavo Adolfo Ramos Mello Neto³

Gustavo Angeli⁴

Larissa da Cruz Lima⁵

Monia Karine Azevedo⁶

¹ Psicóloga, mestre em psicologia pela Universidade Estadual de Maringá. E-mail: brunagarciapsico@gmail.com

² Psicóloga, doutoranda e mestre em psicologia pela Universidade Estadual de Maringá. E-mail: emanuely.psi@gmail.com

³ Psicólogo, pós-doutorado em psicanálise na Université de Paris VII, professor da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: garmneto@gmail.com

⁴ Psicólogo, doutorando em psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina, mestre em psicologia da Universidade Estadual de Maringá, docente do Curso de Psicologia no Centro Universitário de Brusque – Unifebe. E-mail: gustavoangeli@gmail.com

⁵ Psicóloga, mestre em psicologia pela Universidade Estadual de Maringá. E-mail: larissadacruzlima@gmail.com

⁶ Psicóloga, mestre em psicologia da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: monia_azevedo@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho realiza uma aproximação entre duas teorias psicanalíticas. A primeira é a teoria da sedução generalizada desenvolvida por Jean Laplanche, e tem por base uma retomada da primeira teoria da sedução de Freud. A outra é a teoria de Nicolas Abraham e Maria Torok, um trabalho sobre as influências do traumático no psiquismo e novos conceitos para a estruturação psíquica. As aproximações encontradas entre essas teorias foram proposições de mensagem intrometida e do conteúdo encriptado; o destino dessas mensagens, as propostas de inconsciente encravado e cripta; e aproximações entre as concepções de trauma de ambas as teorias.

Palavras-chave: Teoria da sedução generalizada. Abraham e Torok. Trauma.

Abstract: The present work aims to make an approximation between two theories. The first is the generalized seduction theory, which was developed by Jean Laplanche, based on Freud's first theory of seduction. The other is the theory of Nicolas Abraham and Maria Torok, a study of traumatic influences in the psyche, and new concepts for psychic structuring. The approximations found between these theories were propositions of nosy message and encrypted content; the destination of these messages, the proposals for ingrown unconscious and crypt; and approximations between the conceptions of trauma in both theories..

Keywords: Generalized seduction theory. Abraham and Torok. Trauma.

O presente artigo objetiva analisar possíveis encontros entre a teoria da sedução generalizada de Jean Laplanche e algumas formulações teóricas de Nicolas Abraham e Maria Torok. Nesse sentido, tomamos como base a obra de Jean Laplanche (1992) *Novos fundamentos para a psicanálise* e *Os caminhos do trauma em Nicolas Abraham e Maria Torok* de Suzana Pons Antunes (2003).

A psicanálise é um campo teórico com produções de autores que falam desde os mais variados lugares, que partem de diferentes contextos clínicos e têm influências distintas na construção de seus pensamentos. O ponto de encontro entre os teóricos é a referência direta ou indireta a Freud e/ou seus discípulos, e, principalmente, o objeto de estudo: o inconsciente. Justamente por todos possuírem uma leitura psicanalítica e um objeto de teorização em comum, não podem, a nosso ver, escapar a aproximações em suas construções teóricas. Assim é o caso no que tange às teorias de Jean Laplanche e do casal húngaro Nicolas Abraham e Maria Torok. São teorias muito diferentes, mas com pontos semelhantes, sobretudo porque ambas se reivindicam de um “ancestral” em comum: as ideias de Sándor Ferenczi (2011a).

Laplanche foi um teórico da terceira geração da psicanálise que se preocupava com o “desvio biologizante” da obra de Freud, ou seja, o alinhamento que havia sido criado entre a psicanálise e as ciências naturais na tentativa de explicar as pulsões e outros fundamentos dessa teoria. Laplanche tentava “corrigir tendências naturalistas, positivistas e funcionalistas da teoria freudiana” e realinhá-la às ciências humanas (Campos, 2012, p. 25).

Sua extensa interpretação da obra freudiana culminou em uma compreensão original do psiquismo – a teoria da sedução generalizada (TSG) –, retomando a primeira teoria da sedução de Freud, que fora por este abandonada em prol da teoria do fantasma. Em uma releitura, Laplanche repensa a sedução provinda do outro, sempre presente no lidar com a criança, como traumatizante e constituinte da subjetividade (Laplanche, 1992).

Nicolas Abraham e Maria Torok foram dois psicanalistas franceses, de origem húngara, que produziram suas teorias a partir dos anos 1960. Com o falecimento de Abraham, em 1975, Maria Torok deu continuidade à produção e depois se vinculou ao sobrinho de Abraham – Nicolas Rand – com quem desenvolveu alguns trabalhos e com quem se casou após a morte do primeiro. Abraham e Torok produziram estudos significativos, entre eles aquele sobre transmissão de segredos familiares e sua relação com a formação do fantasma e aquilo que os autores denominaram *cripta*, bem como com o fenômeno do luto patológico (Mijolla, 2002).

O SEDUTOR

A teoria da sedução generalizada se contrapõe à teoria da sedução restrita de Freud. De acordo com Laplanche (1992), Freud, em sua carta a Fliess de 1897, abandona demasiadamente cedo a teoria da sedução, de forma que esta última fica restrita ao patológico e ao comportamento perverso do adulto. Para Laplanche (1992), porém, a sedução não se restringe somente às relações de um adulto perverso com uma criança, mas parece ser algo bem mais generalizado, pois na relação do adulto com a criança, que no princípio se dá sobretudo através dos cuidados corporais, produzem-se mensagens, no sentido do primeiro para a segunda, incrustadas, digamos, por elementos inconscientes e, como tais, de natureza sexual e de uma sexualidade polimórfica.

Em *Novos fundamentos para a psicanálise*, Laplanche (1992), ao se questionar sobre o originário humano, ou seja, aquilo que, para além das contingências, deve existir e produzir um sujeito, propõe a ideia de uma situação antropológica fundamental (SAF). Em suas palavras, “a situação originária é o confronto do recém-nascido, da criança no sentido etimológico do termo, aquele que ainda não fala, com o mundo adulto” (Laplanche, 1992, p. 96). Dessa forma,

ARTIGO

independentemente da cultura, da organização da sociedade e se é o pai ou a mãe quem cuida e fornece os elementos essenciais para a autoconservação do bebê, sempre deverá existir um adulto que se torne responsável por assegurar a sobrevivência do recém-nascido, pois este não tem de início recursos adaptativos suficientes para garantir sua vida. Nesse ponto, Laplanche (1992) demarca o universal de sua teoria: há filhos e pais, e os filhos precisam de auxílio para garantir sua sobrevivência e, enquanto isso ocorrer, o processo assimétrico de implantação de mensagens inconscientes do adulto na criança também estará ocorrendo.

Laplanche (1992) sublinha o desamparo do recém-nascido não somente em relação à manutenção de sua vida, mas também diante da sexualidade. A criança necessita de alguém que forneça os elementos básicos para preservação de sua existência física, como a comida e a higiene, e também que a provoque, a partir dos cuidados, pelo desejo. O desamparo é entendido como “o estado de um ser que, se entregue a si mesmo, é incapaz de ajudar-se por conta própria: precisa, portanto, de ajuda externa” (Laplanche, 1992, p. 104).

Nesse estado de insuficiência, a criança deixa-se cuidar pelo adulto como única forma de garantir sua sobrevivência. A comunicação da criança para o adulto se dá, então, com base na autoconservação; já na do adulto para a criança, os elementos autoconservativos estão parasitados pelo sexual polimórfico. “Há um verdadeiro desencontro entre a via que percorre a criança e a que percorre a mãe” (Laplanche, 1992, p. 105). Isso lembra bastante as ideias que Ferenczi (2011a) registra em seu *Confusão de línguas entre os adultos e a criança*. No ato de uma sedução de fato, um abuso de uma criança por um adulto amado, haveria uma confusão: a criança exprimir-se-ia na língua da ternura e o adulto, por sua vez, na língua da paixão, de forma que a confusão que daí resultaria daria num episódio sexual em que o adulto confunde a ternura da criança com paixão. O adulto, pois, muitas vezes arrependido, se sentindo culpado e amedrontado, pede segredo à criança, frequentemente a ameaça. Daí surge um segredo invencível e traumático. Mais que isso, ela se identifica com a culpa do adulto, de forma que seu segredo se torna culposos e motivo da vergonha. O grande desencontro de que fala Laplanche seria, pois, entre o que o adulto comunica à criança e o que ela tem de recursos para significar o que lhe foi comunicado.

A relação originária se estabelece, devido a isto, num duplo registro: uma relação vital, aberta, recíproca, que podemos dizer perfeitamente interativa, e uma relação onde está implicado o sexual, onde a interação não ocorre mais, pois a balança é desigual (Laplanche, 1992, p. 111).

O originário seria uma criança desadaptada ao mundo e um adulto “desviante” em relação à sua própria sexualidade. A criança aí funciona como um provocador, sem que ela faça nada, uma vez que somente a sua presença faz movimentar no adulto o infantil, o polimórfico perverso. Ora, trata-se, aí, de uma “balança desigual”, pois se a criança solicita ternura e amparo, o adulto, por sua vez, oferece a sexualidade, seu inconsciente. Assim chegamos ao ponto crucial da teoria da sedução generalizada: a sedução, entendida pela assimetria na relação do adulto que envia sua mensagem à criança.

Para Laplanche (1992), a criança estaria em um estado de imaturidade, de incapacidade, de insuficiência em relação ao que lhe acontece. Dessa forma, ela toma a forma passiva, a “forma” do seduzido. Uma relação de atividade-passividade, marcada sobretudo pelo inconsciente do adulto.

De acordo com Laplanche (1992), a sedução do adulto em relação à criança ocorre através desse deixar-se desviar da criança a partir das mensagens comprometidas pelo sexual dos adultos. Nos cuidados básicos com a criança, o adulto marca o recém-nascido com significantes enigmáticos, ou seja, mensagens provenientes de seu inconsciente e enigmáticas pelo fato de o seu próprio produtor desconhecer seu significado. “Essas mensagens enigmáticas suscitam um trabalho de domínio e de simbolização difícil, para não dizer impossível, que necessariamente deixa para trás restos inconscientes, *fueros*, dizia Freud, a que chamamos de “objetos-fontes” da pulsão” (Laplanche, 1992, p. 138). Nesse sentido, o adulto, ao transmitir mensagens enigmáticas para a criança, a impele a um trabalho de constante tradução.

Dito de outro modo, essa defasagem decorrente da balança desigual entre o adulto e a criança seria o terreno para o trauma. O aspecto traumático estaria no fato de a criança não ter condições de elaborar (metabolizar) a mensagem do outro, adulto, de maneira que isso transborda em seu psiquismo elementar. Se pensarmos no próprio exemplo que Laplanche (1992) fornece, o do sujeito que, na infância, viu o coito dos pais, sem que estes percebessem – aí está uma forma de sedução –, e cuja excitação foi-lhe traumática, temos então que o que faz transbordar o psiquismo é a excitação provocada pela implantação feita pelo adulto. O sujeito criança não pode nem fazer significar plenamente e nem dominar tal excitação.

O mundo do adulto com o qual a criança se depara não é um mundo objetivo, mas sim composto por mensagens que questionam a criança antes que ela possa compreendê-las. Diz o autor:

Pelo termo sedução originária qualificamos, portanto, esta situação na qual o adulto propõe à criança significantes não verbais tanto quanto verbais, e até comportamentais, impregnados de significações sexuais inconscientes (Laplanche, 1992, p. 134).

Essas mensagens enigmáticas suscitam um trabalho de domínio e de simbolização, seriam excessivas e deixariam restos inconscientes que necessitariam de tradução (Laplanche, 1992). O conceito de *après-coup* (*Nachträglichkeit*, em alemão, que se pode traduzir em português como “com posterioridade”) é retomado por Laplanche (1992) para a psicanálise, a fim de permitir uma melhor compreensão do constante movimento de tradução que o humano realiza. Cada um interpreta seu passado em função de seu presente, tendo em vista que o passado é marcado pela implantação do enigma do adulto e demanda uma elaboração.

Nesse sentido, pode-se pensar em um movimento retroativo ou progressivo. O homem adulto recorda seu passado a partir das referências de seu presente, de forma que este último contamina o primeiro, e o passado determina o presente, assim como o futuro. Tais movimentos não se eliminam, mas ocorrem paralelamente, diante de uma demanda constante de tradução das mensagens enigmáticas. Esses movimentos podem ser interpretados a partir da ideia de tradução. O significante do outro adulto só é traduzido, isto é, elaborado no *après-coup*, de forma que mesmo que o passado, a implantação, seja determinante para o presente, a sua tradução só é possível com elementos significantes do presente, o que por sua vez determinará o futuro.

A sedução originária funda, pois, um movimento de tradução-destratradução-retradução ao longo da vida. Partes não traduzidas formaram nosso incons-

ARTIGO

ciente, e ao longo do tempo, a partir de novos elementos que entram em cena, poderemos elaborar ou simbolizar aquilo que estava em espera. Do mesmo modo, como podemos desconstruir o que foi traduzido e retraduzir (é sobretudo isso que ocorre em análise)? Ou seja, surge um sujeito e um constante movimento para dar conta do enigma do outro, pois, afinal de contas, como responder: “O que ele quer de mim, além de me aleitar e, no fim das contas, por que ele quer me aleitar?” (Laplanche, 1992, p. 135). Dito isso, vejamos agora algo sobre o trabalho de Abraham e Torok.

A CRIPTA

O casal de autores húngaros, Nicolas Abraham e Maria Torok, dedicou-se ao estudo das influências do traumático no psiquismo e, a partir de suas pesquisas sobre o trauma e introjeção, desenvolveram novos conceitos para a estruturação psíquica no campo da psicanálise. Abraham e Torok (1995) ressaltam a herança e a transmissão de aspectos psíquicos dos familiares na constituição do aparelho psíquico. A ênfase é dada ao segredo familiar proveniente de alguma experiência, sobretudo de natureza sexual, que tenha sido traumática, mas que foi silenciada de alguma maneira – seja ignorada, seja negada – e que, mesmo assim, é sentida como um evento vergonhoso. Eventos como esse podem afetar tanto os próprios sujeitos que os protagonizam quanto outras gerações.

O que há de inovador nessa teoria é a maneira pela qual é vista a vivência de eventos vergonhosos. Tais eventos são tratados como um segredo compartilhado com uma das figuras que o provocou. No momento do acontecimento há uma elevação libidinal provocada pelo objeto. Quando ocorre a perda do objeto por morte, tem-se novamente essa elevação, acompanhada do sentimento de transgressão. Sem que o digam, os autores estão buscando as consequências da situação traumática a que se refere Ferenczi em *Confusão de língua entre os adultos e a criança* (Ferenczi, 2011a).

O trauma, portanto, é uma problemática central nos trabalhos de Abraham e Torok (Antunes, 2003) e aí se faz notar forte influência de Sándor Ferenczi. Para estes, o trauma não pode ser dito, nem nomeado, e permanece congelado, petrificado, em uma parte não integrada do psiquismo, o que de algum modo trava o funcionamento do aparelho psíquico. Há um entrave à elaboração do evento subjetivo que produz o trauma (Antunes, 2003), o qual se manifesta na perda do objeto que provocou o evento vergonhoso, e o mesmo evento se tornou um segredo (Abraham & Torok, 1995).

Desse segredo os autores “extraem” e estruturam o conceito de cripta: esta seria resultante da vergonha e da situação de invasão sexual que necessita ser mantida em segredo na estrutura psíquica. Assim, Abraham e Torok (1995) chamam atenção para o luto patológico, em que os principais aspectos são o segredo e a vergonha, que dariam origem à cripta. Vejamos que a palavra cripta, na linguagem comum, designa um local subterrâneo em que eram enterrados os padres na Idade Média e que podem ser vistos até hoje. Portanto, é lugar de algo morto, mas conservado. Cripta também quer dizer, na linguagem comum, algo que diz respeito ao que há de mais íntimo no sujeito – essa é a definição metafórica (Houaiss, 2009). Aparentemente, é essa segunda definição a que mais se aproxima do conceito de Abraham e Torok. No entanto, podemos tomar as duas, metaforizando também a primeira, uma vez que o que se encripta, nesse sentido, é algo “morto”, mas “vivo”, encerrado no mais íntimo do ser, como o seria um segredo “inviolável”.

A cripta, para os autores, seria uma espécie de doença do luto, uma vez que o objeto provocador do segredo promoveria um despertar libidinal traumático no sujeito. Quando perdido, tal objeto morto representaria a impossibilidade de elaboração do desejo outrora despertado. Assim, o sujeito permanecería em um estado de fixação e de desejo por esse objeto. Tais sentimentos seriam vividos como impossíveis de serem expressos, por isso, deveriam ser preservados como um segredo sepultado na cripta. Dessa forma, o desejo do sujeito, pela ambivalência do objeto, não poderia ser introjetado e, por isso, foi incorporado, dando origem ao que Abraham e Torok denominam de fixação imaginal (Antunes, 2003).

De acordo com esses autores, na introjeção o desejo é assimilado pelo sujeito através da mediação do objeto.⁷ O primeiro momento da introjeção seria o de a criança preencher a boca vazia com palavras, inserida em um mundo de linguagens e representações em que a presença não precisa ser concreta, de forma que se constitui aí a presença simbólica do objeto; a linguagem supre a ausência do objeto. “A passagem da boca cheia de seio à boca cheia de palavras se efetua por meio da experiência da boca vazia. Aprender a preencher com palavras o vazio da boca é um primeiro paradigma da introjeção” (Abraham & Torok, 1995, p. 246).

A introjeção seria da ordem do processo e da realidade enquanto a incorporação seria da ordem da fantasia (Antunes, 2003). Pela fantasia (incorporativa) o sujeito cria a ideia de que o objeto está dentro de si, o que impede o processo de elaboração e, conseqüentemente, a perda não pode ser verbalizada. Trata-se de um movimento inconsciente no qual o sujeito “engole” o objeto – em sua totalidade ou de forma parcial – e o seu segredo, sem realizar uma mastigação (elaboração). Ou seja, sem realizar o luto, sem poder voltar para si a energia libidinal investida no objeto real e que continua sendo investida agora no objeto fantasiado. A introjeção, portanto, fica impossibilitada, uma vez que, em lugar do simbólico, está a fantasia do objeto dentro (Antunes, 2003).

A incorporação seria uma solução tida como mágica para a perda do objeto; quando o luto não pode ser realizado, o sujeito alucina a presença do objeto dentro de si, ele é “engolido”. A incorporação pressupõe uma desmetaforização e uma objetivação, já que é a própria coisa que permanece encriptada. A incorporação seria

[...] recusar o luto e suas conseqüências, é recusar introduzir em si a parte de si mesmo depositada no que está perdido, é recusar saber o verdadeiro sentido da perda, aquele que faria com que, sabendo, fôssemos outro, em síntese, é recusar sua introjeção. A fantasia de incorporação denuncia uma lacuna no psiquismo, uma falta no lugar preciso em que uma introjeção deveria ter ocorrido (Abraham & Torok, 1995, p. 245).

Dito de outro modo, a fantasia de incorporação atua no sentido de manter congelado o conflito, ou como afirmam Abraham e Torok (1995), em “Luto ou melancolia”, a incorporação não passa de uma fantasia que dá segurança ao ego. Está mais relacionada à compulsão à repetição de algo não elaborado e encriptado do que à representação e elaboração do conflito; a fantasia de incorporação é atuada, não é posta em palavras.

As palavras, as frases, indizíveis e ligadas a lembranças de alto valor libidinal e narcísico, não se acomodam à sua exclusão. Desde sua cripta imaginária em que, desvitalizadas, anestesiadas, dessignificadas, a fantasia

acreditava pô-las em hibernação, as palavras indizíveis não cessam de desenvolver sua ação subversiva (Abraham & Torok, 1955, p. 251).

A cripta seria portadora de um segredo inconfessável e seria formada a partir de um recalçamento patogênico ou conservador. Para Antunes (2003), o recalçamento conservaria em uma parte clivada do ego um desejo inconfessável. A cripta é o lugar em que se esconde esse desejo, segredo, compreendido como vergonhoso e destruidor, que deve ser mantido encriptado, congelado, e do qual não se pode ter palavras para dizê-lo, pelo seu caráter secreto e ameaçador. Entretanto, a cripta não é silenciosa, se mantém pulsante, e os segredos que ela esconde permanecem vivos como se pudessem inundar o sujeito, a partir de uma parte alheia a si mesmo.

Nesse sentido, Antunes (2003) afirma que a perda de um objeto qualificado como narcisicamente indispensável e a impossibilidade de comunicação da perda constituem o caráter críptico das fantasias de incorporação, já que o sujeito não relata o luto do qual é portador, não o significa através da linguagem, está impossibilitado de comunicá-lo pela impossibilidade de introjetar a perda.

É desse modo que, não raramente, o fantasma da cripta se manifesta no sujeito provocando fenômenos estranhos, atos inesperados e sensações aparentemente sem razão. Essa estranheza tem relação com a lacuna provocada pelo segredo instalado no inconsciente, que acaba comprometendo a própria capacidade de simbolizar e afetando não apenas o próprio sujeito, mas também as gerações seguintes, que também serão depositárias da cripta e a “receberão” pela via inconsciente, de forma que ela se manifestará de forma estranha, como um não saber, proveniente de um objeto recalçado. Este passa a ser, para seus receptores, uma sepultura vazia (Antunes, 2003).

Em relação ao luto patológico, o segredo parental funcionaria como uma assombração, que nunca se integra ao aparelho psíquico da criança. O símbolo, nesse caso, não seria resultado da perda de um objeto ou consequência do luto não elaborado, não se trataria de uma cripta, mas seria o efeito da cripta sobre as gerações seguintes (Antunes, 2003).

Segundo Abraham e Torok (1995), a família pode atuar enquanto máquina de influências sobre a criança, fato que pode se dar através do inconsciente da mãe ou da cripta da mãe, o que significa que se não houver segredos, a criança irá se apropriar da linguagem verbal; por outro lado, se houver um segredo inconfessável, a criança irá se ver diante de palavras que lhe colocam um obstáculo intransponível, impedindo sua autonomia e sua inserção no grupo social.

O fantasma seria transmitido, portanto, de uma cripta dos pais para o inconsciente dos filhos. Trata-se de algo transgeracional, fantasma diluído no inconsciente, uma lacuna no dizível, uma lacuna deixada na criança pelo segredo dos pais, uma espécie de maldição.

O SEDUTOR NA CRIPTA: UM ENCONTRO TEÓRICO

Tendo, pois, exposto algo dessas duas teorias, a de Jean Laplanche e a de Abraham e Maria Torok, nos propomos, aqui, a articular possíveis relações entre elas. É importante ressaltar que Abraham e Torok não desenvolveram toda uma teoria do funcionamento psíquico tal qual Laplanche, mas sim produziram conhecimento sobre questões pontuais em relação a esse funcionamento.

Vimos que a teoria de Laplanche propõe uma situação originária que marcaria a fundação do psiquismo infantil através da alteridade, de uma relação assimétrica. A criança se encontra em um estado de desamparo, no qual necessita de cuidados de um adulto para garantir a sua sobrevivência; entretanto, o inconsciente do adulto lhe é excessivo e impele a criança a um trabalho de tradução que nunca é inteiramente bem-sucedido, pois sempre ficam restos. Para essa tradução ela conta com assistentes de tradução oferecidos pelo outro e pela cultura. Como dissemos, trata-se de mensagens enigmáticas para a criança, que não pode decifrá-las nem imediata e nem inteiramente, e para o adulto, pelo fato de estarem comprometidas pelo seu inconsciente.

Laplanche (2005) apresenta duas modalidades de veiculação das mensagens enigmáticas: a mensagem implantada e a mensagem intrometida. Segundo o autor, a forma “normal” e neurótica é a implantação de mensagens. Nessa modalidade há a ligação a representações e a mensagem está sujeita ao processo de tradução. Nesse momento, de passivo que o sujeito era em relação ao adulto, torna-se ativo no processo de decifração. Quanto ao recalçamento, Bleichmar (1994) traz-nos a ideia de que o processo de implantação produz “restos”, ou representações-coisa, como remanescentes não traduzidos do processo. Logo, não se chega a uma tradução absoluta do conteúdo admitido. Essas mensagens são recalçadas, alojadas no inconsciente, podendo ser acessadas pelo processo psicanalítico.

Já no que tange às mensagens intrometidas, estas se caracterizam pela inserção violenta do conteúdo. Laplanche (2005) afirma que se trata de mensagens cuja metabolização é impossível. Elas provocam um bloqueio do processo de metabolização, de forma que são colocadas no interior do “organismo” sem passar pela tradução.

Um tipo de mensagem intrometida é a cena originária. Esta possui um conteúdo “de violência, selvageria, castração e analidade” (Laplanche, 2001 como citado em Rodrigues, 2013, p. 36). Justamente pelo seu caráter violento e excessivo, essas mensagens não passam pela tradução, e, por isso, nem pelo recalçamento. Medeiros (2012) supõe que a mensagem intrometida é aceita pelo inconsciente tal qual foi inserida.

Para Bleichmar (1994), as mensagens intrometidas mantêm-se no psiquismo como signos de percepção, ou seja, não se inscrevem, ficam ali tal qual adentraram. Cardoso (2002) acrescenta que essas mensagens que não podem ser metabolizadas permanecem no psiquismo em estado bruto “forçando-o” a agir. Dessa forma, as mensagens intrometidas atuam como imperativos que impõem à repetição compulsiva e fragmentada.

A mensagem intrometida de Laplanche remete-nos imediatamente, pois, à proposta de Abraham e Torok sobre o conteúdo encriptado. Lembremos que para Abraham e Torok existem experiências que não chegam a passar por uma via da significação, que não encontram terreno propício para serem metabolizadas e vinculadas no psiquismo, “por ausência, carência ou sedução do objeto” (Abraham & Torok, 1968 como citado em Antunes, 2003, p. 61).

A nosso ver, cada uma dessas formas de admissão da mensagem pode ser comparada ao que foi proposto por Abraham e Torok (1995), como incorporação e introjeção. É possível, assim, pensar numa aproximação da mensagem implantada com o que processo de introjeção, ou seja, que a mensagem seja implantada pelo processo de introjeção. Isso porque tanto um como outro tem por premissa a metabolização do conteúdo por processos simbólicos. Quanto à

mensagem intrometida, podemos colocá-la lado a lado com o que Abraham e Torok (1995), influenciados por Ferenczi, como se sabe, chamam de incorporação, isso porque ambas falam sobre um “englobamento” de conteúdos sem que se passe pela metabolização.

Por fim, como Abraham e Torok (1995) afirmam que os conteúdos encriptados assim o são devido à não realização do processo de introjeção, tendo como destino a incorporação, podemos pensar aqui que existem semelhanças entre os conteúdos encriptados do casal de autores e a mensagem intrometida de Laplanche. Isso porque ambas guardam ligação com o processo de introjeção proposto por Ferenczi (2011c). No caso de Abraham e Torok (1995), tal ligação é clara e apontada pelos autores; já no caso de Laplanche, tal relação precisa ser inferida.

Cabe também fazer uma comparação entre o “local de armazenamento” dos conteúdos encriptados e as mensagens intrometidas em ambas as teorias.

De acordo com Laplanche (2003), existem três inconscientes: recalçado, encravado e mito-simbólico, que é um pseudoinconsciente. Interessa-nos distinguir os dois primeiros. O inconsciente recalçado é o inconsciente propriamente dito, freudiano. Já o inconsciente encravado é onde permanecem as mensagens não traduzidas – sejam “restos” de mensagens que foram parcialmente traduzidas, sejam mensagens em que se deu o fracasso total da tradução (intrometidas).

Assim, para Laplanche (2003), o inconsciente encravado possui uma parcela de conteúdos não traduzidos que aguardam tradução, mas também compreende conteúdos não metabolizáveis, cuja simbolização ou tradução é impossível. Dessa forma, o inconsciente encravado de Laplanche consiste em um reduto de conteúdos não traduzidos, incluindo as mensagens anteriormente descritas como intrometidas.

Abraham e Torok (1995), em sua teoria, propõem um “novo” espaço psíquico para os conteúdos que adentram o psiquismo pelo processo de incorporação, ou seja, os conteúdos encriptados. Segundo eles, o conteúdo incorporado não vai para o inconsciente dinâmico, mas mantém-se em uma espécie de “limbo” psíquico.

Segundo Antunes (2003), esse conteúdo que é “engolido” por inteiro, como coisa em si, é mantido em uma área clivada do ego – a cripta; “essa cripta corresponde a um lugar definido. Não é nem o inconsciente dinâmico, nem o ego da introjeção. Seria antes como um território encravado entre os dois, espécie de inconsciente artificial, instalado no próprio seio do ego” (Abraham & Torok, 1971 como citado em Antunes, 2003, p. 71).

Vemos que para Laplanche o inconsciente encravado absorve o conteúdo que poderíamos chamar de incorporado e também os restos não traduzidos que estariam ali aguardando uma tradução. Já a cripta de Abraham e Torok (1995) está reservada para os conteúdos incorporados. Jaz ali apenas aquilo que foi absorvido por completo e não passou por processo algum de metabolização. Nessa comparação que se está estabelecendo entre ambas as teorias, pode-se pensar que o inconsciente encravado e a cripta guardam semelhanças quanto ao conteúdo que lhes pertence, sendo que o inconsciente encravado de Laplanche seria mais abrangente do que a cripta de Abraham e Torok.

Já em relação à concepção de trauma nas duas teorias, cabe retomar o texto de Ferenczi, *Confusão de línguas entre os adultos e a criança* (1911a), no qual o autor trata das repetições de eventos traumáticos e do traumatismo sexual como fator patogênico.

Em uma situação de abuso sexual, é como se a criança se anulasse e se identificasse com o agressor, através do sentimento de culpa. Segundo Ferenczi (2011a), esse processo ocorre pela introjeção do agressor, que desaparece enquanto realidade exterior, tornando-se intrapsíquico, o que vai provocar a erupção do sentimento de culpa.

De acordo com Ferenczi (2011a), a criança fala a linguagem da ternura e o adulto a linguagem da paixão, do sexual; trata-se de uma confusão de línguas entre o adulto e a criança, que daria origem ao trauma. Nesse sentido, podemos retomar as considerações de Laplanche (1992) acerca do terreno para o trauma, que seria construído a partir das mensagens enigmáticas transmitidas pelo adulto para a criança.

O enigmático de Laplanche (1992) é passível de ser simbolizado e traduzido, assim como Abraham e Torok (1995) entendem a simbolização como uma passagem a um nível superior. A criança, ao tentar traduzir essa mensagem, se vê em defasagem; porém, através da revivescência dessa cena traumática a partir de uma segunda cena em um segundo tempo, e através dos assistentes de tradução oferecidos pela cultura, poderá também criar meios de simbolizar esse conflito (Laplanche, 2003).

Pensamos que essa tradução vai ao encontro do que Abraham e Torok afirmam sobre o caráter do desenvolvimento da simbolização: que sempre visaria à ascensão a um nível de desenvolvimento mais elevado, entretanto, considerando que um símbolo não representa outro, mas que um conflito, ao ser simbolizado, carrega consigo algo a mais em relação ao conflito anterior. Trata-se de traduções-destruções-retraduções que impulsionam o desenvolvimento do sujeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve por objetivo realizar uma aproximação entre duas teorias: uma, a teoria da sedução generalizada (TSG) desenvolvida pelo psicanalista francês Jean Laplanche, e resultado de anos de estudo dos trabalhos escritos por Freud, e outra, a teoria de Nicolas Abraham e Maria Torok, casal também francês, mas de origem húngara. Compararam-se as ideias de mensagem intrometida e de conteúdo encriptado, e a semelhança encontrada foi muito grande. Isso se deve muito possivelmente ao fato de que ambas as teorias inspiram-se de algum modo na obra de Ferenczi e, sobretudo, no seu conceito de incorporação. Outra aproximação pontuada diz respeito ao destino dessas mensagens/conteúdos, ou seja, as propostas de inconsciente encravado e cripta. Neste último item, chegou-se à compreensão de que ambos contêm conteúdos provenientes do processo de incorporação, mas não se trata de conceitos equivalentes, haja vista que o inconsciente encravado é um conceito mais abrangente do que a cripta. Além do mais, foi possível observar também uma aproximação nos conceitos de trauma de ambas as teorias.

NOTA

7. Introjeção, como se sabe bem, é um conceito formulado por Ferenczi. Ela se encontra na relação com qualquer objeto, na transformação e apropriação dos interesses do ego no mundo exterior. Nesse sentido, o autor (Ferenczi 2011b) considera todo amor objetual e toda transferência como uma introjeção, ou seja, extensão e introdução do outro no próprio ego. A introjeção se refere à “exten-

ARTIGO

são ao mundo externo do interesse, autoerótico na origem, pela introdução dos objetos exteriores na esfera do ego” (Ferenczi, 2011b, p. 209). O autor ainda propõe a introjeção como um processo inverso à projeção, ou seja, se o paranoico projeta as emoções (amor, ódio) para o mundo exterior, o neurótico objetiva a inclusão de seus interesses do exterior, para fazer objeto de suas fantasias (Ferenczi 2011c). “O ‘ego’ do neurótico é patologicamente dilatado, ao passo que o paranoico sofre, por assim dizer, uma contração do ‘ego’” (Ferenczi, 1909c, p. 95).

REFERÊNCIAS

- Abraham, N., & Torok, M. (1995). Luto ou melancolia (pp. 243-257). In: Abraham, N., & Torok, M. **A casca e o núcleo**. São Paulo: Escuta.
- Antunes, S. P. (2003). **Os caminhos do trauma em Nicolas Abraham e Maria Torok**. São Paulo: Escuta.
- Bleichmar, S. (1994). **A fundação do inconsciente: destinos da pulsão, destinos do sujeito**. (K. B. Behr, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas Sul.
- Campos, E. B. V. (2012). Os fundamentos da constituição subjetiva segundo Laplanche. **Impulso**, 22(55), 21-34.
- Cardoso, M. R. (2002). **Superego**. São Paulo: Escuta.
- Ferenczi, S. (2011a). Confusão de línguas entre os adultos e a criança. In: Ferenczi, S. **Obras completas** (Vol. IV). São Paulo: Martins Fontes.
- Ferenczi, S. (2011b). O conceito de introjeção (pp. 181-183). In: Ferenczi, S. **Obras completas** (Vol. I). São Paulo: Martins Fontes.
- Ferenczi, S. (2011c). Transferência e introjeção (pp. 77-108). In: Ferenczi, S. **Obras completas** (Vol. I). São Paulo: Martins Fontes.
- Houaiss, A., & Villar, M. S. (2009). **Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Laplanche, J. (1992). **Novos fundamentos para a psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes.
- Laplanche, J. (2003). Três acepções da palavra “inconsciente” no quadro da teoria da sedução generalizada. **Revista de Psicanálise**, 10(3), 403-418.
- Laplanche, J. (2005). Intromission, implantation. In: Laplanche, J. **Essays on otherness**. Londres: Routledge.
- Medeiros, V. M. (2012). **A sexualidade inconsciente e as manifestações psicossomáticas: de Freud à teoria da sedução generalizada, um percurso teórico** (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná, Brasil.
- Mijolla. A. (2002). **International dictionary of psychoanalysis**. Farmington Hills: Thomson Gale.
- Rodrigues, G. M. (2013). **Trauma, literatura de testemunho e suicídio: traduções possíveis** (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná, Brasil.

A CLÍNICA DO SENSÍVEL, O SENSÍVEL NA CLÍNICA: O TRABALHO ESTÉTICO DA ESCUTA

THE SENSITIVE CLINIC, THE SENSITIVE IN THE CLINIC:
THE AESTHETIC WORK OF LISTENING

Liza Sanvito Andreatza Corso¹

Resumo: Partindo dos fragmentos que dizem respeito ao primitivo de pacientes neuróticos e dos movimentos contratransferenciais vividos na clínica, irrompem as interrogações: Como se coloca o sensório, o estético, na teoria e na escuta analítica? Como se dá o trabalho estético da escuta e na escuta em sessão? Alicerçando-se nesses questionamentos, o presente trabalho busca descortinar a potência da vivência transferencial através da qual se fará possível desvelar impressões sensoriais e memórias corporais. Refletindo acerca dessas indagações, proponho movimentar essa temática a partir do olhar delicado de Sebastião Salgado e da compreensão teórica e técnica tencionada por I. Fontes, P. Fédida, S. Ferenczi e S. Freud, fazendo trabalhar a relevância do conceito a partir do atravessamento do sensível.

Palavras-chave: Estética. Psicanálise. Sensível. Sensório. Transferência.

Abstract: Starting from the fragments that concern the primitive in neurotic patients and the countertransference movements experienced in the clinic, some questions arise: What is the sensory, the aesthetic, like in psychoanalytic theory and listening? How does aesthetics 'of' listening and 'in' listening work in session? Essentially based on these questions, the present work seeks to unveil the power of the transferential experience through which it will be possible to reveal sensory impressions and body memories. Thinking about these inquiries, I suggest moving through this theme from the delicate eye of Sebastião Salgado and the theoretical and technical understanding intended by I. Fontes, P. Fédida, S. Ferenczi, and S. Freud, working the relevance of the concept through the sensitive.

Keywords: Aesthetic. Psychoanalysis. Sensitive. Sensory. Transference.

INTRODUÇÃO

Quando me viam, parado e recatado, no meu invisível recanto, eu não estava pasmado. Estava desempenhado, de alma e corpo ocupados: tecia os delicados fios com que se fabrica a quietude. Eu era um [des]afinador de silêncios. Mia Couto

Eis o início de mais um caminhar, de mais uma caminhada, na jornada que é uma formação psicanalítica. Pego-me refletindo sobre como começar

¹ Psicóloga, psicanalista em formação e membro associado da Sigmund Freud Associação Psicanalítica.
E-mail: lizacorso@outlook.com

esta escrita, sobre como iniciar esse trabalho. Dessa reflexão, surge e urge um pensar: o trabalho do analista em formação não é finito, não termina, então como não pensar este(s) trabalho(s) como um processo?! Na continuidade do trabalho da formação em mim, o sempre novo que já foi e que sempre será – o que não se faria possível se não houvesse, em princípio, o desejo. Desci em águas profundas, me surpreendi com o que encontrei e agora, das águas em que me banhei, transformo na possibilidade de me questionar quanto àquilo que em si me impulsionou a querer entrar nesta experiência oceânica, a transferência.

Ao longo destes anos, ínfimos comparados com o que ainda há por caminhar, deparo-me com a complexidade posta no detalhe do sentir. Quando me refiro ao complexo, tomo como pressuposto o conjunto – como um todo – de particularidades que integram o fazer analítico, assim como o formar-se analista. O sentir se coloca de diferentes formas e em diferentes compreensões neste percurso: quem sente e fala, de quem escuta e sente, de quem sente e escuta, de quem sente, escuta e fala e de quem não sente, nem fala, mas faz. Com isso, questiono: como dar um destino a esse montante sensível que transpassa tanto o analista em seu processo como aquele outro que se coloca à nossa frente?! Nessa etapa tão inicial do vir a ser, tomados de interrogações, como escutar aquilo que paira no campo, no “entre”, da ordem do sensorial ou, como diz Fontes (2010), da “memória corporal do paciente”?! Como escutar aquilo que cala no silêncio do outro ou, como refere Schiller (1993, p. 29), como se manter “entre o conceito e a concepção, entre a regra e o sentimento”?

Nesse sentido, proponho esta escrita, pensando como ponto de encontro do quiasmo – sensível do analista, analista sensível – a transferência e a aposta do(s) encontro(s) que respaldam o sentir clínico e a ética/estética da escuta.

A partir de experiências vividas na clínica, me interrogo quanto à potência da vivência transferencial a ponto de despertar memórias corporais e impressões sensoriais mais primitivas do sujeito e, contratransferencialmente, no analista em formação, em sessão. Pensando nesses casos como precedentes de uma neurose de transferência, volto a questionar: qual o lugar que toma o sensorial, o estético, na escuta? E, talvez, mais além: como se dá o processo de escuta?

Refletindo acerca dessas indagações, as quais têm desacomodado, proponho movimentar essa temática a partir do olhar delicado de Sebastião Salgado, da compreensão teórica e técnica tencionada por I. Fontes, D. Anzieu, P. Fédida, S. Ferenczi e S. Freud, fazendo trabalhar dentro de mim o exercício analítico, bem como a relevância da ética do cuidado a partir da escuta da transferência e contratransferência.

DA EXPERIÊNCIA DE SATISFAÇÃO À TRANSFERÊNCIA

Eu quero amar, amar perdidamente!
 Amar só por amar: Aqui... além
 Mais Este e Aquele, o Outro e toda a gente...
 Amar! Amar! E não amar ninguém!
 (...) [...]
 E se um dia hei de ser pó, cinza e nada
 Que seja a minha noite uma alvorada
 Que me saiba perder... para me encontrar...
 Florbela Espanca

Pensar na estética da clínica é partir da ideia de que o outro posto à nossa frente, assim como nós, enquanto sujeitos e em uma relação, causa efeito. Como esse efeito se inscreve e de que forma a relação se estabelece são interrogações de extrema valia que impulsionam a reflexão acerca do que está por vir, do que está por ser construído. Muito já sabemos a respeito de encontros os quais, devido à impossibilidade de falar, dizem-se da forma que se é possível dizer – no campo transferencial e contratransferencial –, assim viabilizando uma fresta à qual se faz possível – através do trabalho interno do analista – dar contornos, formas e palavras. A fim de fazer trabalhar a experiência vivida, proponho pensarmos os fragmentos que dizem respeito ao primitivo na clínica de pacientes neuróticos.

Em seu escrito sobre lembranças encobridoras, Freud nos diz que “não se discute o fato de que as experiências dos primeiros anos da nossa infância deixaram marcas indeléveis nas profundezas de nossas mentes”, acrescentando que:

o enigmático reside no fato de que estamos sob o jugo ou sob o efeito, durante toda a nossa vida, dessas impressões precoces. Esse efeito é o infantil que perdura em cada indivíduo. E o que nos deixa perplexos é que essas impressões precoces, as mais poderosas e soberanas pela vida inteira, não têm necessidade de deixar atrás de si uma imagem mnemônica (Freud, 2006b, p. 291).

Então, como escutar essas impressões precoces que todos carregamos, por vezes isentas de representações, que se fazem dizer? Férida nos responde: “é pela transferência que se enuncia repetitivamente no presente o impronunciável do infantil” (1988, p. 1985). E arrisco a prosseguir: não tão somente via transferência como também na regressão alucinatória da transferência, no campo analítico.

Ivanise Fontes, em seu livro *Psicanálise do sensível*, traz à luz a temática da memória corporal e a transferência, assinalando que “a problemática se inscreve num eixo doutrinal que supõe que uma memória corporal, constituída de fragmentos de impressões sensoriais da tenra infância, é despertada no curso de uma análise pela *regressão alucinatória da transferência*” (2010, p. 16). A partir disso, parece lícito começarmos explanando brevemente o desenvolvimento teórico acerca do conceito de “transferência”.

Em 1895, 1900 e 1905, em *Estudos sobre a histeria, A interpretação dos sonhos e Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, o termo transferência aparece como um deslocamento do investimento no nível das representações mais do que como uma peça da/na relação, e onde encontramos o prelúdio de duas noções muito caras à psicanálise: transferência e resistência – aqui ainda não se atribui o valor estético na qualidade da relação. Quatro anos mais tarde, em 1909, Sandor Ferenczi problematiza a temática, trazendo como uma dentre tantas contribuições a observação sobre os movimentos transferenciais. Entende que todas as relações – analíticas ou não – são permeadas pela transferência, porém a diferença se dá a partir do/no *setting*, onde o sujeito estará assegurado pela neutralidade e abstinência (conceitualizados mais tarde) do analista, permitindo-se, inconscientemente, colocar este outro que o escuta no lugar parental.

Em 1912, Freud enuncia a diferença na qualidade. Escreve que, em situação analítica, esta se coloca de forma mais intensa devido ao fato de que todas as imagos são transferidas para a figura do médico. Mais tarde, com a *História*

de uma neurose infantil – Homem dos Lobos –, discrimina o sentimento dos pacientes em relação ao analista como manifestações de uma relação recalçada com as imagos parentais. Nesse mesmo ano, e não coincidentemente, o autor aborda a temática da contratransferência, a qual retomará em *Observações sobre o amor transferencial*. Pontua a complexidade do processo transferencial, alertando: “Para o médico, o fenômeno significa um esclarecimento valioso e uma advertência útil contra qualquer tendência a uma contratransferência que pode estar presente em sua própria mente” (Freud, 1915[1914], p. 167) – é de extrema valia assinalar que, nesse momento de sua obra, concebia a contratransferência como um fenômeno a ser evitado. Freud compreendia-a como denúncia de pontos cegos do analista, que, portanto, poderia interferir na escuta analítica.

A partir de Ferenczi amplia-se esse conceito, tomando qualidade estética, ou seja, passa a ser compreendido como o ressoar do analisando no analista, tornando-se um compromisso ético o exercício de interrogar-se frente ao sentir.

Em 1912, na *Dinâmica da transferência* – primeiro escrito dedicado exclusivamente a essa temática –, Freud, no intuito de fazer trabalhar a interrogação em relação à resistência, distingue os dois tipos de transferência: positiva e negativa. Fazendo o exercício de retomar a história da obra e, assim, dar vida à compreensão, podemos pensar na conceitualização da terminologia nesse momento como forma de o autor dar um destino ao experienciado (caso Anna O e Dora), assim principiando a construção do conceito. Ida Bauer convoca Sigmund Freud a ocupar o lugar de objeto amoroso; ao recusar a demanda, ele acaba por desencadear uma resistência negativa por parte da paciente – aqui deve-se pontuar a importância que a abstinência toma ao longo da obra. Nesse texto, Freud compreende a transferência como repetição necessária ao trabalho de acesso às fantasias recalçadas infantis. Suas manifestações atualizam no “aqui e agora” da situação analítica, abrindo a possibilidade de acesso à direção do inconsciente. Assim, a transferência é compreendida como reedições dos clichês estereotípicos na constituição do psiquismo do sujeito na primeira infância, ou seja, não nos satisfaz mais pensar como única possibilidade de protótipo a imago paterna, como anteriormente, podendo agora ser compreendida como ligada à imago materna e fraterna. Ao final do texto supracitado, lança mão do termo alucinação como via de comunicação, propiciando abertura para o desdobramento futuro a respeito da sensorialidade. Escreve: “impulsos inconscientes não desejam ser recordados da maneira pela qual o tratamento quer que o sejam, mas esforçam-se por reproduzir-se de acordo com a atemporalidade do inconsciente e sua capacidade de alucinação” (Freud, 2015, em *Sobre a dinâmica da transferência*, p. 118).

Aspirando nessa direção sensorial-qualitativa da relação analítica, S. Freud, em 1920, cunha o termo neurose de transferência, reforçando justo a potência sensível do encontro e onde advirá a possibilidade de intervenção; conta-nos:

Os pacientes repetem na transferência todas essas situações indesejadas e emoções penosas, revivendo-as com a maior engenhosidade. Procuram ocasionar a interrupção do tratamento enquanto este ainda se acha incompleto; imaginam sentir-se desprezados mais uma vez, obrigam o médico a falar-lhes severamente e a tratá-los friamente; descobrem objetos apropriados para seu ciúme; em vez do nenê apaixonadamente desejado de sua infância, produzem um plano ou a promessa de algum grande presente, que em via de regra se mostra não menos irreal (Freud, 1976a, p. 32).

ARTIGO

Dessa forma, faz-se possível compreender a torção do conceito e, como acrescenta Kupermann em *Presença sensível*, a sua íntima vinculação à “qualidade da experiência afetiva estabelecida no curso de uma análise. [...] A transferência aponta para a dimensão estética da clínica, sendo a qualidade do encontro afetivo o que pode conduzir à criação de sentidos na experiência psicanalítica” (2008, p. 76). A partir dessa abertura, aproxima a poética do que banalmente acabamos por transformar o que chamamos de “escuta”.

Freud reconhece que a prática psicanalítica, originalmente uma “arte interpretativa”, em frente ao fenômeno da compulsão à repetição, passaria a privilegiar, lado a lado com a interpretação, os afetos vividos na relação transferencial. A experiência analítica ficaria, assim, menos referida ao seu registro inteligível, e mais atenta ao campo do sensível e do que nele se pode produzir como sentido (Kupermann, 2008, p. 80).

Pensando nessa direção, a partir da evolução do conceito, faz-se possível ter uma breve ideia do que é a definição conceitual de transferência. Digo “breve” e “conceitual” acreditando que só é possível narrar aquilo que já foi antes vivido e experienciado. Dessa forma, entendendo ser uma experiência viva do inconsciente e que narrar mais do que teorizar pressupõe sentir, entendemos o lugar de significância em que a análise pessoal do analista se coloca. Alavanca o reconhecimento do sujeito do inconsciente e reafirma a máxima: só existe análise porque existe o desejo de saber de si. Desencarcerar-se para que o outro possa tomar em si o sujeito que é e, nesse movimento, nessa relação onde um sente o outro, onde se cria um terceiro a partir da dupla, fazer-se a possibilidade do vir a ser.

Dessa mesma forma, parece ser viável pensar na construção e estruturação do termo. Freud parte do concreto teórico deslizando até a estética da vivência. No prelúdio, encontramos o pai da psicanálise ocupado em firmar o conceito; passam-se alguns anos e o efeito do outro toma espaço, trazendo à tona aquele que deixa-se afetar – agora não temos tão somente um cientista, mas um esteticista. Jamais será apenas um conceito, e talvez essa seja a dificuldade de traduzir em palavras, eis nosso trabalho.

Alicerçando-se na potência do encontro, tramita-se a não palavra promovendo o trabalho daquilo que não se diz, mas faz dizer dentro do único que o outro é, da singularidade que carrega. O efeito das quantidades e das qualidades marcadas desde a tenra infância forma uma rasura na construção de base do sujeito que sofre; este mesmo sujeito (por vezes assujeitado e entrincheirado dentro de si) chega aos consultórios buscando um espaço, um lugar para subjetivar-se e por aí deixar de ser para vir a ser. Na peculiaridade de como esse outro vai entregar-se à escuta, se desvelará no campo da percepção e na diferença da repetição no campo transferencial a dor que carrega.

Esse sujeito chega carregado de marcas vividas nos primórdios, em princípio marcado pela falta. Sem palavras, comunica-se através da transferência em busca de nomeação. Pensando esse sujeito que se faz dizer pela via da não palavra, entendemos aí que o trâmite comunicacional se dá pela via do polo perceptivo, ou seja, a marca indelével que fala através desse sujeito que nos busca se faz viva desde o princípio da sua constituição psíquica.

Mediante o sensível do analista, torna-se possível transmitir aquilo que é do incomunicável, compreendendo o complexo orquestral que berra no sujeito e permitindo, pela nomeação sensível, que possa identificar dentro de si aquilo

tudo que parecia desafinado. Através do movimento ritmado desse que escuta o sensível do que comunica, vai-se construindo uma nova marca que impulsionará a possibilidade de simbolização. Nesse momento, perguntamo-nos: “Como se dá esta escuta e de que forma a transformamos em intervenção possível?”

A ESTÉTICA DA ESCUTA

... essa atividade exige muito esforço, pois, se o filósofo pode deixar descansar o seu poder imaginativo, e o poeta, o seu poder de abstração, então eu, nessa forma de produção, preciso sempre conservar as duas forças em igual intensidade.
Friedrich Schiller

Retomando o trabalho de 1895 *Projeto para uma psicologia científica*, aproximamo-nos do processo de constituição das marcas psíquicas e, em sua totalidade, da constituição do psiquismo em si. Sendo assim, proponho revisitar o manuscrito para melhor compreensão do processo de alucinação e da analogia da escuta sensível proposta neste trabalho. É importante ressaltar que o “sensível” pressupõe referência ao polo perceptivo – descrito no texto supracitado e destacado no capítulo sétimo de *A interpretação dos sonhos* de 1900.

O sujeito nasce desamparado por essência, prescinde do outro não tão somente para que realize uma ação que diminua ou ponha fim ao estado de tensão, mas para que a partir disso possa vir a ser justo aquilo que nos diferencia – um sujeito singular repleto de pluralidades de ordem afetiva e sexual. Partimos de um corpo que urge por fazer-se dizer. Mediante uma necessidade que excita, busca a imagem mnêmica catexizada através de vias facilitadas. A partir de um estado de desejo, investe na imagem anteriormente associada ao prazer, regredindo a um estado de alucinação do desejo – esse movimento se dá pela via da percepção, que visa a restabelecer a situação da primeira satisfação. Porém, o alucinar não dá conta da necessidade real que se coloca, o corpo segue por se queixar, se impõe, não cessa. Esse que está inaugurando-se enquanto sujeito percebe-se faltante, frustrando-se. Agora, aquilo que internamente fazia barulho externaliza-se. Berrando, chorando, reclamando, faz-se escutar por aquele que acolhe e nomeia – nesse caso partindo de que haja um acolhimento –, satisfazendo o urgente por meio da ação específica e libidinizando.

Assim como a música, em um processo ritmado, esse outro que atende vai estabelecendo o acolhimento necessário para que o bebê sinta-se olhado como outro. Nesse sentido, podemos pensar metaforicamente no ritmo como o compasso na música. O compasso é caracterizado por uma divisão quantitativa de sons; essa divisão baseia-se no tempo da música e se dá em pequenas partes igualmente espaçadas com base em batidas e pausas. Os compassos facilitam a produção musical, ao definir a unidade de tempo, o pulso e o ritmo da composição ou de partes dela.

Dessa forma, o ritmo vai facilitando a execução da constituição daquele psiquismo no sentido em que define períodos que asseguram ao recém-nascido a presença do outro que acolhe. O ritmo dessa música de inaugurações permite compor a fantasia e o adiamento de prazer – “posso esperar porque sei que este que me cuida em algum momento vai me atender e suportar meus quereres”. Para que se faça possível essa composição, se mostra de extrema importância o reconhecimento desse bebê como diferente de si, olhando-o sobre a égide da castração e recalçamento, como sujeito de inconsciente atravessado pela

ARTIGO

alteridade. É a partir do reconhecimento da alteridade que se faz viável evitar um excesso de presença ou excesso de ausência, viabilizando a compreensão da necessidade do outro como um outro em si, sujeito de desejo. O desejo ergue-se no espaço de falta, no intervalo entre a necessidade e o atendimento desta. Segundo Forrester (2009), o processo descrito compreende as teses fundamentais que sustentam a teoria psicanalítica do psiquismo a partir de uma ontologia do desejo.

Refletindo acerca desse espaço para que possam advir a fantasia e o desejo, parece lícito pensarmos que esse processo que leva à satisfação e que vai gerar prazer não é contínuo, prescindindo de um sistema secundário que detenha a transformação direta da memória em percepção (alucinação) para vir a responder às exigências da vida e da autopreservação. A atividade secundária visa a deter o processo regressivo, impulsionando o aparelho a continuar a trabalhar na busca da realização do desejo por um meio mais eficaz e criativo. Desse modo, a regressão é inibida pela atividade do pensamento, que entra em cena para substituir a atividade alucinatória – o pensamento consiste em uma transformação do desejo alucinatório. É importante ressaltar que ambos promovem o adiamento da satisfação. Quanto mais complexizado for constituindo-se o ego, maior a possibilidade de fazer o movimento no sentido de adiar a descarga.

O trabalho da constituição é interminável, esse processo não cessa. Recebemos diariamente na clínica pessoas que, por não poderem falar do que dói, fazem-se dizer. Esse sujeito chega com suas marcas, carrega em si o montante vivido nos inícios, na origem. Reflexionando acerca do traumático constituinte – as primeiras inscrições e sensações, faz-se plausível pensarmos que esse sujeito, por mais neurótico que possamos compreendê-lo enquanto estrutura, encobre dentro de si fragmentos primitivos que, a partir do *setting*, Sitio ou enquadre – dependendo de onde teoricamente se parte –, mostram-se pela via do sensório onde “as sensações desagradáveis continuam a vibrar em alguma parte do corpo” (Fontes, 2010, p. 21), como muito bem coloca Fontes a partir de S. Ferenczi. Essa interrogação surge a partir da experiência clínica enquanto analista em formação quando um paciente, acompanhado em supervisão e partindo da compreensão de uma neurose, passa por me cegar em sessão. Não metaforicamente, mas no real do corpo, fico com a visão inebriada e constantemente turva, gerando a sensação de estranheza. Do que se trataria? – me pergunto. O que me fazia não o enxergar com nitidez?

Ao longo dos encontros, entendo que o menino-homem de olhos estonteantemente marcantes (e também assustados) mostra-se com dificuldade em olhar para situações em que permeiam a dor e a dúvida de si. Questiona sua capacidade de causar uma marca no outro. Percebo então que a dificuldade não está em olhar para si, mas na interrogação que faz quanto ao olhar do outro sobre ele desde o princípio. Esconde-se por detrás de um véu da hostilidade e concretude que afasta, que não dá chances. O que ele não espera é a transparência do véu que escolhe. A imagem que faz de si não é eficaz, não dá conta.

Na tentativa de compreender tamanha hostilidade dos primeiros encontros, me ocorre a imagem de dois animais acuados um em cada canto da sala e, nesse momento, me questiono: “O que me acuava? O que o acuava?” Não tinha respostas, apenas sensações. O menino dos olhos marcantes me intrigava, ao mesmo tempo que discursava sobre sensibilidade, atuava rigidez, tentava me afastar, tentava incessantemente não se deixar tocar.

Enquanto reflexionava sobre os efeitos desse paciente em mim, me ocorre

uma passagem do fotógrafo Sebastião Salgado. Na primeira parte do livro *Da minha terra à Terra*, Sebastião descreve sua vivência estética ao encabeçar um de seus maiores projetos, chamado “Gêneses”. Aproximando do leitor sua experiência ao tentar fotografar uma tartaruga, relata:

Quem não gosta de esperar não pode ser fotógrafo. [...] deparei-me com uma tartaruga gigantesca, enorme [...] cada vez que me aproximava, a tartaruga se afastava. Ela não era rápida, mas eu não conseguia fotografá-la. Então refleti e pensei comigo mesmo: quando fotografo seres humanos, nunca chego de surpresa, sempre me apresento. Depois me dirijo às pessoas, explico, converso e, aos poucos, nos conhecemos. Percebi que, da mesma forma, o único meio de conseguir fotografar aquela tartaruga seria conhecendo-a; eu precisava me adaptar a ela. Então me fiz de tartaruga: fiquei agachado e comeci a caminhar na mesma altura que ela, com palmas e joelhos no chão. A tartaruga parou de fugir. E quando se deteve, fiz um movimento para trás. Ela avançou na minha direção, eu recuei. Esperei um momento e depois me aproximei, um pouco, devagar. A tartaruga deu mais um passo na minha direção [...] então ela veio até mim e se deixou observar tranquilamente. [...] levei um dia inteiro para me aproximar dessa tartaruga. Um dia inteiro para fazê-la compreender que eu respeitava seu território. [...] é preciso ter paciência para esperar o que vai acontecer [...] Na maioria dos casos, não há como acelerar os fatos. É preciso descobrir o prazer da paciência (Salgado, 2014, p. 9).

Salgado, com esse pequeno recorte, fez movimentar questões importantíssimas que possibilitaram abrir para o pensar e compreender a ética da espera. Quem não gosta de esperar tampouco pode ser analista. Aquilo tudo que ecoava em mim, que inundava em sessão, perpassava por ele e assim me comunicava a dor de ser o que era. Diferente de Sebastião, não me fiz de tartaruga, mas passei a enxergá-lo dentro da sua singularidade, como outro diferente de mim, possibilitando entender que aquilo tudo que se passava dizia justo respeito ao que se queria dizer e que não era possível ainda, que não era meu – dessa forma conhecendo-o. Compreendi o que tais olhos me comunicavam, o seu tempo era outro... O corpo precisava tomar palavra e, para isso, a confiança se colocava como chave. Após alguns encontros, estabelecemos um ritmo frequencial, com horário e dias seus. O compasso que orquestrávamos foi sedimentando a relação e a confiança, viabilizando o sonhar e aos poucos transformando a dor em metáfora – sempre em movimento progressivo e regressivo.

Com silêncios estendidos, fomos trabalhando no sentido de compreender a que dores se referia, o que o assustava. Ao longo dos encontros o silêncio vai transformando-se em palavras e reflexões, até o dia em que refere ter se dado conta de que enxergar algumas coisas dói. Enxergar machuca, mas não enxergar o mantinha aprisionado ao sintoma. Sentimos, e desse sentir abriu-se a possibilidade de pensar e reconhecer-se enquanto sujeito incompleto, de falhas. As dores eram tentativas de habitar-se enquanto corpo erógeno, cede de prazer. A alucinação visual descortina a fantasia de não ter sido visto enquanto outro, enquanto sujeito desejante e singular. Ivanise Fontes, psicanalista e doutora pela universidade Paris 7, escreve em *Psicanálise do sensível* que

a transferência é propícia ao despertar da memória corporal do paciente. Na relação analítica, entre os fenômenos que fazem aparição, o analisando pode sentir experiências sensoriais já vividas, revelando assim que elas

fazem parte de sua história. A história do indivíduo ficou em seu corpo (Fontes, 2010, p. 17).

Segue trazendo como referência o texto de Freud *O homem Moisés e a religião monoteísta* de 1939, onde o autor retoma a noção de impressões precoces destacando que “Essas experiências inaugurais produzem fortes impressões e são relativas ao corpo próprio ou à percepção sensorial principalmente de ordem visual e auditiva” (2019, p. 161). O menino dos olhos não sentia-se antes menino dos olhos de alguém, agora encontra quem pode enxergá-lo através do véu que coloca, possibilitando olhar-se com clareza. Oferecer um espaço de escuta, ritmado, assegurado pela diferença e compreendido pela sensibilidade de uma relação propicia inaugurações. Esse sujeito também chega prescindindo de um outro que o escute na sua dor, que o reconheça naquilo que pode ser no momento. Esse que escuta gera excitação e ao mesmo tempo acalma, possibilitando pela via da transferência comunicar. Regride ao polo perceptivo, revivendo impressões sensoriais que, via contratransferência, sentimos e nos interrogamos. Aí encontramos a estética da escuta, no *estranho* que perpassa pelo sensível do analista e que diz respeito ao sensório daquele posto à nossa frente – inicialmente é do sentir, para mais tarde vir a ser do sentido. Talvez esse seja o prelúdio de um vir a ser analista.

No divino impudor da mocidade,
Nesse êxtase pagão que vence a sorte,
Num frémito vibrante de ansiedade,
Dou-te o meu corpo prometido à morte!

A sombra entre a mentira e a verdade...
A nuvem que arrastou o vento norte...
– Meu corpo! Trago nele um vinho forte:
Meus beijos de volúpia e de maldade!

Trago dalias vermelhas no regaço...
São os dedos do sol quando te abraço,
Cravados no teu peito como lanças!

E do meu corpo os leves arabescos
Vão-te envolvendo em círculos dantescos
Felinamente, em voluptuosas danças...
Florbela Espanca

REFERÊNCIAS

- Anzieu, D. (1989). **O Eu-pele**. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Couto, M. (2009). **Antes de nascer o mundo**. São Paulo: Companhia das letras.
- Espanca, F. (2018). **Poetas de Lisboa: Camões, Cesário, Sá-Carneiro, Florbela, Pessoa**. 3a ed. Lisboa: Lisbon Poets & Co.
- Fédida, P. (1985) La construction – introduction a une question de la mémoire dans la supervision, in “**Revue Française de Psychanalyse**”, tome XLIX, Paris, PUF
- Fontes, I. (2010). **Psicanálise do sensível: fundamentos e clínica**. São Paulo: Ideias & Letras.

- Forrester, J. (2009). **A interpretação dos sonhos: a caixa-preta dos desejos** (V. Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Fontes, I., & Cunha, E. (2012). Alucinação e delírio na obra de Freud: produção de desejo. **Cad. psicanal.**, **34**(26), 145-158.
- Freud, S. (1969). **Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental** (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, Vol. 12, pp. 277-286). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1972). **A interpretação de sonhos** (Edição Standard Brasileira, Vol. 5). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1974). **Suplemento metapsicológico à teoria dos sonhos** (Edição Standard Brasileira, Vol. 14). Rio de Janeiro: Imago, 1974.
- Freud, S. (1976a). **Além do princípio do prazer** (Edição Standard Brasileira, Vol. 18). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1976b). **O ego e o id** (Edição Standard Brasileira, Vol. 19). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1977). **Projeto para uma psicologia científica** (Edição Standard Brasileira, Vol. 1). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (2006a). **Construcciones en el análisis** (Obras completas, Vol. 23, pp. 257-270). Buenos Aires: Amorrortu.
- Freud, S. (2006b). **Sobre los recuerdos encubridores** (Obras completas, Vol. 3). Buenos Aires: Amorrortu.
- Freud, S. (2015). **Sobre a dinâmica da transferência** (Obras incompletas de Sigmund Freud, Vol. 6). Belo Horizonte: Autêntica.
- Freud, S. (2019). **Fundamentos da clínica psicanalítica** (Obras incompletas de Sigmund Freud, Vol. 6). Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Kupermann, D. (2008). Presença sensível. **J. psicanal.**, **41**(75).
- Roza, G., & Alfredo, L. (1993). **Introdução à metapsicologia freudiana: interpretação do sonho** (1900). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Salgado, S. (2014). **Da minha terra à Terra: pela primeira vez, o maior fotógrafo do mundo conta sua história**. São Paulo: Paralela.
- Schiller, F. (2018). **Objetos trágicos, objetos estéticos**. Belo Horizonte: Autêntica Editor.

PSICANÁLISE ON-LINE, UM ANO E MEIO DEPOIS

ON LINE PSYCHOANALYSIS, ONE YEAR LATER

Luciano Mattuella¹

Resumo: Por conta da pandemia de COVID-19, a maior parte dos psicanalistas passou a receber seus pacientes na modalidade online. Neste texto, tenho por intenção elencar algumas questões relativas a esta forma de praticar a psicanálise, como a diferença entre virtual e real e a nossa inelutável constituição pela linguagem. Procuo pensar o virtual não como o contrário do real, mas como uma das dimensões em que habitamos como seres linguajeiros. Neste sentido, nosso trabalho como psicanalistas não só acolhe a modalidade online como também sempre se ocupou desta dimensão humana.

Palavras-chave: Pandemia. Psicanálise on-line. Virtualidade.

Abstract: Due to the COVID-19 pandemic, most psychoanalysts started to see their patients online. In this text, I intend to list some issues related to this way of practicing psychoanalysis, such as the difference between virtual and real and our ineluctable constitution by language. I try to think of the virtual not as the opposite of the real, but as one of the dimensions we inhabit as speaking beings. In this sense, our work as psychoanalysts not only embraces the online modality but has always been concerned with this human dimension.

Keywords: Pandemic. On line psychoanalysis. Virtuality.

Uma consideração preliminar para pensarmos o tratamento psicanalítico on-line: nós não fazemos uso da linguagem como um instrumento, mas nós habitamos a linguagem. Não há como sair da linguagem para falar de si mesmo, dos outros, do nosso sofrimento, dos nossos sintomas, do mundo... Na casa da linguagem, nós estivemos desde sempre em quarentena. Nós não somos seres *com* linguagem, mas seres *de* linguagem – o acesso ao simbólico nos é constituinte da mesma forma como podemos dizer que a materialidade do corpo também é.

Dessa forma, nós sempre moramos em uma espécie de estranhamento a nós mesmos: a linguagem que nos constitui não é uma terra firme em que estamos sempre bem localizados, pelo contrário, é um campo aberto no qual estabelecemos alguns mínimos postos avançados que tomamos como referência para nos orientarmos. Talvez Lacan chamasse esses postos avançados de “significantes mestres”, lugares aos quais, mesmo perambulando a esmo, nos vemos retornando. O vagar sem direção não é aleatório, é regido por leis inconscientes que ultrapassam a nossa racionalidade.

Um dos aspectos traumáticos desta pandemia talvez possa ser justamente a colocação em crise desses pontos de referência aos quais nos habituamos. Fulano é advogado, ciclano é padeiro, beltrano é psicanalista. Esses nomes que

¹ Psicanalista, doutor em filosofia (PUCRS) com estágio doutoral na Université de Strasbourg, França, pós-doutor no departamento de Psicanálise e Psicopatologia (UFRGS), programa Psicanálise, Clínica e Cultura, membro da APPOA.

assumimos precisam do referendo da Cultura – os significantes-mestres não são autofundados, mas nos surgem como decantados do Outro social. Em um mundo que se desfaz pela ação de uma agente invisível – o vírus –, quem somos nós?

Essa deflação dos alicerces simbólicos também tem efeitos no campo do imaginário, uma vez que parece que o espelho que até então refletia de volta uma imagem razoavelmente consistente de nós mesmos acabou por ficar embaçado. Os corpos que não circulam mais pela rua têm que se adequar a um contorno nunca antes experimentado, algumas dores vão surgindo, certo cansaço experimentado fora de hora. Os regimes de sono e alimentação também mudam, modulando um *ritmo* diferente daquele a que estamos acostumados. Ocorre uma *perda da realidade*, no sentido freudiano do termo, ou seja, um esfacelamento das matrizes imaginárias que nos dão um lugar no mundo e em nossa própria história.

Efeitos do traumático sobre a palavra e a imagem. Além disso, efeitos do traumático nas pequenas rotinas cotidianas: a ida ao supermercado, a visita aos amigos, as saídas para restaurantes e, claro, nosso modo de trabalhar.

Desde o dia 17 de março de 2020 movi todo o consultório para a modalidade on-line. A coluna sofre um pouco mais do que na confortável poltrona do consultório, a paisagem para além da janela me mostrava uma avenida – ainda – movimentada e um prédio comercial praticamente deserto. Alteração da rotina, mas manutenção do trabalho analítico. Ao longo de um ano e meio, as atividades do prédio ao lado foram retomadas, e o avanço da vacinação também foi permitindo as pequenas aberturas para o mundo, o retorno a algumas atividades banais. Ainda que os corpos tenham, aos poucos, voltado a circular, mantenho o trabalho on-line. Ainda sinto, agora passada a metade de 2021, mais artificiais os protocolos para atendimento presencial (máscara, higienização frequente, janelas abertas) do que o trabalho pela tela.

Também fui percebendo a dificuldade de nomear essa nova forma de trabalho. Alguns colegas chamavam de “atendimento virtual”. Outros, de “atendimento on-line”, “psicanálise a distância”, “psicanálise on-line”. Curiosamente, isso faz também pensar: O que fazíamos antes da pandemia? Psicanálise presencial? Mas o analista não estaria presente também no trabalho on-line?

Da minha parte, não gosto da denominação “atendimento virtual”, uma vez que acredito que, mesmo presencialmente, o psicanalista comparece sempre de forma *virtual*. O virtual não é o contrário do real, mas contrasta com o *atual*, aquilo que se *atualiza* na cena do mundo. Como diz Pierre Lévy, “em termos rigorosamente filosóficos, o virtual não se opõe ao real, mas ao atual: virtualidade e atualidade são apenas duas maneiras de ser diferentes” (2011, p. 15). Ainda no mesmo livro, *O que é o virtual?*:

Contrariamente ao possível, estático e já constituído, o virtual é como o complexo problemático, o nó de tendências ou de forças que acompanha uma situação, um acontecimento, um objeto ou uma entidade qualquer, e que chama um processo de resolução: a atualização. Esse complexo problemático pertence à entidade considerada e constitui inclusive uma de suas dimensões maiores. O problema da semente, por exemplo, é fazer brotar uma árvore (Lévy, 2011, p. 16).

A analogia de Lévy é a da semente e da árvore, portanto. Importante perceber, entretanto, que não se trata de uma relação direta: não está em jogo uma equação de necessidade – toda semente se tornará árvore –, mas sim de *atua-*

lização: a própria virtualidade tem consistência de realidade. Talvez possamos pensar no sonho enquanto sonhado como a semente; apenas ao ser contado ele se atualiza na transferência, mas aí já é outra coisa, uma vez que atravessado pela linguagem. Há um desencontro fundamental entre o sonho e o seu relato, bem como entre o vivido e o narrado. Esse desencontro é a própria dimensão da castração, índice de nossa alienação na linguagem.

Ora, por que o psicanalista ocupa um lugar virtual? Lacan nos lembra que o analista enquanto pessoa é *suporte* de uma função, empresta seu corpo a sustentar um lugar de *endereço* da fala do analisante. Afinal, não é comum ouvirmos no nosso consultório um paciente dizer que assim que acordou, pensou que deveria nos contar o sonho da noite na próxima sessão? Ou que, antes de tomar uma decisão, pensou o que seu analista diria sobre tal escolha? Importante não confundir a função analista com a materialidade do analista. Lacan nos fala da instalação do significante da transferência, ou seja, da abertura desse campo Outro ao qual remetemos os nossos sintomas e no qual supomos habitar um saber sobre nós mesmos. Ao não *se atualizar* em cena, o analista, portanto, resta como um “problema” – no sentido de Lévy – carente de “solução”. Em outros termos: seu desejo se mantém como um enigma. Fica em aberto ainda uma possível relação entre os conceitos de *virtual* e de *I*, afinal, Lacan afirma que a “posição do psicanalista, eu a articulo da seguinte forma – digo que ela é feita substancialmente do objeto a” (Lacan, 1991, p. 40). Esse objeto a é impossível de se reduzir à palavra ou à imagem – extremo da virtualidade.

Assim, tenho pensado que uma das formas mais comuns do aparecimento da resistência do analista é a confusão entre sua presença virtual e atual. É paradoxal, mas a cada vez que o psicanalista *atualiza* a sua presença, ele cai da posição de analista que lhe é suposta. Impossibilidade do ato analítico que, justamente, garante a sua eficácia. É por levar em conta o *impossível* que a psicanálise é eficaz em suas incidências sobre o inconsciente: a castração como constitutiva, não necessariamente como obstáculo – há que se distinguir a impossibilidade da impotência.

Essa experiência de trabalho on-line não é, entretanto, inteiramente nova entre os colegas. Já há algum tempo, por exemplo, venho conduzindo análises dessa forma com pacientes que começaram seus percursos aqui em Porto Alegre e foram morar no exterior. Ou mesmo alguns analisantes que, morando em outro país, sentiram necessidade de começar um trabalho analítico em seu idioma de origem. Tive um primeiro bom estranhamento com essa forma de trabalho quando um desses pacientes me disse algo como: “Quando eu for *lá* pro Brasil nas férias...” *Lá?* Mas eu, Luciano, estou aqui! O esperado seria uma frase como “Quando eu for *aí* para o Brasil...” Esse pequeno sobressalto que tive na escuta me fez pensar, como eu disse no começo deste texto, sobre a nossa posição *na* linguagem. Onde eu, psicanalista, estou na fala desse paciente? Quando o paciente diz que vai “*lá*” para o Brasil, ele me traz para perto dele – melhor dizendo, ele explicita que, enquanto função, eu tenho um lugar simbólico em sua rede significante. Lembremos aqui da noção de *shifter* para Jakobson, esses elementos de linguagem que denotam “desde onde” alguém fala.

Nos atendimentos recentes, outros momentos de surpresa que ajudam a pensar: um analisante, em sua primeira sessão on-line, me diz: “Quando eu vim na semana passada...”. *Vim.* Ao escutar essa frase, pensei: Veio para onde? Há toda uma filosofia do espaço nessa sentença do meu analisante: habitamos no mundo um espaço virtual, como eu disse no começo do texto. A sessão anterior

desse paciente havia sido em meu consultório “físico” – parece que também se montou aí um espaço psíquico, para além da materialidade.

É claro que esse esvaziamento da concretude nos lança também em um lugar de desamparo constitutivo: antes de ganharmos “materialidade corporal”, nós somos uma ficção no inconsciente de alguém, precisamos ter sido supostos e imaginados por nossos pais. O corpo sempre chega atrasado ao simbólico. Esse descompasso, ainda que assustador – como em momentos como este que vivemos –, também é a nossa riqueza enquanto sujeitos. Esse Outro que nos supôs pode surgir tanto em sua face aterrorizante – como aquele que detém um saber sobre nós – como em sua dimensão de acolhimento: é nele que podemos encontrar as mínimas linhas ficcionais que nos dão um lugar no mundo. Quando o tecido da realidade parece se desfazer e os significantes-mestres se descolam dos significados habituais, nós temos essa biblioteca íntima de nossa pré-história como referência para nos reescrevermos. Podemos voltar ao nosso estatuto de semente para germinar algo diferente.

Evidentemente, escrever essas linhas enquanto o cenário ainda não está resolvido é um risco, mas também uma forma de ir tecendo alguma reflexão sobre aquilo pelo que já passamos e, especialmente, sobre aquilo que ainda pode nos ocupar em um mundo pós-pandêmico. Ficarmos apenas acompanhando as notícias e as postagens em redes sociais pode dar uma sensação de perda de autoria sobre o mundo, uma objetualização de nós mesmos frente ao imponderável. Já sabemos que os números são drásticos e que estamos lidando com um excesso impensável. Entretanto, é importante não nos identificarmos com a doença ou com a morte. Há que não se ter pressa: enquanto analistas, estamos padecendo do mesmo impossível que nossos pacientes – é uma travessia em parceria a que estamos realizando. Também me parece importante resguardarmos o aspecto singular de cada analisante, evitando teorizações abstratas e superabrangentes. Para cada um de nós, esses significantes que circulam pela Cultura – vírus, pandemia, COVID-19... – têm um sentido próprio. Acredito ser necessário não fazermos uma espécie de epidemiologia psicanalítica. Lembrando Lacan:

O desejo do analista não é um desejo puro. É um desejo de obter a diferença absoluta, aquela que intervém quando, confrontado com o significante primordial, o sujeito vem, pela primeira vez, à posição de se assujeitar a ele. Só aí pode surgir a significação de um amor sem limite, porque fora dos limites da lei, somente onde ele pode viver (Lacan, 1988, p. 260).

Cabe ao analista, no trabalho on-line, o mesmo que no trabalho dito presencial: sustentar o desejo de obter a “máxima diferença”, de discernir as incidências singulares dos significantes ofertados pelo Outro da Cultura. Falar sobre o que tem acontecido, sobre como isso tudo afeta singularmente, é uma forma de retomar um mínimo de autoria para ajudar-nos a remontar uma mínima imagem em um espelho que, subitamente, se quebrou.

REFERÊNCIAS

- Lacan, J. (1988). **O seminário: Livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1991). **O seminário: Livro 17: O avesso da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lévy, P. (2011). **O que é o virtual?** (P. Neves, Trad.). São Paulo: Editora 34.

DESAFIOS CLÍNICOS EM TEMPOS DIFÍCEIS

CLINICAL ISSUES IN DIFFICULT TIMES

Sissi Vigil Castiel¹

“É chegada a ocasião de fazer uma pausa e meditar.”

Sigmund Freud²

Resumo: Atualmente presencia-se na clínica, em algumas subjetividades, um estado de melancolização, que pode se apresentar sob forma de depressões mais ou menos severas em função do distanciamento das interações sociais, das perdas de objetos que asseguram o sentimento de existência e da falta de esperança. O texto se propõe a tentar caracterizar melhor esse estado e, para tanto, será retomada uma formulação de André Green sobre a passivação por entender que ela permite aberturas para pensarmos a melancolização. Além disso, esse estado será trabalhado desde o ponto de vista de suas consequências clínicas.

Palavras-chave: Melancolização. Atendimento on-line. Enquadre. Transferência. Passivação.

Abstract: There are some clinical situations where a state of melancholy is currently being exhibited. This presents itself as depression of varying degrees of severity, due to the lack of social interaction, the loss of objects that provided a connection to existence and a lack of hope. This article intends to try to describe this state more effectively and to do so will review André Green's description of passivity, in which he suggests that it provides ways for us to examine melancholization. In addition, it will investigate this state from the perspective of its clinical consequences.

Keywords: Melancholization. On line service. Frame. Transference. Passivity.

De maneira pontual alguns psicanalistas antes de 2020 vinham adotando, em algumas situações específicas, o recurso do atendimento on-line. Mas esse tipo de atendimento não tinha sido objeto de estudo por parte dos psicanalistas. No entanto, a partir de março do ano passado fomos levados a ele como única opção possível, caso quiséssemos continuar trabalhando. Não penso que se trate de uma escolha, on-line não substitui o presencial, dadas as insubstituíveis vantagens dos encontros presenciais. No entanto, enquanto precisarmos lançar mão desse dispositivo, torna-se importante a reflexão teórica e técnica de forma que seu alcance seja efetivamente psicanalítico e não uma forma de apoio. Ao mesmo tempo, entendo que a psicanálise, de forma geral, teve ganhos nesse

¹ Psicanalista, presidente da Sigmund Freud Associação Psicanalítica, doutora em psicologia pela Universidade Autônoma de Madri.

nosso tempo de reclusão, pois diante das causas externas que afetaram, de maneira inequívoca, o trabalho do psicanalista foi necessário que nos debruçássemos sobre os conceitos, que nos reuníssemos ainda que de maneira virtual, que escrevêssemos e que dêssemos conta de ampliar e pensar a escuta psicanalítica em novos formatos que atendam as demandas da cultura. Um período de muito trabalho e estudo.

Os autores têm se colocado a pensar em vários aspectos: a realidade que invade o *setting*, a ausência da dimensão corporal, a necessidade da presença implicada do analista, o traumático vivenciado, ao mesmo tempo, por analista e paciente e suas repercussões na cena analítica. Mas para além das questões eminentemente técnicas pretendo me referir aos estados psíquicos vivenciados pelas subjetividades nesse momento. Se no início da pandemia via-se na clínica predominantemente manifestações de angústia, atualmente estamos também presenciando, pela solidão e pela perda de vínculos e objetos, o que Joel Birman (2020) denominou estado de melancolização, que pode se apresentar sob forma de depressões mais ou menos severas em função do distanciamento das interações sociais, das perdas e da falta de esperança. Essa melancolização diz respeito às consequências do desamparo e da perda que representa a ausência de objetos que asseguram o sentimento de existência. Penso ser importante tentar caracterizar melhor esse estado e, para tanto, vou retomar uma formulação de André Green sobre a passivação por entender que ela permite aberturas para pensarmos a melancolização.

Por outro lado, os estados depressivos e melancólicos, de forma geral, trazem questões à clínica, dadas as dificuldades de abordagem. Mas talvez diante das modificações que o *setting* analítico sofreu no último ano os impasses clínicos possam se potencializar. Por exemplo, há o risco de que este afete a experiência analítica, implicando que o analista escorregue de sua posição para a sugestão ou uma espera compartilhada. A presença do analista precisa ser implicada com a escuta do inconsciente e, dentro desse contexto, pretendo circunscrever a melancolização na clínica, e para isso o conceito de enquadre é fundamental. Acredito que os impasses da clínica podem ser redimensionados quando se lança mão dos artifícios teóricos e técnicos.

I

A angústia de aniquilamento, que condiz com os momentos iniciais da constituição psíquica, é o medo da perda do amor. Portanto, o desamparo psíquico é o que está em questão, a angústia invade o ego de forma automática. Em 1926, Freud descreve a angústia dos momentos iniciais afirmando que a situação de não satisfação na qual as quantidades de estímulo se elevam a um grau desagradável, sem que seja possível dominá-las psiquicamente, é uma reação à ausência da mãe, sentir-se sem recursos psíquicos internos frente ao pulsional sem a presença do objeto, o que constitui a situação de perigo. A perturbação econômica provocada pelo acúmulo de quantidades de estímulo é o que provoca a angústia. Essa situação demonstra a passividade do bebê frente ao pulsional e ao outro, um dos fundamentos da tese do masoquismo originário de 1924.

No entanto, é porque há um objeto disponível que sustentou o bebê, fornecendo-lhe um modelo de satisfação, que a criança pode desinvestir momentaneamente da presença da mãe e satisfazer-se alucinatoriamente por si. Nesse trajeto da pulsão em direção à representação de si, percebe-se o papel do objeto como aquele que possibilita significação e, por outro lado, leva a pensar

que a ausência excessiva do objeto implica falha da constituição da significação (Reed, 2019). Portanto, é necessário que haja consistência no objeto para a satisfação das necessidades e para a progressão psíquica.

Por outro lado, desde o ponto de vista intrapsíquico, André Green (2006) enfatiza o papel da realização alucinatória do desejo como uma forma de lidar com a ausência do objeto e sublinha a importância de se considerar as implicações da ausência temporária da mãe para o desenvolvimento de estruturas psíquicas, na medida em que a falta implica a alucinação e a atividade de representação é mobilizada no caso de que a ausência possa ser trabalhada positivamente pela criança.

O narcisismo como o estado de onipotência gerado pela satisfação e a possibilidade de o ego ser o objeto que satisfaz a pulsão são decorrências psíquicas disso (Freud, 1985e). É dentro desse contexto que entendo que Freud (1985d) formulou o ego do prazer purificado no qual o que é fonte de prazer é incorporado ao ego, inclusive o objeto, e tudo que é ruim é expulso – em um movimento em que a existência do ego possibilita o narcisismo, mas este último não pode acontecer sem que exista um ego; são processos concomitantes. O ego inicial traz a marca da onipotência do narcisismo.

Isso permite pensar que a meta da pulsão é passiva, na medida em que o sujeito depende do objeto para a satisfação da pulsão mesmo que desde o ponto de vista do narcisismo o ego seja o objeto. Dentro desse contexto, percebe-se que poder trabalhar a ausência do objeto permite a organização interna e no plano intersubjetivo a criação de novos objetos. Green (1988) faz ver a capacidade de transformar estruturas em objetos, fazendo advir um objeto que ainda não possuía essa qualidade. O trabalho psíquico é de um investimento significativo que é a marca do que o autor propõe denominar função objetizante, que se ancora na ligação da energia psíquica.

Nos momentos iniciais da constituição psíquica, é através da negação que o ego lida com a angústia frente ao desamparo que a ausência do objeto produz. Em 1926, Freud afirma que a negação é o meio mais primordial de defesa frente à angústia, porque coincide com os momentos iniciais do funcionamento psíquico e se relaciona ao ego do prazer purificado.

As perdas sucessivas, juntamente com a consistência do objeto primordial, permitem colocar a questão da angústia, ulteriormente, sob nova luz e esta última surge como um sinal que põe em marcha o recalque, como uma forma de isolar o impulso que causa angústia. Então aqui um mecanismo mais estruturado que a negação se torna possível. Essa é a angústia de castração, a força motora dos processos defensivos que conduzem à neurose quando se criam sintomas como forma de lidar com o pulsional que não pode aparecer. Portanto, quanto mais neurótica for a estrutura, mais existirá a possibilidade de o psiquismo acionar o sinal de angústia diante de um perigo, permitindo ao aparelho psíquico organizar defesas. Ao contrário, nas patologias fora do registro neurótico, o perigo é o desamparo e a angústia não aparece como sinal. Em ambas as formas de angústia o perigo que está em cena é interno: o avanço pulsional, ainda que as situações externas possam contribuir com esse avanço.

Quando o estímulo externo é excessivo, ou seja, quando sobrepassa a capacidade do psiquismo de processar, condição que configura um trauma, a angústia surge de forma automática, não tem a qualidade de ser sinal. É a angústia prototípica dos momentos iniciais que assume o psiquismo. O perigo é o do desamparo psíquico e a ausência da angústia-sinal impede que o recalque

se instale como forma de o ego se proteger da angústia e, por isso, necessita de outras defesas. Instala-se, dessa maneira, a cisão como mecanismo, como forma de negar o perigo e o desamparo. A cisão é uma forma ulterior da negação dos primórdios.

Tal como nos traumas, nas patologias de fronteira a angústia é automática frente ao desamparo. Há a insuficiência do objeto primário como aquele que através da ação específica realiza a experiência de satisfação e que torna possível a realização alucinatória do desejo e a formação de representações. Também as estruturas psíquicas como o ego e o narcisismo se constituem com falhas.

Nos casos-limite, dada a insuficiência do objeto, o desamparo é o *leitmotiv* que o sujeito enfrenta. André Green (2017) afirma que a realização alucinatória do desejo não funciona e assim o sujeito fica submerso em um estado de impotência, no qual há a perda da esperança de mudar os acontecimentos, dada a impossibilidade de trabalhar positivamente a ausência do outro. A impotência pode levar à desesperança, portanto, frente ao desamparo, não se busca o prazer e a possibilidade de que este último seja representável.

A partir disso, Green define como passivação esse estado frente ao desamparo que é diferente da passividade como forma de gozo, meta passiva característica dos momentos iniciais. A passivação implica que se force alguém a padecer passivamente. É caracterizada pelo estado de impotência frente ao desamparo. Entendo que a diferença entre passividade e passivação que propõe o autor é que na meta passiva há sobretudo um gozo, ainda que haja dependência do objeto, enquanto na passivação pela impossibilidade de lidar com a angústia frente ao desamparo há a submissão ao objeto, não há saída para o sujeito senão for através do objeto.

Ele dá como exemplo de uma experiência de passivação a melancolia. Esta permite suportar uma experiência de passivação frente ao desamparo que a perda real ou imaginária do objeto acarreta. A impossibilidade de deixar ir o objeto que ocorre na melancolia leva a identificação narcisista com ele, implicando que agora seja parte do ego a quem se dirige o ódio sentido originariamente pelo objeto. Isso acarreta que o ego permaneça alheio a si mesmo e o objeto torne-se todo-poderoso. A passivação implica o desvio da posição de sujeito. As perdas de objetos ou do que eles proporcionam (quando são demasiado intensas) acarretam a perda de sua representação. A figurabilidade do objeto já não pode passar pela realização alucinatória do desejo como primeira forma de distinção entre o eu e o outro. Assim, a saída é a identificação narcisista e a melancolia, na qual o ego é passivizado pelo objeto.

A melancolia tem relação com a pulsão de morte, de acordo com Freud (1985b). O papel dos objetos é promover a ligação e a intrincação pulsional, mas diante da natureza da perda que ocorre na melancolia há desinvestimento libidinal dos objetos, o que acarreta um movimento narcísico. A implicação desse estado de coisas é a desintrincação pulsional, Eros já não pode regular a pulsão de morte. Com isso a destrutividade aparece direcionada a si mesmo. A pulsão de morte pode se tornar proeminente no id, o superego se torna sádico e o ego masoquista. Dado ao desligamento promovido pela pulsão de morte, Green, em entrevista a Urribarri, Urribarri (2015) afirma que o movimento é de negativizar o desejo e ataque aos vínculos com os objetos, o que caracteriza a função desobjetalizante que atua no sentido oposto de Eros. A concepção do autor vai no sentido de que a pulsão de morte atua desfazendo as ligações.

Ainda que o autor não articule a passivação com a desobjetalização, característica da pulsão de morte, penso ser esta uma conexão importante, na medida em que há desinvestimento de objetos e ataque aos vínculos como, por exemplo, na melancolia. Estes podem também incrementar uma posição passivizada.

A passivação formulada por Green diz respeito à constituição da estrutura psíquica a partir de uma forma particular de objeto materno, que poderia levar a um traço melancólico. No entanto, vou tomar a passivação para caracterizar o estado de melancolização vivido por alguns sujeitos. Percebe-se neles o desânimo e a desesperança, resultado do isolamento social, da solidão, e das perdas, como uma forma de passivação frente à própria vida e muitas vezes frente à análise. Entendo que a passivação como característica desse estado melancólico é marcada por desinvestimento dos objetos na forma de desobjetalização. Dentro disso, um dos riscos é que a própria experiência analítica pode ser desinvestida, podendo sofrer uma passivação caso a ideia for a de sustentação psíquica, apoio ou espera compartilhada – principalmente levando-se em conta que o mecanismo em questão nessas situações é a negação e a cisão, que dificultam o trabalho de representação e de significação das vivências traumáticas, na medida em que o sujeito evacua aquilo que quer manter negado.

II

Ana mora sozinha, é solteira e desde o início da pandemia tem trabalhado em casa, mas com um aumento significativo do volume de seu trabalho. Sentia-se só e em algumas situações muito angustiada, passando a beber mais do que estava habituada. No segundo semestre de 2020, em uma das poucas vezes que saiu de casa para encontrar pessoas, contraiu COVID-19. Não precisou ser internada, mas os sintomas foram fortes e foi um período de particular solidão e angústia, período em que engordou muito, o que também a deixava muito triste, principalmente porque antes da pandemia tinha como hobby correr.

A partir de sua doença houve um progressivo desinvestimento de objetos e um incremento de condutas repetitivas e destrutivas consigo mesma. Mas no primeiro semestre de 2021, procurou seu treinador e voltou a correr. O treinador, depois de alguns encontros, disse-lhe que dificilmente ela voltaria a ter a mesma performance em função do aumento de peso. A desesperança que a fala do treinador causou a levou a forçar mais a corrida e na semana seguinte fez uma lesão na perna, o que a impossibilitou de correr nos meses seguintes.

As sucessivas repetições fazem ver um incremento da desobjetalização em um movimento narcísico que por sua vez permite observar o destrutivo direcionado a si mesma. A raiva dirigida ao objeto no qual estava depositada a libido passou a ser dirigida a si mesma. Sentia-se angustiada, deprimida, e o desânimo e a desesperança tomaram conta dela, na forma da falta de vontade de fazer qualquer coisa e de conviver com pessoas. Essa disposição interna leva a pensar que o estado melancólico é caracterizado por uma passivação.

Evidentemente que as circunstâncias reais a que está submetida atualmente são parte da questão, que não está desvinculada de seu funcionamento prévio, que também precisa ser levado em conta. Além disso, ainda que os traumas aos quais estamos expostos sejam consideráveis, a análise se dirige às transformações intrapsíquicas possíveis diante das situações externas. Como dizia Silvia Bleichmar, na análise se trata de ver o que fazer com o que nos fizeram.

III

Para circunscrever a melancolização e a passivação no contexto da clínica, me apoio no estatuto das intensidades psíquicas e seus desdobramentos em investimentos e desinvestimentos pulsionais (Castiel, 2019). Desde esse ponto de vista, a situação analítica pode ser considerada como um campo de forças, no qual o analista irá se movimentar por entre representações e/ou descargas pulsionais, entendendo que a ligação da energia pulsional às representações, tal como descrita por Freud em *O ego e o id* (1985b), permite a organização psíquica.

A força pulsional tende a um objeto para que a meta da satisfação seja atingida. Dessa forma, a proximidade dos objetos auxilia a dar sentido para a força pulsional. No entanto, diante do traumático e da redução do campo dos objetos aos quais a libido se ligaria, há um desinvestimento e um retorno da libido ao ego em um movimento narcísico que quanto mais dissociado estiver de Eros, mais trará a marca do destrutivo e da melancolização. É diante desse contexto de desamparo que a angústia automática faz sua aparição, juntamente com a cisão, e a força pulsional permanece dissociada de um sentido. Pode-se pensar que frente à desobjetalização, as intensidades psíquicas mantêm-se em alguma medida desligadas das representações e o sujeito permanece presa de condutas repetitivas em um estado de passivação.

A antinomia existente entre a objetalização e a desobjetalização é passível de observação na clínica. A primeira revela as possibilidades criativas da função objetalizante que se ancora na ligação característica de Eros e, portanto, passível de significação. E, por outro lado, a pulsão de morte operando uma função desobjetalizante que desfaz ligações, impossibilitando significações.

Essas posições antagônicas se expressam na análise na forma de uma oscilação entre ambas: a desobjetalização e repetição na cena da análise do desligamento e da destrutividade que inclui a cisão como mecanismo através do qual se nega uma realidade interna intolerável. E, em contrapartida, o analista como objeto, o que implica a potencial abertura à simbolização e representação a partir da repetição.

O trabalho analítico diz respeito a promover a ligação e com isso a oportunidade de simbolizar o trauma através da construção de representações. Vai daí a importância de na cena da análise não se poder minimizar o movimento da força e a abertura de possibilidade que representa a transferência. O analista como objeto representa uma alternativa frente a necessidade de ligação, de objetalização e de significação, ainda que o trabalho do psicanalista nessas situações seja redobrado.

Nesse sentido, André Green (2017) – para quem os conceitos de pulsão e de força pulsional são de extrema relevância tanto para a clínica quanto para a metapsicologia – destaca que a inacessibilidade do analista como objeto que vai satisfazer a pulsão empurra para a regressão à força. E, nessas condições, o movimento pulsional à espera da busca de um sentido retorna a si mesmo reencontrando a vivência de impotência, gerando desamparo, mas por outro lado, aponta também para a possibilidade de inteligibilidade e elaboração, o que lhe permite afirmar que o trabalho da análise é um retorno sobre si mediante o rodeio pelo outro semelhante. Considerando os entrecruzamentos entre força e sentido, entendo que essa formulação deixa nas entrelinhas que esse rodeio se dá através da transferência que é o que possibilita que as forças pulsionais possam ser simbolizadas e elaboradas. Além disso, permite supor que o estatuto que a transferência adquire é possível em função do lugar que o enquadre

ocupa como o elemento que torna possível sua utilização para o processo de representação das forças traumáticas.

Entende-se por enquadre o conjunto de possibilidades requeridas para o estabelecimento de uma análise. Foi um conceito trabalhado por diversos autores, inicialmente por Ida Malcapine e Bleger. Ainda que tenha particular importância na clínica, essa noção muitas vezes foi deixada de lado. Particularmente em português, a palavra pode levar a uma ideia de fechamento, que é o contrário do que uma análise propõe. No entanto, entendo que o conceito vai na direção da sustentação, da contenção e não do fechamento. Dá conta das condições necessárias para a instauração da situação analítica indispensável para a continência e simbolização do movimento pulsional.³

Roussillon (2006a) afirma que o enquadre é lei instaladora da situação analisante, na medida em que ele possibilita as condições de simbolização, suas leis, seu emprego e a conseqüente elaboração. Assegura as premissas de um encontro descontínuo que alterna presença e ausência de maneira regular, permitindo a solidão na presença do outro. No entanto, afirma que em algumas situações transferenciais as exigências oriundas do enquadre são vividas como uma ameaça à identidade e despertam vivências históricas do fracasso da capacidade de simbolização. A situação psicanalítica passa a não mais simbolizar a atividade de simbolização, e sim, os traumas históricos na forma de dessimbolização, o que é expresso por um aumento de destrutividade (Roussillon, 2006b). Nessas condições o autor propõe analisar o que é transferido, superposto a ele como forma de simbolizar a dessimbolização. Destaco a posição de Roussillon para enfatizar que a contenção que o enquadre proporciona torna viável a representação. A ideia presente no enquadre é a de que a conversão da intensidade pulsional em representação é possível na medida em que ela pode aparecer em um espaço que possa sustentá-la, numa dialética entre força e continência.

Assim, o trabalho do analista se dá a partir de dimensionar os movimentos da transferência no interior do enquadre. Portanto, o enquadre se constitui como um terceiro na junção das pulsões e dos objetos (Coelho Junior, 2015). Tanto o enquadre como o analista se constituem em um terceiro elemento.

Nesse sentido, Green (2010) aponta que a escuta do inconsciente está vinculada ao analista se colocar em uma posição terceira na qual também se apoia a transferência. É essa posição de estar situado no enquadre em um lugar terceiro que permite ao psicanalista um trabalho imaginativo,⁴ sobretudo quando há relações narcisistas, duais, com aspectos destrutivos envolvidos. A escuta imaginativa assentada na posição terceira por parte do psicanalista permite sair do realismo que essas relações impõem, possibilitando ao psicanalista passar da análise do conteúdo à análise do continente, deslocando-se do estruturado ao estruturante. A dimensão de espaço potencial do *setting* no sentido de Winnicott fica evidenciada nessa formulação.

Para finalizar, a escuta da passivação e da melancolização na análise envolve uma transformação das intensidades psíquicas em direção à simbolização. Isso se relaciona com a posição do analista em relação ao enquadre e a transferência. Portanto, diz respeito à presença do analista que, nestes tempos, está colocada em questão. Luís Cláudio Figueiredo (2021) afirma que o dispositivo psicanalítico é sempre virtual, tanto na análise presencial quanto na remota, pondo em evidência que a questão que se coloca é a sustentação do analista frente ao enquadre e a transferência, o que na minha opinião se relaciona a poder se colocar numa posição terceira em um espaço aerado que permita um trabalho imaginativo, podendo ultrapassar a passivação que porventura a transferência possa comportar.

NOTAS

2. Freud, 1985a, p. 155.
3. Sobre o papel do enquadre no trabalho on-line, cf. Castiel (2020).
4. O trabalho imaginativo se relaciona com a concepção de contratransferência, que não poderá ser abordada neste texto.

REFERÊNCIAS

- Birman, J. (2020). **O trauma na pandemia do coronavírus: suas dimensões políticas, sociais, econômicas, ecológicas, culturais, éticas e científicas**. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Castiel, S. (2019). **Narcisismo, pulsões e sexualidade: repercussões clínicas**. São Paulo: Escuta.
- Castiel, S. (2020). Brevíssimas reflexões para a clínica da última semana. Recuperado de <https://www.sig.org.br/reflexoes-muito-preliminares-para-a-clinica-da-ultima-semana/>
- Coelho Junior, N. E. (2015). Figuras da terceiridade na psicanálise contemporânea: suas origens e seus destinos. **Cadernos de Psicanálise**, 37(32).
- Figueiredo, L. C. (2021). **A mente do analista**. São Paulo: Escuta.
- Freud, S. (1985a). **Inibições, sintomas e angústia** (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. XX). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1985b). **O ego e o id** (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. XIX). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1985c). **O problema econômico do masoquismo** (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. XIX). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1985d). **Os instintos e suas vicissitudes** (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. XIV). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1985e). **Sobre o narcisismo: uma introdução** (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. XIV). Rio de Janeiro: Imago.
- Green, A. (2006). **El trabajo de lo negativo**. Buenos Aires: Amorrortu.
- Green, A. (2010). **El pensamiento clínico**. Buenos Aires: Amorrortu.
- Green, A. (2017). **La clínica psicoanalítica contemporânea**. Buenos Aires: Amorrortu.
- Green, A. et al. (1988). **A pulsão de morte**. São Paulo: Escuta.
- Green, A., & Urribarri, F. (2015). **Del pensamiento clínico al paradigma contemporáneo: conversaciones**. Buenos Aires: Amorrortu.
- Levine, H., Reed, G., & Scarfone, D. (2019) **Estados não representados e a construção do significado: contribuições clínicas e teóricas**. São Paulo: Blucher.
- Roussillon, R. (2006a). **A “linguagem” do enquadre e a transferência sobre o enquadre**. Paris: Colóquio SPP.
- Roussillon, R. (2006b). **Paradoxos e situações limites da psicanálise**. São Leopoldo: Unisinos.

POLÍTICAS DA VERDADE E SUAS TRANSFORMAÇÕES NO NEOLIBERALISMO: O SUJEITO SUPOSTO SABER EM TEMPOS ALGORÍTMICOS¹

THE POLITICS OF TRUTH AND ITS TRANSFORMATIONS IN NEOLIBERALISM:
THE SUBJECT SUPPOSED TO KNOW IN ALGORITHMIC TIMES

Nelson da Silva Junior²

Resumo: O desenvolvimento de tecnologias de segmentação pública e a distribuição selecionada de informações acrescentaram novas possibilidades à antiga arte da persuasão. Essas tecnologias não apenas atingem um nível inédito de individualização da informação na história da mídia de massa, como também são capazes de produzir o conjunto de informações mais aceitável para cada indivíduo ou grupo de indivíduos. Na verdade, pode-se dizer que essas tecnologias constituem um novo tipo de poder, em que a produção da verdade em tempos algorítmicos permite a condução controlada das ações futuras de sujeitos e grupos com uma forma de proximidade sem precedentes. A fim de tentar isolar e compreender a eficácia dessas ferramentas algorítmicas, exploro o pensamento de Michel Foucault sobre as modalidades de poder. Para concluir essas reflexões, sublinho o interesse renovado de pensar a dinâmica do poder com base em uma concepção da linguagem como um elemento que precede os sujeitos. Isso coloca a abordagem crítica da alienação social em um terreno diferente da retórica e da persuasão, e mais próximo de uma análise dos efeitos ontológicos do discurso, a saber, a dimensão performativa da linguagem.

Palavras-chave: Tecnologias algorítmicas. Poder. Produção da verdade. Linguagem. Produção da subjetividade.

¹ Versão ligeiramente modificada do artigo: Silva Junior, N. (2019). *The politics of truth and its transformations in neoliberalism: the subject supposed to know in algorithmic times*. *Filozofski Vestnik*, 38(1).

² Nelson da Silva Junior é psicanalista, doutor em Psicopatologia Fundamental pela Universidade Paris VII, e professor titular do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da USP. Membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae e da Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental. Coordenador do Latesíp.

Abstract: *The development of technologies for public segmentation and selected distribution of information added new possibilities to the old art of persuasion. These technologies not only achieve an unthought level of individualization of information in mass media history, but also are able to give the most acceptable cluster of information to each individual or group of individuals at a time. In fact, these technologies can be said to constitute a new kind of power, where the production of truth in algorithmic times allows the controlled conduction of subjects and groups in an unprecedented close way. In order to try to isolate and to understand the effectiveness of these algorithmic tools, I explore Michel Foucault's thought on power modalities. To conclude these reflections, I underline the renewed interest of thinking power dynamics based on a conception of language as an element that precedes the subjects. That puts the critical approach of social alienation on a different ground from rhetoric and persuasion, and closer to an analysis of ontological effects of discourse, that is, the performative dimension of language.*

Keywords: *Algorithmic technologies. Power. Truth production. Language. Subjectivity production.*

Desde as últimas eleições no Brasil uma série de fenômenos perturbadores veio à tona: a polarização da população brasileira em dois grandes blocos, a disseminação de comportamentos de violência verbal e física, a naturalização do preconceito, da segregação e da exclusão. Testemunhou-se o menosprezo pela reflexão e pelo debate enquanto modos de conciliação das diferenças. Em seu lugar, eclodiu uma espécie de legitimidade da agressão verbal e física contra aqueles considerados como encarnações da corrupção moral e sexual da ordem, da família e do progresso econômico. Finalmente, cabe sublinhar a presença de um líder com atitudes e discursos autoritários, frequentemente contraditórios, com declarações homofóbicas, misóginas e racistas, com narrativas maniqueístas capazes de mobilizar as massas e que venceu as eleições por voto popular: o capitão reformado Jair Messias Bolsonaro. Nesse contexto, o conservadorismo e o moralismo parecem ser resultado de uma inquietante nostalgia do período da ditadura militar brasileira. Nome e patente estiveram em perfeita continuidade com as referências militares e religiosas de sua campanha e posterior gestão política, que foram sistematicamente marcadas por uma clara política de polarização ideológica da população.

Estamos diante de uma situação análoga àquela que levou Hannah Arendt a escrever *As origens do totalitarismo*. Diante dos horrores da Segunda Guerra, sua geração se perguntava: “O que havia acontecido? Como pode aquilo ter acontecido?” (Arendt, 2000, pp. 339-340). Mas diferenças essenciais estão em jogo no que se refere aos meios de persuasão das massas empregados nesses dois momentos. De fato, as novas tecnologias digitais e suas possibilidades inéditas de gestão do saber inauguram, segundo penso, uma nova etapa das *políticas da verdade*, termo cunhado por Michel Foucault (Foucault, 2017c). Vejamos como ele descreve essa noção.

Para Foucault (2017c), a função política do intelectual apresenta uma radical mudança ao longo do século XX. Essa mudança é ilustrada por ele com dois tipos diferentes de intelectuais e suas relações com a política. Do final do século XIX até a Segunda Guerra Mundial, o intelectual era um sujeito livre e moralmente engajado que encarnava a consciência universal. Ele não se confundia com outras pessoas também com formação acadêmica, cujas ocupações implicassem conhecimento científico, como o médico ou o engenheiro. Em vez disso, tais intelectuais tinham, em geral, uma educação em direito, o que lhes permitia serem escutados com respeito a cada vez que questões sociais aparecessem em discussões sobre valores universais e humanistas, como justiça, crimes e sua devida punição. A metade do século XX trouxe outro tipo de intelectual, o que Foucault chama de específico, que era escutado por seus conhecimentos sobre assuntos específicos, principalmente em questões técnicas, cujos efeitos afetariam a todos, como a energia atômica e seus riscos. Ao contrário do universal, o intelectual específico é especializado e tem profundo conhecimento de poucos problemas objetivos. Mas esse conhecimento limitado é justamente o que sustenta e fundamenta a sua opinião quando surgem problemas gerais. De fato, essa mudança foi o resultado do desenvolvimento de estruturas tecnológicas que trouxeram uma nova forma de poder político cujos agentes eram os cientistas.

Sabemos que a abordagem de Foucault sobre a verdade é inspirada na crítica de Nietzsche ao idealismo ocidental. Isso significa que a verdade não é considerada uma realidade transcendente e/ou absoluta. Ao contrário, a verdade é vista como uma criação social radicalmente mundana e contingente, inseparável do poder, e que é política e historicamente situada. Nesse sentido,

CONVIDADO

toda sociedade, segundo Foucault (2017c) tem sua política geral de verdade, a saber, os tipos de discurso que esta sociedade aceita como verdadeiros, seus mecanismos e formas de distinguir enunciados, técnicas e procedimentos verdadeiros e falsos para alcançar a verdade e também o status daqueles que estão autorizados a dizê-la. Em nossa sociedade, a economia política da verdade, diz Foucault, é historicamente marcada por cinco características: o discurso científico é a forma legítima da verdade, a verdade é constantemente demandada e usada pela política e pela economia, a verdade é abundantemente difundida e consumida, é produzida principalmente sob o controle de grandes instituições políticas e econômicas como universidades, exército e assim por diante, e finalmente a verdade está no centro de todo um debate político e de confrontos sociais (Foucault, 2017c, p. 112-113).

Essa descrição pode parecer confiável ainda hoje, pois cientistas e universidades continuam sendo considerados os agentes mais legítimos dos discursos verdadeiros. Suas produções ainda despertam grande interesse dentro dos domínios político e econômico, e são mais do que nunca objeto de difusão ampliada, de consumismo e debates sociais de alta intensidade. No entanto, gostaria de chamar a atenção para o fato de que o regime político da verdade de nossa sociedade passou por mudanças importantes desde o texto de Foucault. Isso se deveu não apenas a algo a que Foucault não teve acesso, a saber, o advento da internet, mas principalmente ao funcionamento entrelaçado dessa nova tecnologia com a política neoliberal pelo mundo.

Primeiro, a produção da verdade não está mais exclusivamente sob o controle de universidades e instituições estatais. Empresas privadas, desde então, estenderam seus próprios recursos para P&D, fomentando uma produção de conhecimento muito precisa e adaptada às suas necessidades de mercado. A difusão de realizações de pesquisa e/ou seus fracassos também mudou, porém em direção oposta. Por um lado, com o advento da internet, o conhecimento científico parece ter finalmente se tornado acessível a todos no planeta. De fato, poderíamos dizer que vivemos em tempos sem precedentes de uma democracia da verdade. Por outro lado, a difusão do conhecimento tornou-se gradualmente mais parecida com a difusão da propaganda, tanto por causa da forma simplificada de sua linguagem quanto de sua função de aumento de consumo. Nesse sentido, os agentes sociais tradicionais dotados do discurso da verdade, como cientistas e universidades, também foram afetados pela lógica econômica que emoldurou as verdades científicas. Eles não podem mais falar por si mesmos, seu testemunho não é mais gratuito, e sua palavra é convidada a ser ouvida apenas sob pesadas restrições econômicas. Seu poder de opinião é chamado apenas como um apoio a mais, enquanto agentes legitimadores, no mesmo nível das estrelas de cinema e de outros influenciadores de opinião. Mas isso não significa que os intelectuais específicos se tornaram apenas fantoches nas mãos dos profissionais de marketing. Eles ainda têm uma função essencial na produção de tecnologias eficazes e complexas. Em outras palavras, eles ainda são responsáveis por produzir a verdade. É principalmente o seu papel de legitimação e disseminação em questões de verdade que mudou. Primeiro, eles perderam o privilégio de dar a última palavra sobre os assuntos de seu domínio. Não apenas a rede se tornou uma fonte quase infinita de conhecimento disponível, mas também o ambiente digital sempre pode oferecer uma infinidade de declarações opostas às suas. Isso implica, talvez, o que pode ser considerado a transformação mais importante no regime de verdade da nossa sociedade: com tantas informações, com esse material contraditório, cabe ao consumidor decidir o que pode ser considerado verdade. O atual agente legitimador da

nova economia da verdade da nossa sociedade é, na verdade, o próprio homem comum.

Comparado ao intelectual específico, o homem comum não pode produzir, mas pode decidir quais fatos e ideias ele acreditará serem verdadeiros. Outra diferença é que seu domínio do conhecimento não é local e particular como o do intelectual específico, mas diz respeito a todos os temas, e, nesse aspecto, está mais próximo ao intelectual universal do que ao intelectual específico. Por fim, houve um movimento contrário à rarefação da verdade: enunciados cuja confiabilidade dependia do reconhecimento de um respeitado pesquisador, resultantes de uma série de procedimentos amparados em laboratórios, tornaram-se inflacionados, incessantes e generalizados, pois todos se sentem capacitados para discerni-los.

Mas o ambiente digital do qual o homem comum retira seu conhecimento não é o campo natural de sua própria experiência. Longe disso, e devido à tecnologia algorítmica altamente desenvolvida, esse ambiente é cuidadosamente e completamente controlado. Isso significa que o homem comum, o usuário da rede, está dividido em uma situação dupla: por um lado, ele age livremente e decide sem restrições, a cada vez, a confiabilidade que merece cada informação à qual ele tem acesso. Por outro lado, o ambiente e as fontes de onde ele adquire seus conjuntos de informações são o resultado de um processo de seleção projetado e personalizado com precisão. Estamos aqui diante de uma forma indireta de poder: o poder sobre as possíveis ações do outro. Esse tipo de poder individualizado baseado no controle do meio ambiente e nas possibilidades de ação dos indivíduos foi nomeado por Foucault como um poder pastoral, uma expressão oriunda do tipo de controle que foi desenvolvido pela primeira tradição monástica cristã. A tecnologia digital tornou-se uma ferramenta política poderosa na economia neoliberal, uma vez que possibilita o pastoreio de um grande número de indivíduos livres, bem adaptados e individualizados. Para compreender como esse personagem aparece e se engaja no novo regime de verdade de nossa sociedade, vamos começar com uma comparação com seu antecessor, o receptor da mídia de massa tradicional. Isso nos permitirá discernir as estruturas mais gerais dessa nova tecnologia e sua aplicação à modalidade pastoral do poder, cujo primeiro diagnóstico foi realizado por Foucault. De fato, se o homem comum é alçado artificialmente ao novo sujeito suposto saber no neoliberalismo, cabe primeiramente entender como isso ocorre, para, em seguida, pensar o que isso revela da estratégia geral de poder no neoliberalismo.

A MUTAÇÃO DA PRAGMÁTICA NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO: DA MASSA PASSIVA AO SUJEITO LIVRE

A comunicação de massa cresceu exponencialmente ao longo do século XX a partir dos avanços técnicos, com um alto poder de alcance e/ou de reprodução. Marshall McLuhan, por exemplo, falava nos anos 70 que os meios de comunicação haviam transformado o planeta em uma aldeia global. Apesar de essa expressão ser ainda mais verdadeira hoje, pois as redes de comunicação possuem uma tecelagem muito mais fina em torno da Terra, dois funcionamentos muito diferentes da comunicação estão em jogo em cada um desses momentos. De fato, uma mudança radical ocorre na lógica da comunicação com o advento de novas tecnologias com os computadores pessoais, a internet e os *smartphones*.

Nos meios de comunicação tradicionais, através do rádio, canais de te-

CONVIDADO

levisão e de jornais impressos, uma mesma informação era destinada a todos. O dispositivo emissor era essencialmente dinâmico em relação a uma massa de espectadores estáticos, destinatários fixos de um fluxo incessante de informações. Essa passividade estrutural do espectador pode ser considerada como a marca de sua submissão na lógica das mídias de massa, uma vez que ele é impotente para interagir com as informações às quais tem acesso. Ora, no ambiente da internet, tanto o dispositivo como o usuário são essencialmente dinâmicos. Isso pode dar a impressão de que o espectador é menos passivo nesse contexto, mas, na verdade, ele está em uma relação ainda mais desfavorável do que antes em relação à sua liberdade de interação com as informações que lhe chegam. Essa aparente contradição entre a dinâmica do usuário e sua posição desfavorável se esclarece se pensarmos que os dispositivos de mídia atuais são programas de computação incansavelmente ativos. Tais programas fornecem novas informações ao usuário a partir de uma análise algorítmica das rupturas de seus padrões de busca. Qualquer busca por bilhetes de avião no Google produzirá o surgimento de dezenas de pacotes turísticos na tela. Assim, a experiência do usuário é aquela de uma confortável antecipação do mundo aos seus próprios interesses. Sua liberdade, porém, é bem menor do que a do espectador televisivo, pois é precisamente ao inovar em suas buscas e interesses que o usuário contribui para seu próprio mapeamento e consequente isolamento em novos conjuntos de possibilidades de ação.³

As modalidades de experiência social dessa nova tecnologia de informação também não podem mais ser compreendidas no antigo paradigma da comunicação de massa. Nesse caso, uma mesma mensagem era transmitida simultaneamente a um grande número de pessoas, mobilizando afetos e pensamentos em uníssono. Atualmente, a pluralidade das séries une as pessoas em grupos segmentados, produzindo afinidades estéticas muito mais específicas. Os instrumentos de interação social mais poderosos atualmente são, sem dúvida, as mídias sociais. Pelo Facebook e pelo Instagram, cada um pode ter a sensação de ver a todos e de ser visto por todos. Contudo, essa experiência de publicidade global é parcial. Os grupos aos quais cada usuário é convidado a pertencer seguem, em sua formação, a mesma lógica de seleção de informações por rupturas de padrões. Um dos efeitos desse tipo de agrupamento é a legitimação coletiva das informações recebidas por cada um, donde a eficácia persuasiva das *fake news*. Outro efeito é aquele de um isolamento progressivo entre diferentes agrupamentos, uma vez que as informações às quais cada grupo tem acesso são dificilmente acessíveis aos outros, acirrando artificialmente as polaridades entre diferentes posições políticas da população. De fato, não apenas não há discussões entre segmentos opostos, como eles se encontram isolados, sem acesso às mesmas informações, e nem mesmo às mesmas *fake news*, o que facilita um processo de constituição de grupos por oposição a outros, na conhecida lógica do narcisismo das pequenas diferenças (Freud, 1982c).

Vem completar esse processo um outro aspecto particularmente eficaz, do ponto de vista do apelo emocional, na relação entre o líder e seus interlocutores, a saber, a criação de uma proximidade aparente. Trump, por exemplo, inaugurou um novo método de comunicação com a população através do Twitter. Declarações que, na política tradicional, seriam consideradas como “quebras de protocolo”, são, na verdade, um estilo específico de governo pela comunicação. A experiência do eleitor ou cidadão é a de ter intimidade com seu líder, o que legitima a veracidade de suas declarações. Ao comparar as informações que recebe diretamente de seu líder com aquelas que recebe pelos meios tradicionais de comunicação, as divergências tendem a ser sistema-

ticamente interpretadas como manipulação dos opositores. A discrepância das informações entre os próprios meios se integra desse modo às práticas de desinformação intencional das *fake news*. Entra aqui também o desrespeito periódico do líder pelas instituições. A marca do herói começa precisamente com seu desprezo pela situação instituída. Mas as afirmações desrespeitosas são sistematicamente seguidas de um desmentido. Nesse caso, o efeito das contradições não é a desconfiança, mas algo mais próximo do que Orwell descreveu em sua parábola crítica ao totalitarismo soviético, o *duplipensar*. Em termos analíticos, a defesa psíquica em jogo é a da recusa, cuja formalização última é a afirmação: “Sim, eu sei, mas mesmo assim...”

Tal como descrito por Freud, o circuito de verdades se fecha em torno de cada grupo e seu líder. No interior dos grupos, as identificações se reforçam pela exclusão de alteridades ameaçadoras e pela construção de inimigos. Contudo, algo mais está em jogo, a saber, a participação de instrumentos técnicos nesse processo de produção de grupos, de simplificação de verdades e de redução da lógica discursiva a negações simples. Esse elemento técnico inexistia até há pouco na comunicação de massa. A produção algorítmica de um conjunto de informações específico para cada sujeito e simultaneamente para aquele de seus agrupamentos solicita uma nova abordagem conceitual do poder em jogo, diferente daquela usada para os meios tradicionais de comunicação.

Começemos pela singularização das ações de controle sobre cada indivíduo. Segundo Foucault, essa não é uma técnica recente nas práticas de poder. Em que pese o alto grau de refinamento tecnológico em jogo nas redes e mídias sociais hoje, sua origem pode ser encontrada no modelo do pastor e seu rebanho empregado pela tradição monástica cristã.

Foucault sublinha as diferenças entre a forma de governo da coletividade segundo o poder pastoral e aquela da política grega. O governo da *polis* era impessoal, no sentido que o governante era substituível ao longo do tempo. No caso do poder pastoral, o governo implica uma individualização máxima: o pastor é responsável não somente pelo rebanho como um todo, mas por cada ovelha em particular. Por isso, o pastor de almas cristão deve conhecer os pensamentos de cada um de seus fiéis: “sem conhecer o que se passa na cabeça das pessoas, sem explorar suas almas, sem forçá-las a revelar seus segredos mais íntimos”, não é possível exercer esse poder (Foucault, 2017b, p. 1048).

Foucault considera que os princípios do poder pastoral se perpetuaram na gestão biopolítica das populações pelas políticas públicas (saúde, segurança) e pelas instituições privadas. Ele define como *governamentalidade* o

conjunto constituído pelas instituições, pelos procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as práticas que permitem exercer esta forma bem específica, ainda que muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por forma maior de saber, a economia política e, por instrumento técnico essencial, os dispositivos de segurança (Foucault, 2004b, p. 111).

Nossa sociedade, mais do que qualquer outra, se caracterizaria como uma complexa combinação entre “técnicas de individualização e procedimentos de totalização” (Foucault, 2017b, p. 1048). Certa vez, Foucault se referiu a essa combinação como “verdadeiramente demoníaca” (Foucault, 2017a, p. 966).

CONVIDADO

O advento das técnicas pastorais no universo algorítmico das mídias sociais não foi testemunhado por Foucault. Através delas, a tecnologia do poder pastoral atingiu níveis de articulação com os procedimentos totalizantes de gestão social provavelmente mais demoníacos do que os de sua época. Contudo, cabe notar que os procedimentos totalizantes de nossa época são aqueles do neoliberalismo. Naturalmente, a governamentalidade segundo Foucault não se resume ao modo neoliberal de gestão da população, que é apenas sua forma atual. Mas estamos imersos nessa forma e ela utiliza o poder pastoral que lhe convém. Com efeito, a atualização do poder pastoral pela internet se articula com surpreendente perfeição aos princípios de totalização do projeto neoliberal ao qual está associada.

Ora, o neoliberalismo se caracteriza por dois aspectos. Primeiramente, pelo questionamento da ideia de Estado enquanto uma necessidade inquestionável, o que marca sua diferença para com a forma anterior, pautada pela ideia de Estado como um fim em si mesmo. Em segundo lugar, pela promoção da lógica de maximização de benefícios e redução dos custos a um princípio de ação universal. Esses dois aspectos do neoliberalismo são homólogos à ideia de que os sujeitos sejam radicalmente livres. Gary Becker, prêmio Nobel de economia, sustenta que qualquer comportamento humano deva ser sempre considerado como uma “escolha racional entre objetivos excludentes visando à maximização de utilidades” (Becker, 1990, p. 5).

Contudo, Becker não problematiza o conjunto de escolhas disponíveis ao sujeito livre. Uma análise mais detida desse conjunto demonstra com facilidade que se trata de uma liberdade vigiada. Por exemplo, no caso do funcionamento algorítmico das novas mídias sociais, os objetivos excludentes oferecidos à escolha racional de cada um são objeto de um refinado controle. O mesmo poderia ser dito a respeito das escolhas racionais do sujeito no mundo atual. Compreende-se, assim, a razão de fundo de um aparente paradoxo do neoliberalismo, a saber, aquele de ser simultaneamente uma teoria de gestão social fundada na liberdade individual e se colocar como totalmente compatível com governos autoritários e violentos, como mostra o “experimento inaugural” realizado no Chile de Pinochet.

A LINGUAGEM COMO HORIZONTE DE AÇÃO DOS SUJEITOS

A análise foucaultiana da governamentalidade neoliberal coloca em relevo precisamente isso: as relações de poder só podem se dar sobre sujeitos que agem como se fossem totalmente livres. Desde o advento da biopolítica, diz Foucault, governar passou a ser estruturar o eventual campo de ações dos outros, presentes e futuras (Foucault, 2017b, p. 1055). Isso implica definir os “dispositivos”, os “quadros” e os “ambientes” e as normas nas quais os seres humanos se compreenderão como livres. Fica clara então a especificidade do *projeto performativo* do neoliberalismo no conjunto das formas de governamentalidade. Ninguém o explicitou com mais clareza do que Margaret Thatcher: “A economia é o método, mas o objetivo é transformar o espírito” (Harvey, 2013, p. 32). Em outras palavras, se a meta é a condução da ação de cada indivíduo no interior da condução geral da população, isso depende de considerar e educar cada um como um sujeito livre e racional frente às suas escolhas. Ao controlar o quadro discursivo, jurídico e moral dos sujeitos considerados como unidades de cálculo custo-benefício, podemos falar que os dispositivos do neoliberalismo efetivam-se como formas específicas de produção de subjetividades em um plano ontológico. Com efeito, diz Laval, “não se trata primordialmente

de uma ideologia. Se trata antes de mais nada de uma tecnologia de poder” (Laval, 2018, p. 42).

Para concluir estas reflexões, gostaria de ressaltar alguns pontos. O primeiro ponto diz respeito a uma transformação na estratégia discursiva da dominação, que passa a trabalhar essencialmente no campo da pragmática. De fato, a retórica dos líderes autoritários e, para usar uma expressão particularmente feliz proposta por Ian Parker, *calculadamente estúpidos*, continua fundamentalmente a mesma descrita pelos fundadores da Escola de Frankfurt.

Horkheimer e Adorno viram na psicanálise freudiana uma forte aliada no entendimento da publicidade na cultura e na política. Em suas pesquisas empíricas sobre o antissemitismo, Adorno ampliou as interpretações de *Psicologia das massas*, e descreveu novos elementos retóricos: o pequeno grande homem, o rebaixamento de inibições, a nobreza do sacrifício, a indeterminação da causa a ser defendida, a limitação da argumentação à repetição a um grupo restrito de clichês, etc. (Adorno, 1951).

Cabe também lembrar que Adorno diferencia com precisão cirúrgica a abordagem psicanalítica e a interpretação propriamente sociológica na compreensão do fenômeno de massa. Para ele, ainda que haja sempre uma propensão espontânea para o fascismo em todas as massas, “a manipulação do inconsciente é indispensável para a atualização de seu potencial”. Assim, Adorno sustenta que “o fascismo como tal *não* é um problema psicológico”. O fascismo apenas “define uma área psicológica que pode ser explorada de forma bem-sucedida pelas forças que o promovem por razões de interesse próprio” (Adorno, 1951, pp. 185-186).

Adorno compreende tal apropriação dos conceitos psicanalíticos pela indústria cultural e pela política como um anestésico do “potencial revolucionário das massas”. Considerando que a psicanálise visa a emancipar o sujeito das leis heterônomas do inconsciente, Adorno descreve a indústria cultural como uma espécie de “psicanálise ao avesso”. Adorno reafirma, portanto, a pertinência da teoria freudiana do poder, assim como a eficácia do registro semântico no qual ela vigora. Mas ele a inclui em uma dimensão mais ampla da linguagem, propriamente pragmática, onde a tecnologia da comunicação institui formas de poder capazes de absorver e utilizar a seu favor os conceitos da psicanálise, anulando seu potencial crítico.

A meu ver, a abordagem dessa forma de dominação do ponto de vista foucaultiano confirma a mudança de Adorno para a pragmática na interpretação dos fenômenos de mobilização de massas. Mas suas ferramentas conceituais vão ainda mais longe na importância de uma reflexão sobre o poder do ponto de vista da linguagem como um elemento que precede os sujeitos. A linguagem é o ambiente socializante por excelência e, como tal, é também nesse campo possível que os sujeitos e suas ações podem ser melhor controlados. Segundo Foucault, o principal objetivo de seu trabalho foi tentar “produzir uma história dos modos de subjetivação do ser humano em nossa cultura [ou seja] os modos de objetivação que transformam os seres humanos em sujeitos” (Foucault, 2017b, p. 1042).

Nesse sentido, ele considera os discursos, as disciplinas e as práticas como forças essencialmente performativas do conhecimento e do poder que socializam os sujeitos ao objetivá-los. Essa forma de transformar os seres humanos pode ser vista como estando em bases diferentes da retórica e da persuasão. Nos modos de subjetivação, os sujeitos e sua consciência são pensados como

CONVIDADO

os efeitos dos discursos, disciplinas e práticas, dispositivos fundamentalmente abertos à contingência histórica. Em outras palavras, a perspectiva foucaultiana, baseada em uma abordagem essencialmente pragmática dos discursos, sugere que uma análise do poder na chave neoliberal enfatiza um nível propriamente performativo de seu funcionamento, onde a linguagem precede os sujeitos e suas relações sociais.

Isso permite-nos concluir enfatizando a centralidade da linguagem numa visão crítica dos discursos alienantes e das suas técnicas. Sintaxe, semântica e pragmática podem ser vistas como um contorno capaz de traçar diferenças nas formas de poder que são alcançadas pela linguagem e que não só persuadem e fazem parte dela, mas que de fato constituem sujeitos e relações sociais. O poder na governamentalidade neoliberal não é apenas atualizado por uma semântica centrada na figura paterna, seguindo a hipótese freudiana da psicologia de massas, nem por uma sintaxe da razão instrumental das dimensões planetárias, como mostra a Escola de Frankfurt. Ela se infiltra mais sutilmente nas estruturas da linguagem que definem a essência dos sujeitos e suas relações sociais.

O segundo ponto que sugiro para a discussão diz respeito à transformação nas políticas da verdade sob o regime neoliberal ao elevar o homem comum ao lugar do sujeito suposto saber. Após o intelectual universal, após o intelectual específico, a verdade é hoje legitimada pelo homem comum. Mas isso não se realiza simplesmente através de um mero convencimento retórico do homem comum de sua excelência intelectual. Pelo contrário, sua ascensão ao lugar de sujeito suposto saber depende de um controle refinado das estruturas sociais de reconhecimento desse seu novo posto, isto é, do seu ambiente discursivo mais imediato. Como afirma Foucault, trata-se de uma evolução tecnológica verdadeiramente demoníaca, capaz de articular formas de gestão totais, de amplitude biopolítica, com formas de vigilância individualizadas, que conduzem silenciosamente suas conclusões garantindo sua impressão de autonomia e de descoberta.

Ora, esse acesso privilegiado à verdade produzido não mais pela persuasão retórica, mas sim pelo caráter performativo do poder pastoral, tem seu preço. A principal diferença, do ponto de vista das interações discursivas, é que a retórica admite o que se poderia chamar de uma *logomaquia*, isto é, uma *guerra de palavras*, onde os oponentes se reconhecem legitimamente como tais. Já no momento performativo da dominação, o homem comum, devidamente alçado ao lugar de saber, sente que deve proteger a verdade sem se submeter a tal guerra de palavras. Não por acaso, as informações que lhe chegam sobre o mundo e a sociedade têm sempre a mesma forma: "Você estava sendo enganado". Em 1973, em seu seminário sobre o poder psiquiátrico, Foucault demonstra como a verdade na medicina progressivamente passa de um regime revelação, isto é, de acontecimento esporádico, para o regime demonstração. Ora, na dominação algorítmica da política neoliberal, a verdade como demonstração é de novo reabsorvida no regime de verdade como revelação. A experiência de saber a verdade do homem comum não é separável daquela de ter sido enganado, o que nos permite adjetivar seu conhecimento como essencialmente paranoico. De fato, a agressividade passa, assim, a intermediar as relações sociais em torno da detenção da verdade. Não é um acaso que o revisionismo da história e o negacionismo da geografia esférica da Terra sejam pontos de honra para o novo sujeito suposto saber, já que no conhecimento paranoico, tudo o que é senso comum, todo conhecimento estabelecido deve ser colocado sob suspeita.

NOTA

3. Uma série de documentários tem recentemente abordado essa questão. Em particular, *The social dilemma*, dirigido por Jeff Orlowski e escrito por Orlowski, Davis Coombe e Vickie Curtis, lançado pela Netflix, em 9 de setembro de 2020.

REFERÊNCIAS

- Adorno, T. (2007). A teoria freudiana e o modelo fascista de propaganda [1951]. In: _____. **Ensaio sobre psicologia social e psicanálise** (p.153-189). São Paulo: Editora UNESP.
- Arendt, H. (2000). **As origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- Becker, G. (1990). **The economic approach to human behavior**. Chicago: The University of Chicago Press.
- Foucault, M. (2004b). **Sécurité, territoire, population, cours au Collège de France (1977-1978)**. Paris: EHSS/Seuil/Gallimard.
- Foucault, M. (2017a). “Omnes et singulatim”: vers une critique de la raison politique. In Foucault, M. **Dits et écrits** (Vol. II, 1976-1988). Paris: Gallimard.
- Foucault, M. (2017b). Le sujet et le pouvoir. In Foucault, M. **Dits et écrits** (Vol. II, 1976-1988). Paris: Gallimard.
- Foucault, M. (2017c). La fonction politique de l’intellectuel [1976]. In Foucault, M. **Dits et écrits** (Vol. II, 1976-1988, p.109-114). Paris: Gallimard.
- Freud, S. (1982a). **Das Ich und das Es** (Studienausgabe, III). Frankfurt-am-Main: Fischer Taschenbuch Verlag.
- Freud, S. (1982b). **Das ökonomische Problem der Masochismus** (Studienausgabe, III). Frankfurt-am-Main: Fischer Taschenbuch Verlag.
- Freud, S. (1982c). **Das Unbehagen in der Kultur** (Studienausgabe, IX). Frankfurt-am-Main: Fischer Taschenbuch Verlag.
- Freud, S. (1982d). **Der Mann Moses und die monotheistische Religion** (Studienausgabe, IX). Frankfurt-am-Main: Fischer Taschenbuch Verlag.
- Freud, S. (1982e). **Jenseits des Lustprinzips** (Studienausgabe, III). Frankfurt-am-Main: Fischer Taschenbuch Verlag.
- Freud, S. (1982f). **Massenpsychologie und Ich-Analyse** (Studienausgabe, IX). Frankfurt-am-Main: Fischer Taschenbuch Verlag.
- Freud, S. (1982g). **Neue Folge der Vorlesungen zur Einführung in die Psychoanalyse. 35 Zur einer Weltanschauung** (Studienausgabe, I). Frankfurt-am-Main: Fischer Taschenbuch Verlag.
- Freud, S. (1982h). **Totem und Tabu** (Studienausgabe, IX). Frankfurt-am-Main: Fischer Taschenbuch Verlag.
- Freud, S. (1982i). **Warum Krieg?** (Studienausgabe, IX). Frankfurt-am-Main: Fischer Taschenbuch Verlag.
- Harvey, D. (2013). **Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola.
- Laval, C. (2018). **Foucault, Bourdieu et la question néolibérale**. Paris: Éditions La Découverte.

ENTREVISTA COM A PSICANALISTA VERA BLONDINA ZIMMERMANN

INTERVIEW WITH THE PSYCHOANALYST VERA BLONDINA ZIMMERMANN

– **TU TENS AMPLA EXPERIÊNCIA CLÍNICA, FOSTE PSICÓLOGA ESCOLAR NO INÍCIO DA TUA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL, PROFESSORA E SUPERVISORA NO ESTÁGIO DE PSICOLOGIA CLÍNICA DA UFRGS, ESPECIALMENTE NA PRÁTICA COM CRIANÇAS, E TENS PARTICIPADO DA FORMAÇÃO DE MUITOS DE NÓS DESDE LÁ. PODERIA NOS CONTAR COMO SURTIU O TEU INTERESSE PELA ESCUTA E PELA CLÍNICA PSICANALÍTICA COM CRIANÇAS? QUAIS OS DESAFIOS QUE ENCONTRASTE E QUAIS OS DESAFIOS ATUAIS?**

Na verdade, minha primeira escuta clínica foi de uma instituição escolar, com sofrimento psíquico e demanda para receber atendimento: “Gostaria que preparasses a mim e ao grupo de professores para minha saída da Direção da Escola, porque após tantos anos de trabalho juntos, será muito difícil para nós!” sic; “Gostaria que transformasses a pré-escola que temos para filhos de professores e funcionários numa escola para o público em geral!” sic; “Precisamos crescer, abrir-nos!” (direção). Precisei, num primeiro momento, aprender a escutar a instituição enquanto sujeito e essa formação posterior à psicologia recém-terminada custava-me muito esforço e quase todo meu salário, mas retornou com uma satisfação e experiência clínica importante, além de conhecimento substancial do desenvolvimento infantil. Ainda, possibilitou-me, mais tarde, realizar um trabalho igualmente institucional com adolescentes graves, o que culminou com meu doutorado. Também, colocou-me fundamentos para uma tarefa de que gosto muito, que é a de constituir equipes para um trabalho transdisciplinar.

Mas a minha primeira especialização foi na clínica com bebês, quando ainda não era comum no Brasil e a clientela para intervenção precoce era rara, difícil de ser sustentada. A paixão pela clínica com crianças vinha atravessada pelo que era possível fazer naquele momento inicial de sobrevivência. Os dinamismos psíquicos e a complexidade de mecanismos do desenvolvimento, entrelaçando corpo e psiquismo, capturavam-me sempre. A formação psicanalítica na sociedade de Porto Alegre era-nos vedada. Unida com um grupo de colegas guerreiras, “herança de Ana Terra, Bibiana e toda geração de mulheres que atravessaram novos territórios para buscar novos caminhos”, fomos nos unindo com colegas do país vizinho (Buenos Aires) e constituindo nossa formação. Fui entrelaçando esses estudos com outras especializações em Porto Alegre, definindo-me pela tarefa clínica com crianças e adolescentes e de formação de profissionais.

Mesmo transitando por diferentes espaços, o cerne de tudo é a escuta clínica dos sujeitos em sofrimento, alimento que sustenta e revitaliza permanentemente meus projetos enquanto psicanalista.

¹ Vera Blondina Zimmermann, psicanalista.

² Questões elaboradas por Fernanda Dornelles Hoff e Marina Lucia Tambelli Bangel, psicanalistas e membros plenos da Sigmund Freud Associação Psicanalítica

– TEU INTERESSE, NO QUE SE REFERE TANTO AOS ESTUDOS TEÓRICOS QUANTO NA CLÍNICA, FOI AVANÇANDO PARA AS INTERVENÇÕES PRECOCES. ATUALMENTE COORDENAS O NÚCLEO DE BEBÊS COM SINAIS DE RISCO EM SAÚDE MENTAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. ESSE TRABALHO “APOSTA NA PREMISA CLÍNICA DE QUE SE UMA EQUIPE DE SAÚDE MENTAL PUDE INTERVIR NOS MOMENTOS INICIAIS DO DESENVOLVIMENTO E CONSTITUIÇÃO PSÍQUICA E REALIZAR INTERVENÇÕES NAS RELAÇÕES DA CRIANÇA COM SEU AMBIENTE, EVITARÁ OU MINIMIZARÁ QUE SE ESTABELEÇAM DETERMINADAS FIXAÇÕES E/OU PREJUÍZOS MAIORES.” PODES COMPARTILHAR CONOSCO COMO SURTIU ESSE PROJETO E O QUE ELE TEM REPRESENTADO PARA TI? COMO SE DESENVOLVE ESSE TRABALHO INTERDISCIPLINAR COM BEBÊS NO QUAL DIFERENTES PROFISSIONAIS COMPARTILHAM A CENA? NESSE CASO, QUAL A PARTICIPAÇÃO DE CADA UM? QUAIS OS MAIORES DESAFIOS QUE VOCÊS TÊM ENFRENTADO?

Quando iniciei meus trabalhos no Departamento de Psiquiatria da UNIFESP, especificamente no curso de medicina, fiz parte durante anos da equipe de professores de psicologia médica. Nesse espaço, verificava a falha curricular existente para sensibilização dos aspectos psicodinâmicos e a existência de poucos materiais de psicanálise para facilitar essa abordagem. Dediquei-me a desenvolver textos e aulas com um discurso psicanalítico capaz de ser absorvido por alunos de medicina. Culminou com um livro de psicologia médica, escrito por mim e alguns professores dessa equipe.

Concomitantemente, coordenava um ambulatório do Centro de Referência da Infância e Adolescência (CRIA) do mesmo departamento, recebendo em equipe multidisciplinar a busca de atendimento de toda gama de patologias, geralmente já graves. Nesse local passavam conosco os residentes de Psiquiatria da Infância e Adolescência. Fui repensando tudo isso, e lembrando do meu primeiro curso com bebês, bem como da minha vivência de psicopatologia no curso de psicologia da UFRGS: tínhamos que realizar observação semanal de um bebê durante todo o ano, para discutir os conteúdos de psicopatologia. O professor afirmava: para saber psicopatologia precisamos saber como é o início da constituição psíquica.

Com tudo isso fazendo questões na minha cabeça – ou seja, a vivência ambulatorial de tantas crianças que poderiam ter tido outro destino caso fossem atendidas mais cedo, meus anos de trabalho e investigação com adolescentes graves, constatação de que os residentes de psiquiatria tinham lacunas importantes no desenvolvimento infantil e na compreensão da relação corpo x psiquismo –, resolvi entrar novamente na clínica com bebês, organizando um lugar para escutar esse sofrimento inicial do sujeito e oferecer aos psiquiatras em formação, essa vivência fundamental para suas clínicas futuras.

Quanto à formação da equipe interdisciplinar, para que ela realize uma tarefa transdisciplinar, é necessário um trabalho de constituição semelhante ao que fazemos com um bebê: leituras de sinais, libidinização do corpo com suas diferentes partes, transmissão de valores e informações sobre conceitos a serem operacionalizados via a tarefa a ser feita, enfim, acompanhar muito de perto a equipe, até a possibilidade de ela conseguir um corpo unificado, um “eu” institucional, capaz de se apropriar de si mesmo e de se diferenciar dos seus semelhantes. Trata-se de um trabalho interminável, principalmente porque o modelo vai sendo repensado e modificado a partir da demanda externa e da demanda interna dos membros da equipe.

O maior desafio da coordenação é fazer funcionar um saber coletivo, sem supremacia de um deles. No caso, a psicanálise norteia o eixo do circuito pulsional, mas o corpo é representado por muitas e diferentes vozes. Nesse Ambulatório, me orgulho de, mesmo estando numa instituição médica, verificar que não há uma supremacia do saber da medicina: há um trânsito pelos diferentes saberes e escutas, onde a clínica dirige a demanda. Também, orgulho-me de observar que a equipe é respeitada em todo o departamento, principalmente pelos alunos, e que somos o único ambulatório, dentre muitos, que é coordenado por uma psicóloga, psicanalista. São conquistas importantes para a saúde mental.

Para mim, trata-se de um novo projeto clínico, como um “suplemento” da minha formação. Uma demanda e uma convocação também ética frente à primeira infância brasileira, bem como a formação de profissionais sensíveis aos processos subjetivantes. Talvez seja essa convocação por um objetivo maior que aplaca os narcisismos e une o grupo numa luta por algo que ultrapassa horizontes individuais.

– PSICANALISTAS COMO SILVIA BLEICHMAR E MARIE CHRISTINE LAZNIK COINCIDEM AO APONTAREM OS TEXTOS FREUDIANOS – PROJETO PARA UMA PSICOLOGIA CIENTÍFICA E CARTA 52 – COMO UMA VALIOSA CONTRIBUIÇÃO TANTO PARA A COMPREENSÃO DA CONSTITUIÇÃO PSÍQUICA QUANTO PARA AS INTERVENÇÕES CLÍNICAS PRECOSES COM BEBÊS QUE APRESENTAM SINAIS DE RISCO PSÍQUICO. QUAIS AS PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES DA LEITURA DESSES TEXTOS À LUZ DOS ESTUDOS ATUAIS SOBRE AS COMPETÊNCIAS DO BEBÊ?

Esses textos freudianos mencionados na pergunta continuam atuais para a clínica com bebês. Muitos colegas, de diferentes escolas da psicanálise, têm se dedicado a construir um modelo para fundamentar o quadro de autismo, a partir desses escritos. O conceito de vivência de satisfação, marcas mnêmicas, alucinação primitiva e, depois, no texto *A interpretação dos sonhos*, a formulação do conceito de desejo, são conceitos fundamentais que sustentam a clínica com bebês que se ocupam primordialmente com a constituição psíquica. A transformação que ocorre com a alucinação primitiva em busca do objeto de prazer, após a vivência de satisfação, fundamenta a diversidade e a singularidade de respostas do ser humano a um mesmo estímulo externo. Segundo o texto freudiano, trata-se de uma operação que transforma quantidades em qualidades, conceito fundamental no trabalho de intervenção, já que na maioria das vezes eles nos chegam por não estarem conseguindo êxito nesta operação, ora por falhas no aparato biológico, ora por falhas na função materna, ou por ambas, permanecendo num excesso não metabolizável, o que tende a produzir sintomas de toda ordem. A intervenção agirá nesses primórdios, fazendo ou refazendo aspectos do circuito pulsional, independentemente da origem das falhas no psiquismo e/ou no desenvolvimento.

Importante ressaltar que, além desses textos freudianos, agrego os conceitos de modos de representação psíquica, principalmente do modo originário, entendido como processo de metabolização, similar ao funcionamento orgânico, segundo metapsicologia de Piera Aulagnier. A junção corpo e psiquismo, fundamentada por essa autora, possibilita-nos avançar enormemente na clínica dos primórdios psíquicos.

– **SEGUNDO OS ESTUDOS DE MARIE CHRISTINE LAZNIK E AS REFLEXÕES TRAZIDAS NA REVISTA DA SIG NÚMERO 15, ONDE A AUTORA PROPÕE ESCLARECIMENTOS ACERCA DA CLÍNICA DE BEBÊS, MUITOS DOS IMPEDIMENTOS QUE OCORREM NOS MOVIMENTOS CONSTITUTIVOS DO SUJEITO, GERANDO O DESENVOLVIMENTO DO AUTISMO, SITUAM-SE ENTRE O 2º E O 3º TEMPO DO CIRCUITO PULSIONAL. OU SEJA, OS BEBÊS NÃO CONVOCAM SUAS MÃES, NÃO “SE FAZEM” COMER, VER OU OUVIR. HOVE UM TEMPO EM QUE RECAÍA SOBRE A MÃE/CUIDADOR TODO O PESO DE TAIS ACOMETIMENTOS. HOJE SABEMOS SER POSSÍVEL HAVER UM FECHAMENTO POR PARTE DO BEBÊ, INCLUSIVE LEVANDO A MÃE/CUIDADOR À DESISTÊNCIA, SENDO NECESSÁRIO UM TRABALHO DE REANIMAÇÃO PULSIONAL REALIZADO COM O BEBÊ E SEUS PAIS. COMO SE DÁ ESSE TRABALHO?**

O bebê que se apresenta desde o nascimento com dificuldades na interação com o outro causa um impacto narcísico em quem ocupa a função maternal, exigindo que esse cuidador também seja olhado por um outro que o reanime e sustente a permanência do seu olhar libidinizante, mesmo quando o retorno do olhar do bebê seja ausente. A estratégia fundamental na intervenção é sustentar o narcisismo materno, retirando a causalidade culpabilizante que logo se instala e emprestando para ela o nosso olhar constituinte preservado.

Além disso, busca ajudar a criar uma “arquitetura” na cena da relação com o bebê que também inclui saberes de outras disciplinas, muitas vezes passando por posturas corporais quando a origem do não retorno do olhar está em falhas sensório motoras. A equipe precisa ajudar na função materna a se apropriar dessas estratégias técnicas, sem nominá-las. Reconduzir o olhar da mãe para seu filho, mostrando sua capacidade de vir a ser, suas competências preservadas, enfim, ajudá-la a sustentar, minimamente, o filho sonhado, mesmo reconstituído.

– **COLWYN TREVARTHEN, PESQUISADOR DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, REFERIDO POR TI NO CURSO “O BEBÊ DO SÉCULO XXI” OFERECIDO NA SIG ESTE ANO, FALA DA MUSICALIDADE INATA DO BEBÊ, AFIRMANDO QUE O BEBÊ ESCUTA A MÃE, MAS TAMBÉM PRECISA SER ESCUTADO EM SUA INTEGRIDADE PARA QUE AMBOS POSSAM ESTAR EM SINTONIA COMO NA DANÇA, COMO EM UM TANGO. O BEBÊ PRECISA QUE ALGUÉM IDENTIFIQUE O QUE NECESSITA A CADA MOMENTO, SENDO DESENVOLVIDO POR FREUD O CONCEITO DE AÇÃO ESPECÍFICA. DIFERENTE DO APONTADO NA QUESTÃO ANTERIOR, COMO SE DÁ A INTERVENÇÃO QUANDO SÃO IDENTIFICADAS IMPORTANTES FALHAS NESSA AÇÃO ESPECÍFICA POR PARTE DA MÃE/CUIDADOR, TENDO RELAÇÃO COM SUA HISTÓRIA E SEU INCONSCIENTE?**

Nessas circunstâncias, quase sempre há necessidade de uma ação rápida de intervenção dos profissionais com o bebê, para suprir as falhas relacionais das funções parentais e estancamento do prejuízo em andamento. Porém, sempre realizando intervenções conjuntas, visando a ser um espelho para os pais e familiares. Enquanto já se processa o trabalho de intervenção como bebê, faz-se uma avaliação criteriosa do funcionamento da função materna e paterna, ou seja, onde as falhas estão instaladas (IRDI): estrutura psíquica dos pais, falta de informação, reações narcísicas frente às dificuldades de desenvolvimento do bebê, aspectos fantasmáticos dos pais em relação ao filho(a). São pensadas intervenções para que eles reorganizem seus olhares e lugares, conduzindo-os a descobrirem as competências do(a) filho(a), ajudando-os a se apropriarem das suas funções. Organizamos cenas para favorecer o encontro entre eles, tendo-se

o cuidado de evitar sentimentos competitivos na transferência dos terapeutas com os pais e vice-versa.

A história do filho é revisitada num trabalho com os pais, buscando separar o filho real do imaginado. Quando há prejuízo psíquico grave de um dos pais, a equipe oferece atendimento psicoterápico individual, realizado pelos residentes de psicoterapia.

Importante: quando o bebê chega com atrasos, inicia-se intervenção o mais rápido possível, sem esperar pela elucidação diagnóstica e nem pela situação ideal das funções parentais.

– ENQUANTO PSICANALISTAS, OBSERVAMOS UMA EPIDEMIA DO DIAGNÓSTICO DE TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA. EM PUBLICAÇÃO RECENTE APONTAMOS QUE, SOB ESSE DIAGNÓSTICO, TEMOS RECEBIDO BEBÊS E CRIANÇAS COM CONSTITUIÇÕES PSÍQUICAS COMPLETAMENTE DIFERENTES. PODERIAS COMENTAR OS MOVIMENTOS PSÍQUICOS QUE MARCAM A DIFERENÇA ESTRUTURAL ENTRE O AUTISMO E A PSICOSE INFANTIL E O QUE ISSO IMPLICA TAMBÉM EM TERMOS DE DIFERENTES PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO CLÍNICA?

O que se tem chamado de epidemia do diagnóstico psiquiátrico de TEA parece ser originado por muitos e diferentes fatores, não só por uma leitura apenas nosológica precipitada, mas também por uma interpretação etiológica errônea de sintomas considerados parte do quadro, mas que podem ser transitórios ou fazem parte de alguma outra comorbidade. Um exemplo atual importante foi a crescente demanda de atendimento por pais de bebês de um ou dois anos, assustados com sinais de isolamento, falhas na comunicação e na evolução da linguagem. Muitos desses bebês, durante a pandemia, ficaram muito tempo nas telas, longe da rede familiar e com pais trabalhando on-line. O fato de o bebê nessa faixa etária ficar siderado ao movimento das telas levou-os à falsa ideia de que eles estavam bem estimulados com aquilo que assistiam. Muitos deles já chegam com a hipótese diagnóstica de TEA, não só pelos profissionais, mas também pelas informações que os pais encontram na internet.

Apesar disso, não podemos ignorar que há um aumento de crianças com sinais de risco ligados à constituição do vínculo, o que entendo ser algo proveniente dos dinamismos relacionais predominantes no nosso século.

O olhar da psicanálise sobre o diagnóstico diferencial entre autismo e psicose constitui diferenças substanciais na abordagem da técnica. Seria um assunto para várias páginas, mas posso sintetizar, nomeando o trabalho com o bebê com sinais de risco de autismo como um trabalho de captura de seu olhar, uma pressuposição de saber nele e uma luta por possibilitar encontros que depois passarão a ser buscados, uma vez constituído o desejo. Mas nesse circuito pulsional em movimento, quando os sinais de autismo são trabalhados, podemos observar uma colagem no outro, sem estabelecimento da diferença entre eles, impedindo a constituição de uma triangulação. Temos, então, o que a psicanálise denomina de psicose.

No trabalho com bebês com sintomas de fechamento autístico, precisamos tomar muito cuidado com a evolução dos tratamentos: quando se estabelece um vínculo dual, os pais sentem-se tão satisfeitos que tendem a achar que o trabalho foi concluído e o abandonam. Dessa forma, a criança consegue se vincular, mas não evolui para a triangulação necessária, estruturando um quadro psicótico. Tecnicamente, no momento de conquista da vinculação a dois,

necessita-se apresentar a falta representada pela função paterna. Só assim o sujeito se constituirá fora da psicose.

No momento, temos um novo instrumento elaborado no Brasil por equipe multidisciplinar para realizar um diagnóstico diferencial do autismo, denominado Escala Labirinto, cuja capacitação de profissionais está se iniciando e nossa colega Daniele Wanderlei faz parte dessa equipe. Trata-se de um instrumento promissor para nossa clínica, somando-se ao trabalho importante feito pela Escala IRDI.

– EM 2019 RETOMAMOS EM UM SEMINÁRIO NA FORMAÇÃO EM PSICANÁLISE DA SIG A EXPERIÊNCIA DE OBSERVAÇÃO DE BEBÊS. O MÉTODO DE ESTHER BICK FOI UTILIZADO COM O PROPÓSITO DE OBSERVAR A RELAÇÃO CUIDADOR E BEBÊ NA CONSTITUIÇÃO PSÍQUICA E IDENTIFICAR OS EFEITOS TRANSFERENCIAIS DESSA EXPERIÊNCIA NO OBSERVADOR, SENDO DISCUTIDO EM GRUPO. BICK PROPÕE QUE O SENTIR SEJA EXPERIENCIADO E QUE, AO ESTAR NA CENA FAMILIAR, EXPERIMENTA-SE UM IMPACTO EMOCIONAL. PODERÍAMOS PENSAR QUE, NAS INTERVENÇÕES PRECOSES, A VIVÊNCIA TRANSFERENCIAL DO ANALISTA APRESENTA INTENSIDADES DIFERENTES QUE EM OUTRAS ESCUTAS?

Todo profissional que trabalha com bebês apresenta uma maior sensibilidade para aspectos não verbais e isso também organiza uma performance diferente na constituição e funcionamento das equipes. A leitura minuciosa de sinais corporais emitidos demanda sempre uma certa regressão, própria de funções maternas do período puerperal. Assim como a função materna com o recém-nascido necessita se desprender do mundo ao seu redor para conseguir fazer a violência primária e ajudar o sujeito incipiente a emergir, os profissionais que se ocupam de bebês também precisam estar em sintonia com essa linguagem de sinais corporais que eles emitem, mergulhando na escuta do pré-verbal, trabalho que cobra uma cena transferencial diferenciada da cena com sujeitos inscritos no verbal e simbólico.

– PODEMOS DIZER QUE AS NOVAS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES TÊM APRESENTADO DEMANDAS QUE CONVOCAM IMPORTANTES REVISÕES NA ESCUTA DA PARENTALIDADE? QUAIS SERIAM?

Enquanto psicanalistas sabemos que um sujeito se constitui a partir das funções materna e paterna e essas funções independem do gênero de quem as desempenha. Portanto, mudanças na configuração familiar não são responsáveis por eventuais problemas na constituição psíquica, apesar de ainda ocasionarem dificuldades socioculturais.

Um aspecto importante a ser revisado na escuta parental está ligado à importância maior da existência de uma rede familiar e social, rede que funcione como auxiliar, protetora dessas funções, visto que o século XXI tem aumentado as exigências em relação aos mecanismos necessários à sobrevivência dos seres humanos. A comunicação em tempo real possibilita que o sujeito que está se constituindo receba inúmeras informações conflitantes com seus modelos de identificação parentais, cobrando dessas funções um trabalho mais acurado para que uma espinha dorsal de significantes seja organizada, até que o psiquismo possa sustentar-se na diferença em relação ao outro. Acredito que na atualidade, a rede social também precisa ser pensada e incluída na nossa escuta de crianças e adolescentes.

– **9. A PANDEMIA, E EM ESPECIAL A NECESSIDADE DO DISTANCIAMENTO FÍSICO QUE ESTA TEM IMPOSTO À POPULAÇÃO, CONVOCOU OS PSICANALISTAS A TECER FORMAS DE TRABALHO, INCLUINDO A VIA ON-LINE, ACARRETANDO A NECESSIDADE DE VÁRIAS DISCUSSÕES ENTRE PARES SOBRE NOSSO FAZER CLÍNICO. PODES NOS CONTAR SOBRE OS DESAFIOS QUE ATRAVESSASTE COM ESSA EXPERIÊNCIA NA CLÍNICA COM BEBÊS E COM CRIANÇAS?**

Tivemos que rever nossos saberes, alargar nosso *setting*, explorar novas técnicas e possibilidades de escuta. Isso por si só já nos ajudou a repensar paradigmas, atitude que julgo saudável ocorrer nas práticas profissionais.

Penetrei nos lares e intimidades familiares, o que, às vezes, me constrangia, apesar de constatar que isso alargava minha fonte de informação sobre a realidade vivida pela criança.

Senti prejuízo na minha escuta enquanto referência aos padrões nos quais fui formada, mas não tenho condições de entender e avaliar os efeitos dessas mudanças nos processos terapêuticos. A nova clínica nos cobra revisão metapsicológica, principalmente revisão de conceitos ligados à sensorialidade e à comunicação não verbal em geral.

– **CONSIDERANDO QUE AS REDES DE AMPARO AOS PAIS, TAIS COMO AS ESCOLAS E O COMPARTILHAMENTO DE CUIDADOS COM OUTRAS PESSOAS, BEM COMO O CONTATO COM OUTRAS CRIANÇAS, ESTÃO OBSTRUÍDAS OU SIGNIFICATIVAMENTE DIMINUÍDAS, QUE EFEITOS TENS OBSERVADO NOS BEBÊS E CRIANÇAS QUE CONSIDERAS DECORRENTES DESSA SITUAÇÃO?**

Vários efeitos puderam ser observados: algumas situações nas quais ocorreram melhores relações familiares, ou pelo menos mais riqueza de experiências para ambas as partes, crianças e pais; em outras configurações familiares, houve a exacerbação de crises conjugais, com projeções de mais conflitos nos filhos; em geral, o isolamento agudizou situações de desamparo e empobreceu as vivências afetivas.

Muitas crianças que já tinham dificuldades nas relações sociais ficaram numa zona de conforto e agora, no momento de volta à socialização, apresentaram exacerbação desses sintomas. Outro prejuízo importante ocorreu com a primeira infância: pais ocupados nas suas adaptações ao trabalho on-line, ou mesmo em criar formas de trabalho, descuidaram de filhos entre um e três anos, permitindo exposição excessiva às telas, culminando em situações de isolamento e atraso de linguagem e de comunicação. No momento, temos recebido essas crianças que nos chegam com hipóteses de TEA por outros profissionais. Precisamos intervir, organizando esses vínculos primordiais, reorganizando e convocando a rede familiar de cuidados, o que rapidamente produz mudanças e retorno às aquisições esperadas.

– **O QUE MAIS TE ENCANTA NA ESCUTA E NO TRABALHO CLÍNICO COM BEBÊS E CRIANÇAS? QUE MENSAGEM GOSTARIAS DE PASSAR AOS COLEGAS/PROFISSIONAIS?**

Tenho muito prazer em escutar a linguagem pré-verbal. Os sinais sensório-motores do corpo de um bebê e de uma criança imediatamente se configuram, se organizam num discurso para minha leitura. Quando o bebê experimenta o mundo externo e vai se constituindo um ser separado, fico deslumbrada em observar, sem pressa para intervir. Tenho curiosidade e encanto em acompanhar suas produções, demandas e conclusões e fico na espreita de capturar suas

mensagens. Não fico presa a um *setting* determinado, mas vou acompanhando, desenhando e redesenhando movimentos transferenciais de acordo com o desenrolar da cena. Sinto-me à vontade para experimentar novos movimentos quando eles me assinalam possibilidade de “encontros” exitosos. Também, sinto-me muito tranquila frente aos pais dos meus pacientes, o que penso acontecer por eu estar com meus pais internos apaziguados, talvez pelos muitos anos e diferentes análises e a longa experiência clínica e de vida pessoal. Consigo juntar-nos a eles sem me perder ou me misturar, o que julgo fundamental na escuta psicanalítica de bebês e crianças.

Finalmente, tenho certeza de que conseguir evitar ou minimizar danos psíquicos atendendo bebês e crianças é uma causa fundamental para preservar o que denominamos “subjetividade humana”. Promover ou assegurar um psiquismo constituído no “desejo” ainda é uma das tarefas mais revolucionárias da humanidade, pois constitui sujeitos atravessados pela diferença, menos suscetíveis aos processos de massificação.

RESENHA DO LIVRO *O TRAUMA NA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS: SUAS DIMENSÕES POLÍTICAS, SOCIAIS, ECONÔMICAS, ECOLÓGICAS, CULTURAIS, ÉTICAS E CIENTÍFICAS*, DE JOEL BIRMAN

REVIEW OF THE BOOK *TRAUMA IN THE CORONAVIRUS PANDEMIC: POLITICAL, SOCIAL, ECONOMIC, ECOLOGICAL, CULTURAL, ETHICAL AND SCIENTIFIC DIMENSIONS*, BY JOEL BIRMAN

Daniela Trois Feijó

LIVRO: *O TRAUMA NA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS: SUAS DIMENSÕES POLÍTICAS, SOCIAIS, ECONÔMICAS, ECOLÓGICAS, CULTURAIS, ÉTICAS E CIENTÍFICAS*

AUTOR: JOEL BIRMAN

RIO DE JANEIRO: JOSÉ OLYMPIO, 2020, 168 P.

Se nada nos salva de la muerte,
al menos que el amor nos salve de la vida.
Pablo Neruda

Em entrevista concedida a Regina Zappa da Estação Sabiá em maio de 2020 (disponível no YouTube no canal TV247), o psicanalista Joel Birman, após contar sobre sua rotina na pandemia, que consiste na leitura dos jornais pela manhã e atualização das notícias após o expediente de muito trabalho de escuta de seus pacientes, de leitura e de escrita, finalizada com um bom filme antes de dormir, afirma: “a gente precisa exercer a nossa afirmação da vida de uma forma radical, o nosso desejo de viver como forma de se contrapor a esse imaginário da morte que está presente. [...] No meu caso, por exemplo, em que eu atendo às pessoas, faço sessões de psicoterapia, de psicanálise, quer dizer, é uma maneira de eu estar ligado às coisas que me interessam, as leituras que eu faço, os textos que eu escrevo, [...] são uma maneira de eu exercer no meu caso esse desejo de viver”.

Fruto desse desejo de viver e trabalhar, surgiu, em setembro de 2020, o livro intitulado *O trauma na pandemia do coronavírus: suas dimensões políticas, sociais, econômicas, ecológicas, culturais, éticas e científicas*. Como demonstra o título, é um livro bastante completo e que aborda de forma profunda todas essas dimensões relacionadas à pandemia.

A parte inicial pode ser considerada um mapa, mostrando o panorama geral da pandemia, desde suas causas até as consequências ocasionadas pela dimensão política no Brasil, que trouxe (a ainda traz) mais perdas e complicadores para essa situação já catastrófica. A seguir, tratando da questão das singularidades, o autor aborda os efeitos individuais do vírus em seus afetados, tanto os biológicos quanto os psíquicos.

Aprofundando-se na dimensão psíquica, Joel Birman explicita que o brasileiro, por não poder contar com uma figura de alteridade confiável, que ocupe o lugar de proteção da vida, cai no *desalento*.

E refere que a impossibilidade de antecipar o perigo frente ao *inimigo invisível* traz à tona, primordialmente, a questão do trauma. Cada sujeito dá um destino próprio a este e à angústia real em seu psiquismo, criando sua própria *cartografia sintomática*. Os possíveis destinos do trauma são ricamente descritos no livro.

Os últimos capítulos referem-se à potência da escuta psicanalítica em tempos pandêmicos, onde o autor marca a sua boa surpresa em dar-se conta de que a associação livre e as formações do inconsciente são passíveis de ocorrer mesmo nos atendimentos virtuais, desde que, em sua opinião, sustentados por um momento de exceção como o que estamos vivendo. E ainda marca, inclusive, que a produção psíquica de seus analisantes ficou ainda mais fecunda ao se depararem com a angústia de castração de forma tão premente.

Considero a leitura desse livro indispensável a todos os psicanalistas que se ocupam em seguir escutando seus analisantes em meio à pandemia do coronavírus, bem como a todo interlocutor interessado no tema.

*Psicóloga (PUCRS), Psicanalista, membro efetivo da Sigmund Freud
Associação Psicanalítica, onde é mediadora do Grupo de Investigação:
Clínica psicanalítica: ontem, hoje e amanhã.*

A EXPERIÊNCIA DO SONHO E OUTROS MOVIMENTOS DO PENSAMENTO PSICANALÍTICO

THE EXPERIENCE OF DREAMING AND OTHER MOVEMENTS
OF PSYCHOANALYTICAL THOUGHT

Joana Horst Rescigno Baldo

LIVRO: ENTRE O SONHO E A DOR

ORGANIZADORES: JEAN-BERTRAND PONTALIS (TRADUÇÃO DE CLAUDIA BERLINER)

SÃO PAULO: IDEIAS & LETRAS, 2015, 280 p.

Com uma escrita sensível, atravessada por um tom literário e entrelaçada na experiência clínica, o psicanalista, filósofo e escritor francês Jean-Bertrand Pontalis reúne alguns de seus textos, escritos na década de 1970, em uma coletânea intitulada *Entre o sonho e a dor*. Compartilha marcas de uma atividade de pensamento psicanalítico, um pensamento em trabalho, marcado por revistos e imprevistos, por intuições que desaparecem e são redescobertas, como ele mesmo enuncia ao apresentar essa obra. O leitor entra em contato com uma escrita conceitualmente rica e com um olhar atento aos diferentes tempos no desenvolvimento da teoria e da prática psicanalítica.

O tempo da escrita, ressalta Pontalis, assim como o tempo da análise, não é linear. O discurso sobre a análise é uma experiência necessariamente deformada, assim como a do sonho o é pelo relato – o que não impede que os psicanalistas inventem “artimanhas”, chegando a formações de compromisso nos escritos psicanalíticos. “A produção escrita de um psicanalista se situa no ‘entre-dois’: [...] entre a teoria e a fantasia, entre o saber e a ignorância” (Pontalis, 2015, p. 24). É *nesse* entre que se situa *Entre o sonho e a dor*. O título da coletânea deve-se ao que o autor entende como o campo da experiência analítica, em sua permanente oscilação entre o que pode ser dito ou representado e o que tem de ser calado ou gritado para ser escutado. “Num polo, o sonho, protótipo das formações do inconsciente, onde anseios contraditórios da infância podem-se realizar e ao mesmo tempo se oferecer à decifração [...]. No outro polo, a dor, que embaralha as fronteiras do corpo e da psique, do consciente e do inconsciente, do eu e do outro, do fora e do dentro” (Pontalis, 2015, p. 22).

Entre o sonho – explorado num dos primeiros textos – e a dor – a que se dedica no último texto –, acompanhamos o desenrolar de diversos conceitos psicanalíticos, vistos em seus diferentes tempos de construção. Os escritos vão trilhando um percurso: o encontro de Freud com Charcot e a invenção da situação analítica, sonho, fetichismo, ilusão, saber, fantasia, presença/ausência, espaço transicional, transferência, relações de objeto, desejo, corpo, morte. Pontalis transita por uma multiplicidade de autores da psicanálise e da filosofia, destacando-se fortemente as marcas de Winnicott e de Merleau-Ponty, e os fundamentos do pensamento freudiano.

Para falar de presença/ausência, Pontalis faz um percurso pela obra de Merleau-Ponty e sua reflexão sobre a linguagem, destacando o trajeto de seu pensamento, em suas variações e invariações, ao longo das publicações desse filósofo que não se furtou ao encontro com o inconsciente. Mais adiante, retoma Winnicott e a conceituação de espaço transicional. Ao abordar o saber e a fantasia, traz Melanie Klein e sua ilusão de profilaxia, de maternar o inconsciente e de garantir o controle das estruturas elementares da psique. Sobre a função da teoria em psicanálise, resgata o vínculo estreito entre a investigação sexual da criança e a constituição de teorias (psicanalíticas, inclusive).

No ensaio “Lugares e separação”, fala-nos de Rousseau e de sua “escrita de si”, em *Confissões*. Em outro texto, discorre sobre o dualismo fundamental como uma constante no pensamento freudiano, marcando o que há de irredutível no conflito. Faz ainda um percurso sobre a problemática freudiana do eu e o estatuto do objeto em psicanálise, retomando conceitos básicos com olhar crítico, e alertando para o engodo da divisão clínico/teórico. De maneira sensível e delicada, discorre sobre a transferência nos “estados limites”, conhecidos como “casos difíceis”, questionando-se sobre o campo do analisável e as limitações da psicanálise.

Elejo aqui, para dedicar algumas palavras a mais, um dos textos mais instigantes dessa coletânea: “Entre o sonho-objeto e o texto-sonho”. Pontalis propõe-se a pensar o sonho enquanto experiência, para além do trabalho do sonho (estudo das transformações, mecanismos, leis, até o produto final, o relato do sonho), trabalho este que ganhou toda a atenção de Freud na *Traumdeutung*. Para Pontalis, interessa tomar o sonho tanto enquanto experiência do sonhador sonhando quanto experiência intersubjetiva na análise, sonho trazido ao analista, oferecido e guardado, dizendo e calando.

Ao valorizar a experiência do sonho em contraposição à interpretação do sonho (“a coitada da Irma nunca parará de receber novas ‘injeções’ de sentido?”), o autor critica analisando eruditos em todo tipo de combinatórias, experts na arte de destrinchar o significante, mas em quem parece faltar a experiência – o *sentir* – do sonho. “Escutando-os, perguntamo-nos às vezes se eles realmente viveram seus sonhos, ou se já os sonharam como sonhos e na verdade os sonharam para contá-los” (Pontalis, 2015, p. 45). Evoca assim os “fazedores de sonhos”, colocando sob suspeita técnicas de manipulação do sonho por parte tanto do analisado como do analista.

Ao explorar a relação que o sujeito procura manter com seu sonho, tomado em sua dimensão de objeto, no momento em que ele o dá a ver a um terceiro, Pontalis lança a hipótese de que todo sonho, enquanto objeto na análise, faz referência ao corpo materno. No corriqueiramente relatado “sonhei, mas só lembro uns pedaços”, o analisado proíbe-se conhecê-lo (o corpo materno). Em outros casos, o analisado utiliza, pervertendo-o, o método analítico da decomposição em elementos para se tornar senhor por pedaços do corpo do sonho. Assim, Pontalis entende que não é no conteúdo do sonho, mas em sua utilização que se revela a patologia própria do sujeito.

Considerando que “sonhar é antes de mais nada tentar manter a impossível união com a mãe, preservar uma totalidade indivisa”, ele adverte que “é por isso que certos pacientes pedem implicitamente que não nos aproximemos demais de seus sonhos, que não toquemos e não trituremos o corpo do sonho, que não desarticulemos a ‘representação de coisa’ em ‘representação de palavra’” (Pontalis, 2015, p. 41).

RESENHAS

Destaca, então, a importância de reconhecer qual aspecto da vida onírica é investido, valorizado ou erotizado, apontando para a responsabilidade da análise na perversão do sonho – quando um paciente traz, por exemplo, um sonho atrás do outro, manipulando incansavelmente imagens e palavras, ao passo que o sonho afasta-o cada vez mais de um reconhecimento de si. “Tornar-se dono do objeto-sonho por manipulação, por uma apreensão que o reduz a elementos, e fazer da testemunha-analista o cúmplice de seu prazer, não evoca o perverso sexual tratando o corpo alheio como uma máquina de desejar sua própria fantasia? Pode o desejo se realizar, pode uma interpretação satisfazer?” (Pontalis, 2015, pp. 45-46).

Pontalis ainda interroga: se o sonho é materno por essência, sua interpretação não seria paterna por posição? Paterna porque redutora de sentido em comparação com a polivalência das imagens: introduz uma lei do e no insensato. Toda interpretação é uma ferida simbólica, mas ela pode ser desejada, na medida em que ela afaste o inominável.

Portanto, o sonho, na utilização que dele é feita pelo sonhador e pelo analista, pode percorrer diferentes caminhos: transformar-se em experiência fecunda do que me escapa ou ser fetichizado. Reconhecendo o risco de a psicanálise acabar com a eloquência da vida onírica, Pontalis resgata uma das funções do sonho, qual seja, figurar o inacessível e mantê-lo como tal. Preciosa é sua consideração de que o objeto de desejo do sonho é o desejo em si – suspensão do desejo, e não realização. Nessa mesma direção, é na aposta da sustentação do desejo que se encerra o livro, lá no último capítulo. Ao discorrer sobre a experiência da dor psíquica, Pontalis reafirma a função do analista na direção de fazer o outro nascer para si mesmo.

REFERÊNCIAS

Pontalis, J.B. (2015). **Entre o sonho e a dor** (C. Berliner, Trad.). São Paulo: Ideias & Letras. 280 p.

*Psicanalista; membro da Associação Psicanalítica de Porto Alegre (APPOA); mestre em Psicologia Social e Institucional (UFRGS).
E-mail: jo_hr@hotmail.com*

Sigmund Freud Associação Psicanalítica
Rua Marquês do Herval, 375
Moinhos de Vento . Porto Alegre, RS . Brasil
CEP 90570-140 . (51) 3062.7400
www.sig.org.br . sig@sig.org.br
revista@sig.org.br





Sigmund Freud Associação Psicanalítica
Rua Marquês do Herval, 375
Moinhos de Vento . Porto Alegre, RS . Brasil
CEP 90570-140 . (51) 3062.7400
www.sig.org.br . sig@sig.org.br
revista@sig.org.br

